

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica

Mestrado

REDES GLOCAIS

*Articulação política e mobilização social
na civilização mediática contemporânea*

Michelle Prazeres Cunha

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Trivinho

São Paulo

2005

MICHELLE PRAZERES CUNHA

REDES GLOCAIS

**Articulação política e mobilização social
na civilização mediática contemporânea**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Semiótica – Sistemas semióticos em ambientes midiáticos / Signo e significação nas mídias, sob a orientação do Prof. Doutor Eugênio Trivinho.

São Paulo

2005

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

Identificação

Autor: Michelle Prazeres Cunha

CPF: 07570927729

Ano de nascimento: 1978

Nível: Mestrado

E-mail: michelleprazeres@hotmail.com; michelle.prazeres@acaoeducativa.org

Título da dissertação: Redes glocais: articulação política e mobilização social na civilização mediática contemporânea.

Linha de pesquisa: Sistemas semióticos em ambientes midiáticos.

Área de concentração: Signo e significação nas mídias.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Trivinho.

Financiadores

Agência: Capes.

Natureza do auxílio: bolsa parcial.

Período de vigência: janeiro de 2004 a dezembro de 2005.

Resumo da dissertação

A mobilização das *redes sociais* na civilização mediática pressupõe produção de articulação política mediada pelas *redes tecnológicas*. Estas representam a potência de articulação ou o recipiente no interior do qual se dão as articulações, porque são capazes de enredar, permitem a concentração, o encontro, via voz, texto, imaginário ou fala. O plasma entre ambas conforma uma nova rede, que atua estrategicamente em contrações e expansões, visibilidade e recuos, subvertendo a lógica da modernidade e envolvendo o *establishment* pela micropolítica, reescrevendo as lógicas da resistência e da disputa pelo poder. Trata-se de uma rede-produto da hibridação indissociável entre *redes sociais* e *redes tecnológicas*: um terceiro elemento que a presente pesquisa define como redes sociotécnicas, comunicacionalmente estruturadas, regradas pela informação e historicamente determinadas; ou, numa palavra, *redes glocais*. A fenomenologia dessas redes só se tornou factível a partir da segunda metade do século XX, com a melhor definição social e cultural da civilização mediática, quando as *redes tecnológicas* propenderam, mais fortemente, para uma forma de mediação fincada no lastro da proliferação social das tecnologias comunicacionais, na mundialização mercadológica da cultura, na globalização econômica e financeira e na reescritura do espaço urbano. O enredamento dos dois vetores carrega um significado relacional marcado por paradoxos e fragilidades que demandam análise, na medida em que as *redes sociais*, a despeito de seu comportamento supostamente politizado, podem, no contexto dinâmico em que se desenvolvem e no qual fatalmente atuam, desenvolver, aprofundar e reproduzir a civilização mediática, por contribuírem para a afirmação dos mecanismos tecnológicos e para a alimentação dos fluxos simbólicos e imagéticos baseados na lógica operacional do mercado. Esse contexto pode ser analisado tomando-se por base processo chamado Fórum Social Mundial, cujas estratégias de articulação e mobilização manifestam essa lógica e, portanto, permitem classificá-lo como *rede glocal*.

Palavras-chave: redes, articulação, civilização mediática, visibilidade, glocal.

ABSTRACT

Title: Glocal Networks: political interlinking and social mobilization in contemporary media civilization.

Abstract

The *social networks* call for action in media civilization supposes the production of political interlinking mediated by *technological networks*. The latter represent either an interlinking power or the recipient within which interlinkage takes place, because they are able to intertwined, make concentration possible, and encounter through voice, text, imagination or speech. The plasma between them shapes a new network, which works strategically in contractions and expansions, visibility and climbdown, subverting the logic of modernity and involving the establishment by micro-politics, shaking the logics of resistance and of fight for power. It is about networks-product of an indissoluble hybridization among *social networks* and *technological networks*, which shapes a third element, that this research defines as socio-technical networks, structured on a communication basis, ruled by information and historically determined; that is, in one word, *glocal networks*. The phenomenology of these networks has become feasible from the second half of the 20th century on, thanks to the best social and cultural definition of the media civilization, when *technological networks* tended more strongly towards a mediation manner embedded in the ballast of social proliferation of communicational technologies, in the commodificated mundialization of culture, in the economic and financial globalization and in the rewriting of urban space. The intertwining of the two above mentioned vectors carries a relational meaning marked by paradoxes and fragilities that demands analysis, as *social networks*, despite their supposedly politicized behavior, in the dynamic context in which they have developed and in which they fatally work, may develop, deepen and reproduce the media civilization in the way it wants, by contributing to affirm technological mechanisms and to nourish symbolic and imagetic streams based on the market's operational logics. This context can be analyzed taking as an example the process named World Social Forum, witch call for action and interlinking strategies are manifestations of this logic and so offer elements to call it a *glocal network*.

Key words: Networks, political interlinking, media civilization, visibility, glocal.

SUMÁRIO

REDES GLOCAIS

Articulação política e mobilização social na civilização mediática contemporânea

Agradecimentos	7
Apresentação	9
Introdução	12
1. A centralidade descentrada da comunicação	12
2. O desafio de renovação teórica e epistemológica	17
3. A incorporação da categoria da crítica	22
4. A constituição de um novo repertório teórico e conceitual	25
Capítulo I – Civilização mediática contemporânea	31
1. O glocal como vetor modulador da existência	39
2. Redes tecnológicas: ambiente e instrumento	42
3. Capital cultural informacional e ciberaculturação	50
Capítulo II – Movimentos sociais e a noção de redes	53
1. Articulação dos movimentos sociais em redes	53
2. A hibridização irreversível com as redes tecnológicas	61
Capítulo III – Redes locais	65
1. Práticas locais e o deslocamento do conflito armado ao mediático	65
2. Fórum Social Mundial: do evento ao processo	67
3. FSM: princípio de mutação histórica	71
4. Visibilidade, invisibilidade e subversão da lógica de poder	82
5. Metodologia do FSM: uma estratégia glocal	84
Conclusão	
Novas formas políticas e possibilidades de tensão com o glocal	86
Bibliografia	95
Anexos	98

AGRADECIMENTOS

Qualquer agradecimento será sempre insuficiente para retornar algum gesto, atitude ou contribuição, que tenha vindo com a autenticidade e a pureza de quem ajuda só ao estar por perto, ao servir de exemplo, ao se colocar à disposição ou mesmo ao contribuir definitiva e diretamente para a construção de um sonho. Estas palavras que seguem seriam desnecessárias, porque quem me ajudou a tornar este projeto possível o fez sem desejar qualquer retorno, que não seu êxito. Explico, então, por que optei por escrevê-las mesmo assim.

A experiência do Mestrado se constituiu em um enriquecedor processo de autoconhecimento e de auto-análise. Fez-me perceber com mais clareza – e assumir com leveza – a vocação de problematizar e não de tentar encontrar respostas. Por isso, tenho a tranqüilidade de afirmar que este trabalho não é uma tentativa de chegar a alguma verdade, mas sim de oferecer elementos para que se (re)pensem os objetos analisados, sob uma nova ótica, que não exclui as demais, mas sim se junta a elas, na tentativa de construção de um projeto maior. É uma tentativa de politizar e de tensionar este presente em que vivemos: um tempo que bajula o mercado e despreza a crítica.

Na apresentação que segue, cito importantes e recentes momentos de minha vida como pesquisadora, como profissional e como militante, de encontros com pessoas e espaços, que me permitiram vislumbrar que estas várias “máscaras” podem conviver plena e contraditoriamente bem num mesmo rosto.

Estes agradecimentos, então, são menos uma tentativa de retribuir algo – que reconhecidamente não é retribuível –, mas uma forma de dizer a estas pessoas o quanto foram importantes para a construção deste processo, que segue com a conclusão desta etapa.

Agradeço então, ao professor Eugênio Trivinho, pela aposta no potencial do projeto, confiança na minha competência e ajuda no aguçar da minha capacidade crítica, pela dedicação de tempo e de idéias ao meu percurso. Foi mestre, amigo e referência. A Edilson Cazeloto, Henrique Parra, Marcio Monteiro e demais colegas do CENCIB – Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura, pelas contribuições sempre pertinentes e preciosas.

À família nos nomes de Elinalde, Victor, Emanuelle, Danilo, Cinthya e Vitinho, pela incondicionalidade e pelo afeto. A Mamita, Graziela, Eliane e Ícaro pela acolhida, pela ajuda e pela motivação. A Mariângela Graciano e Carolina Gil, pelo ombro, pela força e pelo exemplo. A Chiara Quintão, Diego Azzi, Isabel Pato, Lorena Vieira, Marcela Moraes, Michelle Ohl, Regina Egger, Tânia Portella e Thais Chita, pelo carinho e pelos ouvidos, pela alegria de suas companhias e pela paciência e braço forte nos momentos de refluxo. Aos amigos e amigas da Ação Educativa. A Helô, Helda, Denize, Neusa, Marcos, Denise e aos amigos e amigas da ABONG. A Sergio Haddad, Jose Antônio Moroni e aos colegas da Inter-Redes, pelo acolhimento e pela inspiração. Aos colegas do Grupo de Trabalho de Comunicação do Fórum Social Mundial. Aos professores e funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

A Adriano de Angelis e Bia Barbosa, pela dedicação e carinho, pelos ouvidos atentos, críticas pertinentes e ombros amigos. Às incondicionais e queridas irmãs Carolina Ribeiro, Marina Gonzalez e Tatiana Lotierzo e a Antonio Biondi, Daniel Merli, Diogo Moyses, João Brant, Jonas Valente, Marcio Kameoka e Wellington Costa em nome do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, que me proporcionou momentos especiais de amadurecimento, em que foi possível enxergar vida e pulsação em mim e no meu objeto de estudo.

A todos e todas que me mostraram que lutas e sonhos fazem sentido e que é possível, simultaneamente, criticar e acreditar.

APRESENTAÇÃO

"Há pelo menos dois tipos de jogos. Um pode ser chamado de finito, outro de infinito. Um jogo finito é jogado com o propósito de se ganhar, mas joga-se um jogo infinito com o propósito de continuar o jogo [...] o jogador infinito está apto a ser surpreendido pelo futuro, joga em completa abertura. Abertura, que não significa candura [...] Não se trata de expor a sua identidade imutável, [...] o verdadeiro self, mas de se expor a um crescimento contínuo, de expor o self dinâmico que ainda não é self. O jogador infinito [...] espera ser transformado".

James Carse

Em maio de 2003, o Governo Federal brasileiro – por intermédio da sub-secretaria de articulação social da Secretaria-Geral da Presidência da República – convocou um grupo de organizações, redes e fóruns da sociedade civil para discutir o processo de participação social na elaboração do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2004-2007. Entre estas organizações, estavam a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG¹ e a Inter-Redes Direitos e Política², instância de articulação nacional criada no processo eleitoral brasileiro de 2002.

Neste período, quando esta pesquisadora esteve à frente da secretaria executiva da Inter-Redes, teve a oportunidade de aprofundar estudos e práticas de articulação política e mobilização social de redes e fóruns no Brasil. Nesse mesmo período, teve aprovado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) o Projeto de Pesquisa com o qual pretendia estudar a relação comunicacional entre as *redes tecnológicas* e as *redes sociais*.

O processo de consultas públicas construído para a elaboração do PPA e os contatos com diversas redes e fóruns nacionais e internacionais subsidiaram a pesquisa e apontaram caminhos

¹ Veja-se www.abong.org.br.

² Veja-se www.inter-redes.org.br.

que deveriam ser aprofundados na experiência de Mestrado. A pesquisa oferecia alicerces para o trabalho cotidiano e este, por sua vez, justificava e alimentava o percurso acadêmico.

Ao final do ciclo de consultas públicas, em agosto de 2003, o processo de intervenção da sociedade civil no PPA prosseguiu, conduzido pela Inter-Redes e pela ABONG, e esta pesquisadora foi convidada para coordenar o departamento de comunicação do Observatório da Educação³, programa da Organização Não-Governamental Ação Educativa, cujo objetivo é “produzir informação pelo controle social das políticas públicas em educação”⁴.

Mesmo assumindo novas tarefas e outra função, esta pesquisadora seguiu acompanhando o processo da participação social na elaboração do PPA e começou a ter contato com outras redes e fóruns e outras dinâmicas de mobilização e articulação. Como representante da Ação Educativa, passou a integrar a Articulação CRIS Brasil⁵ pelo Direito Humano à Comunicação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, espaços que diariamente comprovam a glocalidade⁶ dos movimentos sociais⁷ na civilização mediática contemporânea.

³ Veja-se www.acaoeducativa.org.br/observatorio.

⁴ Referência ao *slogan* do projeto.

⁵ O nome da articulação brasileira deriva do da campanha internacional Communication Rights in the Information Society – CRIS (Direito à Comunicação na Sociedade da Informação). Veja-se www.crisbrasil.org.br

⁶ Na Introdução, detalha-se o conceito de glocal, suas variações e flexões e a forma com que estas são tratadas na presente pesquisa.

⁷ Cabe aqui uma menção ao tratamento a ser dado ao termo “movimentos sociais” na presente pesquisa. A sociedade civil organizada (entendida aqui como o conjunto de organizações, redes, fóruns e grupos articulados, não necessariamente de forma institucional, mas via todo movimento que parte reconhecidamente de estruturas organizacionais não vinculadas ao governo, ao Estado ou a instituições com fins lucrativos) geralmente classifica como movimentos sociais aqueles que têm um caráter e dinâmica de articulação e organização “não institucional” e que, portanto, não podem ser classificados como ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) ou mesmo redes. Um exemplo do que se entende – no âmbito da sociedade civil - como movimento social hoje seria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na presente Dissertação, no entanto, trata-se como movimentos sociais todos aqueles que partem da sociedade civil – portanto, redes, fóruns e espaços de articulação – organizados sob a forma de movimento, no sentido de que exercem algum tipo de pressão ou intervenção política (excluídos aqueles articulados por instituições privadas ou com fins lucrativos, como fundações e institutos). Esta concepção é inspirada na idéia de ator em Latour (1992): “qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência – isto é, produza efeitos no mundo e sobre ele –, caracterizado pela heterogeneidade de sua composição; antes, uma dupla articulação entre humanos e não-humanos e sua construção se faz em rede”. Na introdução, detalha-se de que maneira empregam-se este e outros conceitos-chave da pesquisa, como o próprio conceito de sociedade civil.

Trabalho, militância e pesquisa se mesclaram durante o percurso acadêmico, e os limites entre uns e outros se tornaram ainda mais tênues em setembro de 2004, quando a autora da presente pesquisa passou a participar ativamente da construção de uma proposta de política de comunicação para a quinta edição do Fórum Social Mundial – realizado em Porto Alegre em janeiro de 2005 – como integrante do Grupo de Trabalho de Comunicação do Comitê Organizador Brasileiro (COB).

As fronteiras entre atividades políticas e de pesquisa se tornaram sutis quando, em dezembro de 2004, a pesquisadora se tornou integrante do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social⁸, grupo de comunicadores ativistas que luta pela efetivação e garantia do direito humano à comunicação. Ao mesmo tempo em que a demarcação desses limites passou a ser frágil, as vivências passaram a se retroalimentar. O exercício da crítica, desafio assumido como meta pela experiência de Mestrado, foi contemplado no processo de pesquisa, em que pesem as dificuldades para se criticar um processo a partir de dentro. A construção do argumento central da Dissertação só foi possível graças ao vivido no dia-a-dia da luta de redes, que são objeto da pesquisa. E a qualificação da participação nesses espaços, por outro lado, foi possível graças à tensão propiciada pelo olhar crítico adquirido no percurso acadêmico.

Ao mesclar experiências, foi possível vislumbrar o momento de impasse analisado na pesquisa, caracterizado pelo dilema político próprio do tempo histórico atual, que parece não permitir que se encontrem saídas visíveis. No entanto, um olhar crítico sobre tal período torna possível apontar caminhos, pois oferece bases para se construir ações de politização do global.

São Paulo, outono de 2005.

Michelle Prazeres

⁸ Veja-se www.intervezes.org.br.

INTRODUÇÃO

1. A centralidade descentrada da comunicação

Na civilização mediática contemporânea, as lutas dos movimentos sociais⁹ se deslocam do conflito armado e localizado apenas no âmbito da *pólis*¹⁰, para o conflito comunicativo, que passa a se dar no espaço público mediático. Nesse ambiente, o poder se encontra dissolvido sob a forma de um poder comunicacional vigente¹¹ que não governa, mas modula, posto que media a relação e a interação entre produção e consumo que, por sua vez, perpassam e marcam demais fluxos sociais, culturais e políticos (TRIVINHO, 2004).

O mercado e o poder comunicacional desenvolvem uma relação intrínseca de interdependência e domínio, impedindo que se remonte a uma suposta origem da reprodução mediática. Essa relação é a materialização, na forma de concatenação de zonas de interesses, de todas as instituições ligadas à produção de tendências mediáticas na sociedade, de desejos confessos e inconfessos por parte de governos, instituições e mercado (TRIVINHO, 2004).

⁹ Necessário pontuar, em complemento à observação que consta na Apresentação, que aqui trataremos de movimentos sociais abordando movimentos atores (LATOURET, 1992) no Brasil. Importante também ressaltar que a delimitação do campo de movimentos neste estudo se deu a partir da experiência profissional desta pesquisadora e do contato com organizações específicas que, para efeito desta pesquisa, foram consideradas representativas. Reconhece-se, portanto, que em um certo momento, foi necessário realizar um recorte de forma arbitrária. No entanto, é preciso reforçar que não se defende aqui uma idéia de sociedade civil restritiva, reduzida e despolitizada, em que existe um aparente consenso, nem uma visão comunitarista que não considera os diferentes projetos, presentes neste espaço. No Capítulo III, aprofunda-se este debate.

¹⁰ Espaços e representações dialéticas e identitárias da política moderna, a saber: espaços públicos (privatizados) políticos herdados: ruas, avenidas, praças, parques, campos, *shopping centers*, monumentos históricos; territórios, que caracterizem ambientes “concretos” de ocupação.

¹¹ O poder comunicacional vigente é entendido, na presente pesquisa, como categoria abstrata, não empírica e genérica, abarcadora de princípios oclusos. Essa reflexão, a ser desenvolvida no Capítulo II, se funda nas discussões em aula da disciplina “Crítica da civilização mediática: glocal, visibilidade mediática e tempo real”, ministrada pelo prof. Eugênio Trivinho no Programa de Estudos em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, e extrapola este âmbito, na medida em que, no decorrer do processo de pesquisa, é ampliada. Retoma-se a discussão sobre poder no Capítulo III.

A ausência de um núcleo emissor de poder (que justifica o que na presente pesquisa se chama de centralidade descentrada da comunicação) dificulta a luta direta contra este (o pela sua tomada) nas bases da política herdada. Para fazer frente a essa nova forma de exercício de poder, ainda apreendida de maneira incipiente no interior das redes sociais, os movimentos reinventam práticas políticas e passam a assumir a descentralidade do poder comunicacional e absorvê-la também nas estratégias de enfrentamento.

Ações diretas, confrontos físicos e conflitos nas ruas passam a ser momentos de espocar – ou braços de visibilidade – de articulações que se dão majoritariamente no ambiente das *redes tecnológicas*. Processos não excludentes, mas complementares, as mobilizações se mesclam com momentos de recolhimento da praça ou da cena pública para articulação política.

Esta alternância entre momentos de visibilidade e de invisibilidade caracteriza a dinâmica das redes sociais na contemporaneidade, regida pelo fenômeno glocal, que passou a moldar a existência, incluindo a lógica operacional dos movimentos sociais.

Para promover a discussão teórica sobre a dinâmica destes movimentos, toma-se por empréstimo o conceito de glocal – idéia presente com significados distintos em diversas obras a respeito de variados temas, mas que é desenvolvida, no contexto mediático avançado, por Trivinho (2001) – segundo a qual glocal é

o neologismo resultante da hibridação cumulativa de dois termos, global e local. O fenômeno coberto por essa fissão no plano do significante e do significado equivale a um laço sociotécnico invisível e irreversível entre o contexto concreto da existência – ambiência representativa do reduto da experiência de acoplamento entre ente humano e máquina, ponto de acesso/recepção/retransmissão comunicacional – e o universo áudio/visual da rede global [de massa ou interativa], como dimensão hodierna representativa da cultura mundial satelitizada [...] O remate dessa combustão terminológica integraliza e encerra, por sua vez, o contexto glocal, lugar da existência humana tecnologicamente mediado e mercadologicamente promovido, em estrita compatibilidade com as necessidades de reprodução social-histórica da

civilização mediática. Trata-se de uma construção sociotécnica exclusivamente identitária a tecnologias capazes de tempo real, tempo técnico instantâneo de articulação simultânea de contextos locais socialmente fragmentários.

Pode-se detectar no cotidiano uma série de derivativos culturais e econômicos do fenômeno glocal, na medida em que, nos pontos de junção do global com o local, se manifesta o glocal em seu sentido estrito. No entanto, para esta pesquisa, considera-se o glocal não como categoria descritiva ou teórica, mas como modelo de prática existencial, visto que a análise do glocal não deve reduzi-lo à hibridização mecânica dos contextos mediático e geográfico. É necessário desenvolver uma “sociologia do ambiente glocalizado” uma vez que o glocal, no contexto do capitalismo tardio imaterial, torna-se um modo privilegiado de experiência da realidade e o modo como se organizam as sociedades contemporâneas tecnologicamente avançadas (TRIVINHO, 2004).

Não é possível, portanto, falar em inexistência do glocal, na medida em que este fenômeno se dá ou existe em potência.

No contexto em que se dá empiricamente e que, portanto, é fisicamente comprovável (na materialidade), é *strictu sensu*: fusão e terceira vertente, ponto de encontro improvável (não demonstrável) entre imaterialidade da rede e materialidade do território geográfico, realizando-se na interface. Já o glocal *latu sensu* é aquele que independe do fenômeno tecnológico, porque já é a absorção psíquica do que acontece na sociedade glocal (TRIVINHO, 2004).

O uso do glocal como fundação teórica para o estudo da dinâmica dos movimentos sociais se justifica na medida em que se considera que a atuação destes movimentos tem se transportado do ambiente da *pólis* para o ambiente mediático. Empregar a categoria do glocal no estudo da articulação política e da mobilização social das redes na civilização mediática contemporânea significa, por um lado, assumir a existência da centralidade da comunicação nestas práticas

políticas. E, por outro, assumir a politização da comunicação como única via para se promover alguma tensão como o glocal, com seus efeitos e suas estruturas.

A análise dos movimentos sociais atuais só se realiza, na medida em que a disputa pelo poder passa a se dar no âmbito comunicacional ou mediático. A comunicação – como forma atual predominante da tecnologia e do social (SFEZ, 2004) – está, portanto, em todos os lugares, recorta toda sociedade e unifica as suas partes. No entanto, não há centro direcionador ou de comando, e o poder comunicacional é exercido de maneira aleatória, numa lógica dada pelo mercado (TRIVINHO, 2004).

Para os movimentos sociais, a comunicação – mesmo que de maneira inconsciente – deixa de ser apenas instrumento e passa a ser ocupada como ambiente ou arena de disputa política, de sentidos, de valores. Por isso, é importante esclarecer que se entende, no âmbito desta pesquisa, política como articulação, mobilização, sensibilização, troca, diálogo e negociação relacionados a pautas sociais, culturais ou econômicas, ainda que realizados em espaços além da *pólis*. Ao tratar-se de política, portanto, trata-se, no fundo, de transpolítica¹², considerando que a política passa a pertencer ao domínio dos fatos da percepção e que

a abolição das distâncias de tempo operada pelos diversos meios de comunicação e telecomunicação resultou em uma confusão cujos efeitos (diretos e indiretos) são sofridos pela imagem da cidade, efeitos de torção e distorção iconológicas cujas referências mais fundamentais desaparecem umas após as outras: referências simbólicas e históricas [...] referências arquitetônicas, com a perda do significado dos equipamentos

¹² Ao entender política como transpolítica, faz-se referência, portanto, às possibilidades de diálogo não apenas em espaços que sustentam a democracia (aqui brasileira) em sua forma representativa, mas em qualquer ambiente criado pelas lutas que se travam na sociedade civil. Este debate será feito no Capítulo III, em que se discute a reconfiguração das categorias de espaço e tempo e a resignificação da política, que passa a se dar no âmbito dos fatos de percepção em ambientes além da *pólis*. A princípio, pode-se afirmar que esta concepção inspira-se na cena transpolítica definida por Baudrillard (1990): forma transparente de um espaço público de onde foram retirados os atores. O campo da transpolítica seria aquele da pós-modernidade, da liberação em todos os domínios, da pura circulação infinita, da comutação incessante, da indeterminação crescente e do princípio de incerteza. “O poder, neste campo deixa de ser troca e se desloca dos espaços institucionalmente definidos como tal para um espaço fluido, flutuante, transitório e que independe do desejo, da manipulação, da administração e do controle dos atores. O poder é algo que, por princípio, não aparece, mas só aparece em seus efeitos” (MARCONDES, 1991).

industriais, dos monumentos, mas sobretudo, *referências geométricas*, com a desvalorização do antigo recorte, da antiga repartição das dimensões físicas. (VIRILIO, 1993, p. 22, grifo do autor).

Esse agir transpolítico, vale-se dizer o fazer política concebendo-se espaços além da *polis*, em virtude do desaparecimento das cidades (VIRILIO, 1993) – só é possível, porque os movimentos sociais glocalizados assumem em grande parte de suas ações, muitas vezes de forma não consciente¹³, a centralidade da comunicação na civilização em que querem intervir.

A disputa pelo poder se reduz ao exercício deste, deixando de passar pela tomada do mesmo.

A ocupação dos espaços públicos mediáticos constitui a fenomenologia destas *redes locais* e se alterna com momentos de articulação em ambientes tecnológicos capazes de rede, numa estratégia que visa barganhar a atenção do poder estatal pela sedução e constrangimento, na luta por reconhecimento, garantia e efetivação dos direitos e pautas pelas quais essa luta se constrói. Nesse fluxo, a tecnologia legitima a centralidade descentrada da comunicação e permite que a correlação de forças se dê em âmbito mediático. A tecnologia é, portanto, instrumento e ambiente da transpolítica.

Os movimentos sociais, imersos nessa lógica, reivindicam seu direito de acesso às linguagens, aos códigos e ao repertório informacional e cibercultural. De posse desses mecanismos, de um lado, reproduzem a lógica operacional do mercado da tecnologia

¹³ É preciso fazer uma ressalva em relação aos movimentos pela democratização da comunicação que, mais recentemente avançaram tematicamente, no conjunto da sociedade, em direção à luta pelo direito humano à comunicação. Para tais movimentos, que começaram a se articular no Brasil a partir da década de 70 – operando com a reivindicação de políticas democráticas de comunicação em vez de políticas nacionais de comunicação –, a centralidade da comunicação na construção do modelo de desenvolvimento brasileiro é reconhecidamente um fator chave. Essa discussão será retomada no Capítulo III, mas é necessário pontuar desde já que, mesmo os movimentos que operam com a lógica de inclusão e democratização de instrumentos comunicacionais, muitas vezes não o fazem com a consciência de que, paradoxalmente, podem estar contribuindo para a proliferação da lógica perversa do mercado que se propõem a combater. É desta consciência (ou ausência dela) de que se trata aqui.

comunicacional ao utilizá-la para promover resistência¹⁴, de outro, apreendem este fenômeno e suas implicações, na busca de possibilidades de ocupar espaços de poder, renovação das formas de se construir política e promoção de alguma tensão com o glocal. A tecnologia revela, portanto, na dinâmica dos movimentos sociais, suas duas faces simultâneas: de agudização da dominação e de possibilitação de contraponto com ela, seja tal dominação de ordem militar, seja ideológico-religiosa ou seja ainda econômica.

2. O desafio de renovação teórica e epistemológica

O objetivo do presente estudo é analisar a glocalidade dos movimentos sociais, incorporando à bibliografia de referência a categoria da crítica¹⁵ e inserindo transversalmente – como fator de originalidade – o vetor glocal, condicionante da existência na civilização mediática contemporânea. Como fenômeno representativo desta argumentação, a meta é analisar o processo de articulação e mobilização do Fórum Social Mundial.

Para dar conta desses objetivos, foi necessário desenvolver uma metodologia de pesquisa específica de, inicialmente, encontrar o ponto de interseção entre as bibliografias já desenvolvidas sobre *redes sociais* e *redes tecnológicas* e, em seguida, avançar em relação a esse conteúdo, mediante a aplicação das categorias do glocal e da crítica.

Afirmar a glocalidade da dinâmica de operação dos movimentos sociais na civilização mediática atual constitui o desafio de renovação epistemológica e teórica da experiência do

¹⁴ Na concepção das redes sociais, esta resistência se dá em relação ao poder hegemônico, ao pensamento único e totalizante, portanto, opressor. Esses temas serão também retomados no Capítulo III, quando forem abordadas as práticas de resistência.

¹⁵ A crítica é encarada aqui conforme a caracteriza Trivinho (2001, p. 133), “ao estilo de Gilles Deleuze, não tanto como área do saber instituída na divisão social do trabalho, mas como atividade contínua do pensar voltado para a elaboração sistemática de conceitos. Pode-se acrescentar: em adequado arranjo numa malha teórica que se põe conforme o movimento da atividade cognitiva”.

Mestrado. Para dar conta deste desafio, foi necessário articular diversos elementos e construir diálogos entre pensadores que abordam os temas em questão. A composição do objeto se deu por intermédio de estudos isolados sobre *redes sociais*, *redes tecnológicas*, hibridismos entre elas, a categoria da crítica e a condição glocal.

A análise das linhas teóricas em que estão inseridas as obras estudadas é representativa da opção que se fez no processo de pesquisa. Cindiu-se, para efeitos metodológicos e epistemológicos, a categoria das *redes glocais* em duas outras básicas: *redes sociais* e *redes tecnológicas*, a fim de que, mapeadas as dinâmicas de ambas, fosse possível compreender a emergência daquele terceiro vetor, na verdade único, que aglutina de maneira homogênea os outros.

As leituras realizadas durante a experiência do Mestrado podem ser sistematizadas em quatro campos. Numa primeira linha, estariam aquelas relacionadas à questão empírica da operação das *redes sociais*; numa segunda linha, estariam as leituras preponderantemente técnicas, que ofereceram subsídios a respeito das *redes tecnológicas*; numa terceira linha, estariam enquadradas aquelas leituras relativas ao contexto social-histórico em que se insere o objeto de estudo. A quarta linha diz respeito a obras que empregam a categoria da crítica em relação a qualquer das três linhas anteriores ou a todas elas.

A partir das três primeiras vertentes de leitura fez-se notória a demanda de incorporação de umas às outras, empregando necessariamente a categoria da crítica, presente em algumas obras da terceira linha, no entanto ausente em grande parte da reflexão a respeito das *redes sociais* e das *redes tecnológicas*.

Nas obras da primeira linha, as *redes sociais* são tratadas como estruturas de resistência ou como espaços de cooperação e solidariedade alternativos ao capitalismo¹⁶ e à globalização¹⁷. Nesta linha de pensamento, recorrente no movimento social, as redes de organizações e movimentos são espaços de troca coletiva e, portanto, qualificadores de informação e experiências; espaços de articulação política e mobilização social que se constituem para otimizar esforços, potencializar ações, fortalecer atores unidos em torno de interesses comuns; são ainda entendidas como campos de construção de identidade, produção simbólica e atuação política. Santos e Ballón (apud ABONG, 2004), Scherer-Warren (2002) e Ortellado e Ryoky (2004) auxiliaram na ampliação do entendimento da dinâmica de operação das *redes sociais*, chamando atenção para a necessidade de articular o pensamento interno dos movimentos sociais à idéia de que esta articulação se dá em bases tecnológicas que o movimento enxerga como potencializadoras de suas ações, mas às quais se faz pouca ou nenhuma crítica, como elementos reprodutores de mecanismos que as próprias *redes sociais* se propõem a confrontar.

Algumas obras tratam especificamente do processo do Fórum Social Mundial, a exemplo daquelas publicadas por Leite (2003) e Whitaker (2005). Estas possuem um grau de construção histórica, análise e classificação do processo, que permitiram construir o argumento central em relação a esta rede, que é a sua sustentação em bases glocais, portanto, o reconhecimento de sua glocalidade e atuação em momentos de avanços e recuos.

As obras da segunda linha abordam a tecnologia em espécies de manifestos – mormente desprovidos de crítica – de uma nova democracia, um novo iluminismo, um novo bom senso, que

¹⁶ A pesquisa trata do avanço, na civilização mediática, do capitalismo materializado para o capitalismo em sua fase sgnica, um neocapitalismo, cujo significado será detalhado a seguir. Para as redes sociais, no entanto, o termo “capitalismo” diz respeito à forma de dominação convencional centrada nas regras do capital e numa conjuntura marcada pela mercantilização e financeirização dos valores, da vida e dos direitos sociais.

¹⁷ Entendida, por inspiração em Trivinho (2004), como o vetor econômico e financeiro do lastro criado para a conformação da civilização mediática, realizada na articulação desta com a proliferação social das tecnologias comunicacionais, a mundialização mercadológica da cultura e a reescritura do espaço urbano.

têm como idéia central a internet como espelho da realidade, espécie de releitura do mundo que permite a elaboração de uma nova ética, uma nova forma de inter-relacionamento e cuja principal arma seria o conhecimento potencializado pela criatividade humana catalisada pela rede. Cultuam as máquinas e a possibilidade de hibridação prática com o humano.

Obras como a de Costa (2002) ofereceram contribuições para a crítica a respeito da cultura digital e a contraposição ao que se chama aqui de digitalização da cultura (TRIVINHO, 2001). De obras como a de Dimantas (2003), idéias são apreendidas e trazidas à luz como exemplos de novas formas de funcionamento nesta estética digital, informacional e tecnológica contemporânea.

Ainda que não assumam uma postura crítica diante da centralidade tecnológica, as obras dessa vertente oferecem alguma contribuição ao objeto de estudo, ao constatarem a existência de uma nova lógica, que molda o pensamento, reescalonam relacionamentos e demanda um novo repertório dos indivíduos e organizações. De maneira indireta, estas leituras contribuem também com o exercício da crítica, necessário para analisá-las e para construir um contraponto consistente às visões de aceitação tácita (embutida nas obras desta linha) dos vetores impostos à experiência na civilização mediática.

Portanto, as obras inseridas nas duas primeiras linhas não contemplam a condição crítica e tratam das redes (sociais e tecnológicas) de forma dissociada, quando ambas estão intrinsecamente ligadas e se retroalimentam, na medida em que compõem um terceiro e único elemento: as *redes glocais*. Para posicionar-se criticamente às obras destas linhas, mobilizam-se os repertórios das obras da terceira e quarta linhas.

A terceira série de obras é relativa ao contexto social-histórico da crise das utopias, modernidade e pós-modernidade e emergência da condição glocal, pilar para a estruturação do contexto no qual se insere o objeto de estudo em questão.

Algumas leituras oferecem elementos preponderantemente políticos, econômicos e sociais e outras argumentos teóricos. Nestas, estão incluídas aquelas que não necessariamente tratam de quaisquer dos objetos em questão, mas trazem elementos conexos importantes, cuja lógica pode ser empregada e aproveitada como fundamentação, a exemplo das leituras de Deleuze (1997) e Feyerabend (1977). Nesta linha, estão também obras de Negri e Hardt (2001), Bey (2001), Brige e Di Felice (2002), Harvey (1992), Jameson (1997) e Lyotard (1986).

Há obras que se mesclam em duas ou mais linhas - muitas parte da quarta linha - que tratam de crítica e comunicação, a exemplo de Prado (1996), Garcia dos Santos (2003) e Menezes (2001). Sfez (1994) e Virilio (1995), que oferecem subsídios para a crítica da comunicação e da civilização mediática.

Também compõem esta linha as obras de Trivinho (1998, 2001), que oferecem toda base teórica relacionada ao glocal e suas variações e fundamentam o argumento central deste estudo. Trivinho (2003) também oferece um contraponto crítico às obras da segunda linha, na medida em que demonstra que a cibercultura realizada como época já produziu novas ideologias e *telos*, a exemplo dos projetos genoma (noção de indivíduos perfeitos) e Biosfera 2, das utopias *alien*, dos clones, da inteligência artificial ou dos *ciborgs*.

Essa separação em diferentes abordagens bibliográficas oferece uma visão do desafio em que se constituiu a análise teórica e epistemológica do objeto, que se deu a partir da afirmação do hibridismo entre as *redes sociais* e as *redes tecnológicas*.

3. A incorporação da categoria da crítica

Tal híbrido¹⁸ se dá na relação caracterizada pelo domínio (pela política) com dependência (da técnica) e está fincado no contexto da civilização mediática contemporânea, marcada pelo vetor glocal. Por isso, a este híbrido se dá o nome de *redes glocais*.

Trata-se de redes sociotécnicas, comunicacionalmente estruturadas, regradas pela informação e historicamente determinadas. Esta ‘nova rede’ atua estrategicamente em contrações e expansões, visibilidade e recuos, o que permite relacioná-las com as lógicas da resistência e da disputa pelo poder.

A crítica incide na noção do híbrido ao se constatar que este enredamento dos dois vetores carrega um significado relacional marcado por paradoxos e fragilidades, na medida em que as *redes sociais*, a despeito de seu comportamento supostamente politizado, podem, no contexto dinâmico em que se desenvolvem e no qual fatalmente atuam, desenvolver, aprofundar e reproduzir a civilização mediática (como *deseja* o poder mediático vigente), por contribuírem para a afirmação dos mecanismos tecnológicos e para a alimentação dos fluxos simbólicos e imagéticos baseados na lógica operacional do mercado.

Neste sentido, o acompanhamento evolutivo do trabalho no contexto de orientação é aquele em que mais nitidamente pode-se perceber o avanço do percurso no Mestrado. Inicialmente, um espaço de diálogo sobre inquietações relativas ao tema do estudo, à fundamentação teórica, à bibliografia de referência e à linha teórica da pesquisa, o contexto de orientação se constituiu

¹⁸ Latour (1994) sugere a noção de hibridismo para entender os fenômenos sociais, afirmando que as tecnologias não estão radicalmente separadas dos indivíduos e que o híbrido é um objeto simultaneamente natural e social. Aqui, concebe-se o híbrido para uma abordagem possível do enredamento irreversível entre as *redes sociais* e *redes tecnológicas*, que implica assumir uma postura crítica a tal justaposição, negando a naturalização deste híbrido e afirmando a existência de uma tensão e uma subjetividade relativa em relação à tecnologia. Desta forma, analisam-se as contradições internas do plasma formado pelas *redes sociais* e *redes tecnológicas*, pontuando, porém que tais contradições não são excludentes, mas complementares e que, portanto, existe uma composição.

gradualmente em espaço de discussão e apresentação de formulações a serem apresentadas nos contextos das disciplinas como trabalhos de conclusão, conceitos trazidos da sala de aula e reescalados para serem trabalhados no projeto, bibliografia de referência e bibliografia a ser considerada e criticada. Conformou-se assim, um espaço essencial de trocas e referências, a partir de encontros semanais e dedicação contínua.

Disciplinas cursadas, bibliografia recomendada, outras atividades realizadas em paralelo à atividade acadêmica e demais itens de percurso apontaram para a necessidade de aporte da categoria da crítica para a análise do objeto.

A inserção da categoria da crítica no processo de pesquisa permitiu uma visão menos ingênua do fenômeno de formação, articulação e mobilização das *redes sociais*. Contaminada com a operação das redes sociais e com o trabalho diário, havia inicialmente, por parte da pesquisadora, uma visão destas como espaços de resistência à lógica da civilização mediática, interpretação esta presente e enraizada no movimento social. Também em relação à análise das *redes tecnológicas*, uma concepção crítica permitiu a ampliação da discussão teórica, concebendo a tecnologia não como mero instrumento, mas como “um *telos* heterodoxo, inteiramente prático, desacompanhado de discurso fundador unitário, portanto distinto dos metarrelatos tradicionais e modernos, e passível de contestação” (TRIVINHO, 2003).

A partir da incorporação da categoria da crítica às noções de *redes sociais* e *redes tecnológicas*, conformou-se um quadro teórico que reescalou o objeto de pesquisa, inserindo-o no contexto glocal, que rege a existência na civilização mediática. As *redes sociais* e *redes tecnológicas*, antes pensadas como movimento híbrido em ato permanente, passaram a ser tratadas como *redes locais*, carregando assim todo lastro teórico que caracteriza tal conceito.

A hipótese defendida passou de um âmbito empírico e carente de crítica a um âmbito macro-social, cultural e político, conduzido por esta categoria.

O Pré-Projeto de pesquisa apontava para a tentativa de analisar a apropriação das *redes tecnológicas* pelas *redes sociais*, como ferramentas de otimização do trabalho destas. Essa visão não dispunha de um posicionamento crítico diante das *redes sociais*. Aceitava, pois, a condição de filtros, coletivos inteligentes, potencializadores de saber e disseminadores de conhecimento. Da mesma forma, concebia as *redes tecnológicas* apenas como máquinas, envolvidas numa discussão apenas técnica, desprovida de lastro social, cultural e político.

Estas visões sofreram um revés positivo da crítica ao longo do percurso acadêmico. A hipótese defendida passou a ser a da existência de uma terceira e única rede, fruto da hibridação irreversível das *redes sociais* com as *redes tecnológicas*, a saber: *redes glocais*.

A fundamentação teórica caudatária do fenômeno glocal implica necessariamente a análise não meramente descritiva das *redes sociais* e *redes tecnológicas*, tal como sinalizado na primeira versão do Projeto. A constatação deste fenômeno e a defesa desta hipótese carregam necessariamente a crítica à consideração corrente de *redes sociais* e *redes tecnológicas* como algo estático e, portanto, apenas objetos de análise. O percurso permitiu a visualização destes segmentos como vetores, movimentos, fluxos contínuos, componentes da cena cultural, social, histórica no contexto glocal, marcado pela proliferação social das tecnologias comunicacionais, pela mundialização mercadológica da cultura, pela globalização econômica e financeira e pela reescritura do espaço urbano (TRIVINHO, 2004).

Ao tratamento do objeto da pesquisa, por certo metodologicamente incipiente quando do início do processo de pesquisa, o percurso acadêmico conferiu lastro teórico, criticidade, logicidade, originalidade, coerência e pertinência, tornando-o objeto de crítica. Tal postura exigiu uma revisão mínima de conceitos para a construção de um novo instrumental teórico-epistemológico que considerasse a condição glocal em relação a processos centralmente culturais e comunicacionais de cunho político, social e econômico.

Tal renovação se constitui num desafio para pesquisadores de áreas que toquem a Comunicação e a Ciência Política e sinaliza para sua necessidade, atualidade e urgência. Para este estudo, no entanto, busca-se conformar um quadro conceitual possível, tomando como referência alguns conceitos herdados e buscando reescaloná-los segundo o contexto da glocalização da experiência.

4. A constituição de um novo repertório teórico e conceitual

Nesse contexto, considera-se que somente um conceito de sociedade civil que a diferencie do Estado e dos fluxos mercadológicos pode exercer papel de oposição e ser centro de uma teoria social e política crítica em espaços onde a economia de mercado possui uma lógica autônoma que regra a experiência social, política e cultural na civilização mediática.¹⁹ No entanto, reconhece-se que tal distinção se faz impossível, e que o campo de operação da sociedade civil está imerso na condição glocal da existência. O que aqui se trata como sociedade civil, portanto, diz respeito a movimentos (de ocupação e esvaziamento) que exercem pressão sobre uma zona de luta pública, ambiência de movimentação e modulação do espaço herdado, desvinculada não só metodológico-teoricamente, mas também politicamente do Estado (aqui entendido como aparelho de Estado),

¹⁹ Aqui, o conceito de sociedade civil se difere da concepção clássica, incluindo um conjunto de forças sociais organizadas e excluindo, por exemplo, as forças econômicas, o empresariado e a burguesia. Entende-se que tal exclusão é metodológica e, em certo nível, arbitrária, no entanto, faz-se necessária para que se talhe o termo, que designa aqui um conjunto de organizações formadas e articuladas de variadas maneiras que, num primeiro momento da história brasileira, lutou contra a ditadura no país e desde a década de 90 ganhou novas formas e assumiu novas pautas, ao articular-se contra o predomínio das políticas chamadas neoliberais e as formas de poder hegemônico. A caracterização deste conceito se dá ao longo deste estudo, no entanto, é importante entender desde já que, quando se trata de sociedade civil, usa-se tal noção não como o espaço público de atuação dos movimentos sociais (que, portanto, inclui as forças econômicas, o empresariado e a burguesia), mas como sinônimo destes, entendidos conforme sinalizado nesta mesma Introdução e retomado no Capítulo II. Afirma-se que esta concepção é arbitrária, pois se reconhece que tais forças da sociedade civil, ainda que possam ser metodologicamente separadas dos fluxos mercadológicos, na prática, estão imersas na sua lógica (em última análise, pode-se afirmar que a sociedade civil é o mercado, na medida em que o constitui e o reproduz). A nota em relação à metodologia, no entanto, se faz necessária para promover um melhor entendimento dos termos em questão no presente estudo, para que se possa avançar na análise destas instâncias e estruturas e dos processos nos quais elas estão envolvidas.

no entanto, reconhecidamente plasmada na ordem prática da existência com as estruturas do mercado.

A atuação das *redes sociais* – espaços de articulação social organizados –, se dá em uma arena de disputa política marcada também por outras forças econômicas, políticas, sociais, culturais, o empresariado e a burguesia, que se entende como espaço público, onde, na civilização atual, o poder (mediático) se encontra dissolvido. As *redes sociais* habitam tal espaço delimitando sua posição na correlação de forças com os demais vetores dele estruturantes, afirmando-se como instâncias para-estatais detentoras de um esquema de potência e produção de efeitos fora do campo institucional produtivo. Sua dinâmica de atuação é, de certa forma, uma operação política que se dá fora de instâncias convencionais (ainda assim previstas na legislação vigente), portanto, fora das instituições²⁰.

As *redes sociais* em questão neste estudo incidem sobre este espaço (na luta para exercer o poder mediático) como forma de pressionar o Estado pela efetivação e garantia de direitos. Procuram agir vinculando a política ao presente, movimento que deriva de um contexto social-histórico marcado por um Estado protagonista – neoliberal, que recua da cena histórica, no entanto, não perde o poder em seu formato herdado, como o de polícia, por exemplo, mediante a cobrança de impostos. Trata-se, em uma palavra, de um Estado gestor (TRIVINHO, 2004).²¹

²⁰ Mobiliza-se nesta pesquisa o repertório de Virilio (1993) no Capítulo III, para se lidar (ainda que não diretamente) com o entendimento de instituição. Abordam-se a reescritura do espaço e a reconfiguração do tempo como fenômenos deflagradores de um movimento de pulverização (questionamento e dissolvência) do herdado.

²¹ O Estado – entendido como aparelho de Estado – passa a exercer um papel de gerenciador da correlação de forças no espaço público mediático. Torna-se suscetível, portanto, às formas de pressão exercidas neste ambiente (como, por exemplo, mobilizações, ocupações, *lobbies* mediáticos). No entanto, por conta de as estruturas de poder permanecerem as mesmas (herdadas e anteriores ao avanço da civilização para o contexto comunicacional e, portanto, incompatíveis com uma nova forma de poder que emerge do espaço mediático), este Estado, ainda que recuado, fragilizado e enfraquecido politicamente, é quem habita as instâncias decisórias e delibera sobre os rumos sociais, econômicos e políticos, por exemplo, do país (aqui, do Brasil). Cria-se assim, um abismo entre, por exemplo, a legislação, sua aplicação e as reais demandas da sociedade. A partir desta constatação, pode-se afirmar a importância de uma discussão acerca das formas de organização do poder na democracia brasileira, que abrange um debate específico sobre as suas formas: representativa, participativa e deliberativa. A idéia seria chegar a um formato democrático mais compatível com o novo poder que se constitui na civilização mediática, que reconhecesse via

Apesar de constituírem novas formas de fazer política – discussão que será aprofundada na conclusão deste estudo – as redes sociais são depositárias, hoje, de um poder que as faz agir dentro de certas regras do existente, de uma correlação de forças políticas pré-estabelecida. A despeito de serem reflexo de um avanço²² na dinâmica de atuação dos movimentos e organizações sociais, sua lógica já se configura em forma de poder que referenda as estruturas institucionais vigentes, e é este um dos seus limites de atuação que este estudo problematiza ao se afirmar sua glocalidade.

É possível vislumbrar formas possíveis de tensão com o glocal a partir das ações das *redes sociais* – de que se tratará no Capítulo II –, ao se assumir este limite de atuação, caracterizado principalmente pelo seu hibridismo inevitável com as *redes tecnológicas*.

É preciso, então, circunstanciar algumas ponderações em relação à caracterização das *redes tecnológicas*. Não se trata, nesta pesquisa, de redes de massa, mas de redes interativas²³. Na cibercultura, estas são *redes glocais*, posto que permitem a glocalização das *redes sociais*. Nomeadamente, são as redes formadas na comunicação via telefones (inclusive móveis) e *web* (especificamente as ferramentas como *websites*, blogs, correio eletrônico, serviços instantâneos de mensagem). O uso de rádios de comunicação instantânea, transmissões em rádio-poste ou em frequências específicas (como, por exemplo, de rádios comunitárias, independentes e alternativas), assim como o uso do aparelho de televisão em teleconferências também compõem o

poder de deliberação, por exemplo, os movimentos realizados no espaço público como instâncias de intervenção real na política e cujas práticas estão mais próximas da noção de poder difuso que hoje o Estado (em seu formato herdado) não reconhece, apesar de se deixar influenciar pelos efeitos de sua ocupação.

²² Não se toma aqui o termo “avanço” como um juízo de valor, mas seu uso se justifica por entender-se que o momento atual de atuação das redes sociais é processual, de superação com acréscimo e composição em relação às formas herdadas de fazer política.

²³ Entendidas como redes que permitem uma relação dialógica ou bi-direcional entre as partes envolvidas no processo comunicacional (aqui, cabe observar que a primeira máquina de condicionamento de interlocução bi-direcional em tempo real a surgir foi o telefone). Não se pretende discutir neste estudo os conceitos de interação e interatividade. Consideram-se aqui redes tecnológicas como tecnologias capazes de rede ou de tempo real (TRIVINHO, 1998): aquelas que comportam um canal de retorno e que, portanto, permitem que se estabeleça uma interlocução entre o canal emissor e o receptor (estes, no fundo, não se diferenciam no referido esquema).

contexto da articulação política das *redes sociais*. No entanto, esta comunicação se dá no glocal em seu sentido estrito, discussão que será aprofundada no Capítulo I, no qual se tratará também da reflexão sobre a centralidade descentrada da tecnologia na civilização mediática, já abordada no item 1 da presente Introdução.

Ao se afirmar esta centralidade da comunicação (em sua vertente tecnológica) e o hibridismo das *redes sociais* com as *redes tecnológicas*, afirma-se que a máquina não deve ser entendida apenas como objeto, mas sim enquanto categoria cultural, como modelo da própria civilização. Nesse contexto, a subjetividade se plasma com os fluxos da cultura comunicacional, e o glocal se adapta ao corpo e ao *domus*, impedindo aparentemente a consolidação de um campo de repertório autônomo dos signos da civilização mediática.

O acesso está, então, também em jogo, assim como a cidadania mediada pelo acesso, por conta da lógica da reciclagem estrutural, oriunda do autoritarismo da indústria do ramo digital²⁴, alimentado por um mercado que dita as normas da cibercivilização, composto por individualidades operantes que consomem sem articulação alguma. A questão do acesso será discutida no Capítulo I, em que o capital cultural informacional será tratado como condição para a ação política ao se assumir a glocalidade dos movimentos sociais na civilização mediática contemporânea. Nela, a disputa pelo poder se dá mediante a simultaneidade do domínio do ferramental tecnológico e da submissão à sua lógica, na medida em que se constrói e se reproduz no espaço mediático (TRIVINHO, 2004).

²⁴ O ramo digital do mercado possui uma lógica operacional peculiar, que constitui uma nova forma de opressão. O avanço na produção de equipamentos se dá em uma velocidade perversa, que renova constantemente os padrões das máquinas de acesso e dita o ritmo da pressão pela reciclagem. Instrumentos e acessórios em pouco tempo se tornam obsoletos e incompatíveis com os novos modelos, que exigem também novas linguagens e repertórios a serem absorvidos. Indivíduos e organizações são forçados a participar deste mecanismo, caso contrário, se tornam excluídos. Não se pretende no presente estudo, detalhar a lógica da indústria da informática, no entanto, tal discussão será retomada ao tratarmos adiante do capital cultural próprio da cibercultura.

A questão específica da disputa pelo poder nestas bases será discutida no Capítulo III, em que se abordam as novas formas de fazer política, movimentos que negam habitar espaços institucionais de poder e lutam fundamentalmente por democracia, liberdade e justiça, disputando a idéia de tomada de poder e operando para construir uma forma de poder, que seria praticado pelos que não desejam tomá-lo em seu formato institucional, mas exercê-lo de maneira dissolvida, no espaço público.

Quando se afirma que as *redes sociais* não desejam o poder, refere-se à forma de poder que elas afirmam e se propõem a confrontar: a hegemonia do pensamento e do poder neoliberal totalizante. Uma das grandes questões de fundo de processos como o Fórum Social Mundial (FSM), por exemplo, é a disputa pelo poder (e dentro desta, o questionamento de que poder se disputa e a possibilidade de construir novas bases para relações humanas, sociais, políticas e econômicas – no *slogan* do Fórum, um “outro mundo possível” – sem a tomada do poder). Este debate se dá ainda sob a ótica do poder hegemônico, do poder estatal e das concepções de poder centradas no debate sobre a globalização.

O poder hegemônico é entendido como uma “pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular aquelas do capital internacional” (RAMONET, 1995 apud LEITE, 2003, p. 46), em que “o econômico se impõe sobre o político” e o capitalismo é tido como o “estado natural da sociedade”.

Os outros conceitos-chave do pensamento único seriam o mercado, a concorrência e a competitividade, o livre comércio, a globalização, a divisão internacional do trabalho, a moeda forte, a desregulamentação, a privatização e a liberalização. “Isto lhe confere uma tal força de intimidação, que ele asfixia toda tentativa de reflexão livre e torna muito difícil a resistência contra este novo obscurantismo” (ibid, p. 47).

Ao propor o debate sobre o processo FSM como uma prática glocal, avança-se – quer-se crer – na discussão, ao se apontar que o Fórum é um conjunto de práticas alternativas²⁵ de (tentativa de promoção da) resistência a esta lógica (glocal), na medida em que a disputa (trans)política é realizada no âmbito do conflito comunicativo.

Esta dinâmica (trans)política aparentemente contraditória e visivelmente híbrida será analisada especificamente no Capítulo III, mas estará presente ao longo do estudo, que traz resultados analíticos destas práticas e experiências, do processo de formação e do trabalho de pesquisa organizados em três grandes blocos: (1) Civilização mediática contemporânea, em que o glocal é tratado como vetor modulador da existência, das *redes tecnológicas* como ambiente e instrumento de reprodução da lógica operacional em questão e do capital cultural informacional, repertório característico do fenômeno da ciberculturação; (2) *redes sociais*, em que se aborda a articulação dos movimentos sociais em redes e a hibridização irreversível com as *redes tecnológicas*; (3) redes glociais, em que se analisam as práticas glociais e o deslocamento da atuação dos movimentos sociais glociais do conflito armado para o mediático; o Fórum Social Mundial como evento e processo; a dinâmica operacional em momentos de visibilidade e invisibilidade como subversão da lógica de poder; o FSM como princípio de mutação histórica da metodologia de articulação e mobilização dessa rede como estratégia glocal. A conclusão é uma ponderação sobre as novas formas de fazer política e as possibilidades de tensão com o glocal.

²⁵ No Capítulo III, volta-se à questão do FSM como espaço de alterabilidade da sociedade, concepção que hoje, nos movimentos, superou a de “práticas alternativas”, que podem remeter à idéia de que o Fórum é um espaço de proposição de soluções, que não se pretende que seja.

CAPITULO I

Civilização mediática contemporânea

“Um Frankenstein tecnológico nos ameaça. Pelo menos é o que cremos. Vivemos já num mundo de máquinas de transportar, de fabricar, de pensar. Frankenstein, nosso duplo, esse mundo-máquina que criamos, assume pouco a pouco sua autonomia e seu poder”.

Lucien Sfez

A concepção de humanidade conduzida por uma grande utopia, ou um grande *telos*, sofreu uma ruptura com o fim do projeto da modernidade, que começou a ser questionado na passagem dos anos 40 para os 50, quando o desenvolvimento técnico e tecnológico fez surgir fenômenos ‘anômalos’, como as duas guerras tecnológicas, a queda da qualidade de vida, a destruição da camada de ozônio e as armas de destruição de massa (TRIVINHO, 2004).

Sabendo dos riscos que se corre em qualquer construção de esquemas (e não esquematismos)²⁶, pode-se afirmar que após a superação²⁷ do projeto de modernidade – quando “a experiência estética faz viver outros mundos possíveis” (MIRANDA apud SANTOS, 2003, p. 164), servindo de modelo à oscilação das categorias que lhe permitem circunscrever o pós-moderno [...] e ao mesmo tempo ‘salvar’ a modernidade (SANTOS, 2003, p. 164) –, entra em cena o pós-modernismo, que pode ser definido como a cultura da sociedade informatizada em rede, correspondendo ao que Jameson (1997) chamou de “lógica cultural do capitalismo tardio”,

²⁶ Reconhece-se que o referido período não poderia ser tratado de tal maneira – rígida e resumidamente (isso explica o termo esquematização) –, no entanto, considera-se apropriado o registro, ainda que esquemático, deste, visto que cria bases mínimas para a argumentação central que segue, e mune a presente pesquisa de ferramentas para a análise do contexto atual.

²⁷ Entendida aqui como um avanço em relação ao projeto anterior – é possível, inclusive, haver uma mescla com alguns elementos dele – que não necessariamente o finda, mas o modifica em alguma dimensão.

a partir da qual, segundo Harvey (1992), as noções de espacialidade e temporalidade são redefinidas.

A cultura passa a ser esfera central do processo de reprodução social, deixa de se diferenciar da economia e caracteriza uma lógica operacional própria de um mundo interdependente, ao alicerçar suas ações e instituições. Esta nova ordem mundial tem como principal característica o fenômeno da globalização, entendido de formas bastante divergentes, mas que dialogam em um aspecto central: a expansão do capitalismo que, segundo Jameson (2002), ultrapassou as derradeiras fronteiras e colonizou a *natureza e o inconsciente*.

Apesar de caracterizar um período histórico definido, o conceito de pós-modernismo encontra distintas expressões que se pretendem seus sinônimos na tentativa de classificar a sociedade pós-moderna, a exemplo de sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento, sociedade informática ou capitalismo tardio.

Garcia dos Santos (2003) afirma que o filósofo italiano Gianni Vattimo desenvolveu a hipótese de que a modernidade chega ao fim quando não é mais possível falar da história como um fenômeno unitário, principalmente em virtude da multiplicidade de culturas e de povos que adentram neste período a cena mundial e da multiplicidade de visões de mundo suscitada pela explosão fenomenal da comunicação. “Instala-se um ideal de emancipação fundado na oscilação, na pluralidade e, sobretudo, na erosão do próprio princípio da realidade” (SANTOS, 2003, p. 162).

O pensamento pós-moderno²⁸ significou simultaneamente uma crítica e uma ruptura com a modernidade e implicou transformações que marcaram não só a vida cotidiana, mas também a

²⁸ Entendido como a expressão teórica e cultural da situação social histórica chamada de condição pós-moderna (HARVEY, 1992), que se insere na reflexão do que se entende por cultura pós-moderna ou pós-modernismo, classificados por Jameson (1997) como a lógica do capitalismo tardio, caracterizada pela inauguração de uma nova superficialidade, um enfraquecimento da historicidade, uma nova experiência de espaço e uma nova sensibilidade.

produção de conhecimento social. Ao se questionar o projeto da modernidade²⁹, emerge a idéia de que toda utopia gera barbárie³⁰ e a noção de futuro se abala com a crise do método. É preciso que sejam propostos conceitos para designar novos fenômenos vividos. A ciência então se revê, na medida em que precisaria entrar em cena desindexando-se dos metarrelatos e não deveria mais ser feita com objetivo de emancipar o gênero humano.

A ciência passa então a se auto-referenciar, altera a relação entre sua produção e a verdade e passa a não buscar mais o consenso, mas o dissenso, na ausência de indexadores externos. É uma mudança estrutural no metabolismo do desenvolvimento científico, em que o sujeito cognoscente não pode mais se separar do contexto nem de seu objeto. Reconhece-se que as taxas de subjetividade existem, mas são regradadas, não podem se desvincular da questão do valor, e é preciso fazer uma ciência credível, sem incorrer em ingenuidade política e sem se apoiar em um metarrelato (TRIVINHO, 2004).

A teoria, conceito relacionado à totalidade e a fluxos históricos de longas durações, fica prejudicada com a concepção de que tudo que remete a um todo não é credível. Sobre esta questão, Trivinho (2001, p. 130) argumenta:

Diz-se “reflexão” e não “teoria” por dois motivos. O próprio estatuto da teoria está em cheque na atualidade. Como produto secular da história do pensamento em Humanidades, a teoria sempre apresentou quatro traços: 1. a fantasia de um alcance da totalidade dos dados do real, aliada a uma capacidade de articulação dos mesmos num quadro cognitivo lógico, coerente e de validade universal, bem como a uma

²⁹ Sobre este período histórico, Garcia dos Santos (2003, p. 127) afirma que “a modernidade instaurara, como princípio supremo, a ruptura com os valores do passado e a consagração do novo e do inédito. Neste sentido, o mundo moderno significou a desvalorização dos outros tempos, sacrificando a história em benefício do presente. O interesse pelo novo, pela novidade, pelo aqui e agora, e o descarte do velho, do tradicional, manifestam-se em toda parte [...] mas a aceleração tecnológica e econômica [...] desloca o interesse pelo atual pelo presente, decretando o fim da modernidade. A atenção concentra-se não no que é, mas no vir-a-ser. O olhar se volta para o futuro”.

³⁰ Realizada, a utopia é sinônimo de barbárie, na medida em que reproduz novas hierarquias, desigualdades e injustiças. Deveria, portanto, ser objeto da reflexão e da crítica, posto que a questão-chave não estaria em tal o qual modalidade política, como o socialismo, o anarquismo ou o liberalismo, mas sim no esquema do metarrelato. Para mais veja-se Trivinho (2003).

potência de elucidação satisfatória desse quadro, 2. vinculação, pressuposta ou explícita, com os metarrelatos religiosos, filosóficos e/ou políticos [cristianismo, liberalismo, iluminismo, historicismo, marxismo, etc.] e, portanto, incorporação de um ideal teleológico [a qual, no final das contas, se traduz como uma] 3. adesão à utopia da emancipação total da humanidade, e 4. relativa perdurabilidade, garantida pela longevidade temporal dos dados empíricos abarcados e por sua própria capacidade de ter-se preservado numa posição insuperável por outras teorias. Questiona-se hoje [...] se o discurso acadêmico deve continuar buscando a totalidade e a universalidade como valores culturais do pensamento, se de fato, ele tem uma capacidade de abrangência dos dados do real e, por fim, se ele deve incorporar uma utopia que o tempo encarregou-se de mostrar sua impossibilidade de realização.

A partir dos anos 70, com a fragmentação política e social (aqui, principalmente a caracterizada pela multiplicação dos partidos e grupos de *lobby*), as teorias passaram a perdurar por cerca de cinco a 10 anos e a se basear em recortes específicos (TRIVINHO, 2001, p. 130). As instâncias nas quais a sociedade poderia depositar suas expectativas passaram também a se submeter ao mercado, que flutua, é mutável, inconstante, fragmentado e volúvel (TRIVINHO, 2004).

“Com a consagração da aliança entre a tecnociência e a economia, e com o fim da política que dela decorre, os incluídos viram cada vez mais sua condição de cidadãos ser reduzida à de consumidores” (SANTOS, 2003, p. 127). Para Garcia dos Santos (2003, p. 127),

a erosão dos direitos e do Direito corrói suas prerrogativas a ponto de atingir até mesmo o sacrossanto direito ligado ao consumo [...], pois o que sobrou foi o direito de consumir, não o direito do consumidor. Subordinada aos ditames do mercado, a cidadania só é concedida e reconhecida para aqueles que se encontram inseridos nos circuitos de produção e consumo; os outros passam a ser exilados [...] engrossando a categoria do *sem*: sem-terra, sem-teto, não-pessoas sociais (grifos do autor), sujeitos monetários sem dinheiro [...] socialmente, portanto, o direito de existir passa a coincidir com o direito de consumir.

Os componentes da cena cultural são convertidos em mercadorias, e o ato do consumo não se dá mais por necessidade, mas por ansiedade, e a identidade social passa a ser afirmada na esfera do consumo. “Consumir e sobreviver se reforçam mutuamente” e “tanto o consumo quanto a sobrevivência dependem do grau de inserção do sujeito na dinâmica acelerada imposta pela união da tecnologia e do capital global” (ibidem).

Garcia dos Santos afirma que, para sobreviver, bem como para consumir, é preciso correr contra a crescente obsolescência programada que as ondas tecnológicas e a altíssima rotatividade do capital reservam para as pessoas, processos e produtos. Forma-se o que Leite (2003, p.10) classifica como a indexação da existência a uma “força civilizatória [...] que o capitalismo deslança”.

A humanidade estaria, afinal, abandonando seus particularismos e se integrando em uma sociedade mercantil planetária. Impulsionada pelo progresso técnico, então se materializando na revolução da comunicação e da informática [...]. Uma nova economia alicerçaria esta sociedade [...] e as políticas neoliberais, ditas de mercado [...] seriam apresentadas como a única orientação capaz de permitir o progresso. (LEITE, 2003, p. 10).

A transferência da experiência para o espectro das redes (trata-se da digitalização da cultura) é discutida por Trivinho (1998, p. 181), que aborda esta questão sob o aspecto da obliteração da memória social, afirmando que

quando acontecimentos, eventos e vivências são preservados com satisfatória definição de som e imagem em discos, fitas, disquetes e CDs e se tornam disponíveis a qualquer momento para serem revistos, vale dizer, colocados em circulação diante dos sentidos perceptuais, de modo mais preciso do que se fossem gerados imagneticamente na estrutura psíquica, quando isso já se tornou possível, não há mais motivo, culturalmente falando, para que eles se sedimentem na mente humana, como ocorria nas sociedades anteriores ao advento das máquinas eletrônicas comunicacionais.

É neste contexto que passa a se viver, então, sob a mediação das *redes tecnológicas*, numa lógica fincada no lastro da proliferação social das tecnologias comunicacionais, na mundialização mercadológica da cultura, na globalização econômica e financeira e na reescritura do espaço urbano. Isso se dá a partir da segunda metade do século XX, quando é possível observar, portanto, uma melhor definição social e cultural da civilização mediática, em que a fenomenologia das redes glocais se torna factível.

Tomando-se por inspiração a pesquisa desenvolvida por Trivinho (2001), é possível afirmar que a emergência da articulação social pelo glocal como modelo de prática existencial na civilização mediática marca a configuração desta nova realidade social histórica, fincada na transição do capitalismo materializado para o capitalismo em sua fase sígnica.

Todos sabem que o capitalismo passa por uma verdadeira mutação, em virtude da aceleração tecnocientífica e econômica que tomou conta do planeta e se converteu em estratégia de dominação, em escala global. Diversos termos tentam enunciar essa passagem e capturar os sinais dos novos tempos: era da informação, sociedade pós-industrial, pós-modernidade, revolução eletrônica, sociedade do espetáculo, globalização etc. por outro lado, todos pressentem que a cultura contemporânea está sendo rapidamente desmaterializada, isto é, digitalizada e reelaborada na esfera da informação. (SANTOS, 2003, p. 140).

Os valores, para Garcia dos Santos (2003, p. 120) foram transferidos de uma percepção para outra, na medida em que

o capitalismo passa a privilegiar o imaterial e o que é simbólico – como se diz, torna-se a economia sublime. E isso faz toda diferença. Não é à toa que a característica principal do mercado financeiro global é a volatilidade [...] Na transferência de valores de uma percepção para outra, a riqueza se volatilizou ao passar a ser informação. (Ibidem).

O deslocamento para o virtual nesta nova forma de capitalismo, ou neocapitalismo, seria fruto da extensa tecnologização da sociedade e da intensa digitalização de todos os setores e ramos de atividade, e a “nova economia”,

economia do universo da informação, parece considerar tudo que existe na natureza e na cultura como matéria-prima sem valor intrínseco, passível de valorização apenas através da reprogramação e da recombinação [...] o capitalismo que antes, colonizou o inconsciente e a natureza, passa a investir sobre toda criação, inclusive da vida; assim, a nova economia busca assenhorar-se não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço. (SANTOS, 2003, p. 129).

O capitalismo deixa, portanto, de se ancorar no universo dos objetos (reais), para se referencializar em fluxos, espectros, imagens, modelos (TRIVINHO, 1998). A comunicação mediada tecnologicamente ocupa uma posição de centralidade nas lutas pela transformação social, ganha sentido e significado na dinâmica de operação destas lutas.

Para Vattimo (apud SANTOS, 2003, p. 170),

o advento da mídia comporta maior mobilidade e superficialidade da experiência, que se opõe às tendências de generalização da dominação na medida em que dão lugar a uma espécie de enfraquecimento da noção de realidade, o que acarreta um enfraquecimento também de sua autoridade [...] a sociedade não é apenas a das aparências manipuladas pelo poder; é também a sociedade na qual a realidade se apresenta sob aspectos mais frouxos e mais fluidos e na qual a experiência pode adquirir os traços da oscilação, do deslocamento, do jogo.

Para Trivinho (1998, p. 37), “as redes [aqui tecnológicas] significam a quintessência dessa tendência, a face mais extrema da desmaterialização, o exemplo mais acabado da abolição do real objetual”.

A mudança de paradigma exige das organizações e indivíduos um novo repertório, capaz de acompanhar a realidade resignificada e que possibilite um diálogo dentro deste novo ambiente.

Coloca-se um desafio ainda não superado de compor um novo campo teórico e conceitual fechado relacionado a este novo momento. Pode-se afirmar que hoje está disponível uma espécie de pré-sistema, um conjunto de vetores estruturais conexos, que podem se agrupar em uma espécie de diagrama a ser mobilizado para a compreensão de fenômenos da civilização mediática contemporânea. No entanto, não é possível afirmar que estes elementos compõem novo campo teórico e conceitual, pois este ainda está em processo de composição.

Para Trivinho (2001, p. 181), este diagrama seria a

reordenação do aparente caos social e econômico que se instalou no capitalismo das últimas décadas e diante do qual a capacidade cognitiva de nossa epistemologia científica parece ter-se obliterado.

O caos a que se refere o autor é aquele que caracteriza a circularidade absoluta, maneira segundo a qual passa a se dar a troca de informações na civilização mediática. Nela, o pólo que emite as mensagens, os signos, os códigos e os comandos é também aquele que os recebe e, ao mesmo tempo, desencadeia ativamente o processo. Trata-se de “alimentadores”.

A circulação de informações passa, portanto, a se configurar sob a forma de uma

teia complexa ou uma trama de percursos e entrecruzamentos indiscriminados totalmente impermeável a constatações empíricas [...] a operacionalidade das redes é imaterial. Não havendo espaço físico nesse intervalo, a operação é instantânea, impalpável, espectral. Ela ocorre inteiramente no tempo: a geografia é abolida enquanto as distâncias são percorridas em milésimos de segundo. Abstração do funcionamento estrutural, espectralização dos efeitos: longe da matéria, as redes podem anular seus obstáculos. Liberados do território, imagens, sons e informações conhecem agora uma dimensão temporal centenas de vezes menos que um lapso. A velocidade de sua circulação na cultura é máxima [...] por estes motivos, imagens, sons e informações podem fluir na invisibilidade das redes. (TRIVINHO, 1998, p. 19).

O glocal é caracterizado por esta forma de dominação invisível, manifestada apenas em seus efeitos. Este fenômeno, de difícil apreensão e impossível negação, é base conceitual fundamental para a existência e compreensão do hibridismo entre redes sociais e redes tecnológicas.

1. O glocal como vetor modulador da existência³¹

Pode-se detectar no cotidiano uma série de derivativos culturais e econômicos do fenômeno glocal, desde a roleta das bolsas mundiais e do mercado financeiro, até as transmissões esportivas. Nestes casos, existe um determinado contexto de recepção a produtos mediáticos no espaço *in loco* e que acontece no *hic et nunc*. Nele, os conteúdos provenientes da rede (representativos do fenômeno global) se mesclam com a recepção local, permitindo que o global se realize do contexto local e o local se perca no global. Nos pontos de junção do global com o local, se manifesta o glocal em seu sentido estrito.

Aplica-se, para discorrer sobre o glocal como modulador da existência da civilização mediática e, conseqüentemente, para conceber sua dinâmica como aquela que rege a ação das redes sociais, a lógica do pensamento desenvolvido por Eugênio Trivinho (2003), destacando-se a originalidade do uso da lógica para analisar o *modus operandi* de articulação política e mobilização social das redes de movimentos e organizações da sociedade civil brasileira. Para desenvolver a pesquisa, mobiliza-se e desloca-se o repertório referente a esta categoria teórica. Fundamentalmente, os conceitos ativos centrais que estão em jogo são os de glocal, glocalidade,

³¹ Na Introdução, abordam-se elementos que justificam a mobilização do conceito de glocal como vetor modulador da existência e como categoria teórica fundamental para a presente pesquisa. Aqui, pontuamos outros elementos que constituem a reflexão do glocal como base para a afirmação do hibridismo indissociável entre redes sociais e redes tecnológicas. Apesar de localizada metodologicamente nestes dois trechos do estudo, a mobilização da categoria do glocal se dá (e se aprofunda) ao longo do volume.

fenômeno da glocalização e glocalização da experiência. Eis o continente no qual se move a presente pesquisa para promover um melhor entendimento do objeto em questão.

Ao se considerar o glocal não como categoria descritiva e teórica, mas como modelo de prática existencial³², assume-se um contexto no qual o campo individual é volatilizado pelos signos mediáticos e satelitizado pelas redes tecnológicas e se estabelece uma ordem da mediação tecnológica da comunicação humana. Na reprodução sem tensão, os indivíduos desenvolvem uma subjetividade conforme, permitindo que vigore uma homeostase de comportamentos (aqui, conservadores, que se instituem como *práxis*).

Desta maneira, o nascimento do glocal coloca o fenômeno respectivo de maneira irreversível na história e traz um *telos* prático (da ordem no não-*telos* concreto, pragmático e sem discurso fundador) que *quer* se multiplicar, se diversificar e se unir ao tecido social. Um fenômeno transpolítico, cujo mapeamento, assim como seu gerenciamento e seu controle são impossíveis pelas instituições herdadas da modernidade.

O glocal é então irradiação (por virose e contágio), comutação (e hibridação) e imediatismo, que fundamenta a utopia já realizada da comunicação e realiza a cultura pós-moderna de maneira ultracélere. Se a comunicação se coloca como um novo metarrelato – ainda que não tenha um discurso fundador – e se realiza substituindo os metarrelatos tradicionais e modernos como prótese tecnológica oculta em cérebros e imaginários é porque, antes da comunicação, o glocal é a grande utopia e o grande princípio.

³² A categoria do glocal equivale “a um *diagrama metateórico estratégico*. Por um lado, todo bloco social-histórico, ou melhor, todo um processo civilizatório específico, satelitizado, pode ser relido e melhor aprendido, em sua natureza, em seu desenvolvimento e em suas repercussões cotidianas por meio desse prisma conceitual. Por outro lado, a categoria do glocal facilita a iluminação e/ou reexame de interstícios problemáticos desse processo civilizatório, ainda pouco compreendidos ou mal avaliados e sobre cuja base faz doravante escola o *ciberufanismo neo-humanista e neo-iluminista politicamente ingênuo, não raro de tipo pragmático-utilitário e/ou místico*. A categoria do glocal permite instruir, com maior soma de consistência epistemológica, por exemplo, a crítica da lógica da *visibilidade mediática*” (TRIVINHO, 2004, p. 5, grifos do autor).

Esquemáticamente, se, de um lado, tem-se o *telos* como princípio básico estruturador da civilização ocidental – e isso requer o concurso da categoria do futuro –, de outro, tem-se o glocal como princípio básico estruturador da civilização mediática – após a erosão e simultânea incorporação do tradicional e do moderno – e da existência, fundamentalmente no presente, pois é nele que se dá o consumo – seja este de mercadorias ou de imagens e informações (TRIVINHO, 2004).

A economia – imersa na lógica operacional mercadológica e por ela regida – é a repercussão súnica em matéria local do fenômeno glocal. Aparentemente, não há possibilidade de resistência a esta cultura impositiva, que se apropria do *domus* e da *psiqué*, porque a colonização é sutil, quando não há um componente externo definido (e, portanto visível e ao qual se pode realizar algum enfrentamento). A atividade de barganha se dá pelas consciências e pela servidão voluntária³³, visto que não há dominação, mas sim entrega, negociação e sedução, segundo as quais se conforma um novo *ethos*, uma nova forma de relação com o si mesmo ou uma nova subjetividade³⁴, marcada pela anulação do tempo³⁵ e do espaço, que traz o sujeito para o interior do processo.

³³ O uso do termo neste contexto é inspirado na obra de Etienne de La Boétie (1982) que, no século XVI, mostrou que, por um lado, não é por medo que se obedece à vontade de um tirano, mas porque se deseja a tirania; e por outro, o desejo de tirania vem do desejo de propriedade que, por sua vez, vem do desprezo pela liberdade. A obra de La Boétie se situa na tradição libertária, quando sugere possível rompimento com a servidão voluntária, ato de consentimento e obediência aos mandos soberanos. La Boétie acreditava que seria possível tomar uma decisão corajosa contra a soberania, ignorando-a e criando condições para a afirmação da soberania individual. Quando se trata da glocalização da experiência, afirmando o glocal como modulador da existência, não se concebe uma forma possível de escapar ao glocal (mas também não descartando a possibilidade de tensioná-lo e de politizá-lo). Quando se fala em servidão voluntária, portanto, fala-se desta entrega inescapável aos fluxos tecnológicos e comunicacionais que indexam a existência na civilização mediática contemporânea.

³⁴ Os pares dicotômicos emissor/receptor, produtor/consumidor, conteúdo/audiência perdem o sentido e se forma um único mercado no qual os signos são transformados em capital e o “usuário” se põe, simultaneamente como produtor, consumidor e produto (Trivinho, 2004).

³⁵ Neste contexto do glocal como terceiro e único vetor do real, o tempo passa a ser também único. Tempo real, totalitário, adentrador, que articula todos os vetores locais e subordina todos os tempos locais, realizando a idéia de totalidade pela comunicação.

No entanto, é preciso considerar que existe uma autonomia relativa da subjetividade em relação ao real, possível a partir da mobilização da categoria da crítica (TRIVINHO, 2004). O horizonte em questão, portanto, estaria no tensionar internamente, operando na alternância entre visibilidade e desaparecimento. Neste âmbito, se dá a “utilização” (dominação pela política com dependência da técnica) do glocal pelas redes sociais como instrumento politizado (recupera-se aqui a noção de política como transpolítica) a serviço de um projeto coletivo. É preciso apenas ponderar esta clara, porém sutil contradição interna das redes (glocais), ressaltando que os movimentos devem habitar o glocal como meio possível para a construção do projeto pelo qual lutam, politizando-o e promovendo uma resistência efetiva – e não lateral³⁶ – à estrutura e à lógica que desejam combater. Resistindo lateralmente, correm o risco de afirmá-las e reproduzi-las.³⁷

2. Redes tecnológicas: ambiente e instrumento

Esse resistir lateral se caracteriza pelo domínio prático das máquinas pelas redes sociais para uso de um objetivo libertário, que faz parte de um contexto macro social mais abrangente, totalitário, de dependência da tecnologia. Esta contradição interna nem sempre é vislumbrada e conscientizada pelas redes sociais. O domínio da tecnologia é combatido em suas formas visíveis, mas em paralelo se dá a uma luta pela inserção dos indivíduos e organizações na lógica

³⁶ Afirma-se que a resistência é lateral, porque não se dá no âmbito da estrutura, mas dos conteúdos do glocal. As redes sociais não se contrapõem ao glocal como modulador da existência, mas a alguns de seus fluxos aparentes, visíveis (TRIVINHO, 2004). No Capítulo III, são abordadas possibilidades de tensão com o glocal, apontando para a politização de sua lógica, dinâmica e estrutura, não apenas de seus instrumentos de reprodução.

³⁷ A contradição sinalizada considera justamente que qualquer tentativa de politização do glocal incorre, inevitavelmente em uma imersão nesta condição e, portanto, na impossibilidade de resistir completamente a esta lógica. Por isso, afirma-se que a resistência possível é a proporcionada pelas ações de tensionamento e da crítica em relação a esta lógica.

informativa (em combate à exclusão), o que parece contribuir, paradoxalmente, para a proliferação da lógica de exclusão e opressão que elas se propõem a combater.

Por um lado, as redes sociais se contrapõem à lógica de reprodução desta realidade opressora, por outro, para promover a resistência – que só é possível a partir de dentro –, precisam dominar o capital cultural próprio da cibercultura e a se enredar com as redes tecnológicas na construção do seu projeto de sociedade³⁸.

A hibridação com o vetor tecnológico – reforce-se sua necessária problematização – é inevitável, na medida em que as redes tecnológicas representam a potência infra-estrutural de articulação das redes sociais, porque são capazes de enredar, permitem o encontro, a concentração, via voz, imagem técnica, texto, imaginário ou fala.

Apesar de ser possível um olhar instrumental sobre as máquinas no sentido de sua apropriação pelas redes sociais, não se pode encará-las como meros objetos dos quais as redes sociais fazem uso, pois se sabe que

máquinas e tecnologias não são entidades neutras e independentes. São ferramentas biopolíticas dispostas em regimes específicos de produção, que facilitam certas práticas e proíbem outras. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 429).

Na civilização mediática, a tecnologia ocupa *status* de centralidade, tornando-se tendência social majoritária, objeto de uma revolução silenciosa sem sujeito e sem projeto. Enquanto na modernidade, o ser humano era sujeito da técnica e da tecnologia, dominando-as pela política, na pós-modernidade, o ser humano é destronado, e a máquina se sobrepõe (TRIVINHO, 2004). A pós-modernidade não se realiza por revolução convencional, mediante a operação de um sujeito político, mas por uma revolução tecnológica motivada pelo mercado.

³⁸ No Capítulo III, em que o Fórum Social Mundial será tratado como uma das novas formas de fazer política na civilização mediática contemporânea, será aprofundada a análise das pautas e agendas nas quais esta luta está baseada.

Tal revolução estabelece a centralidade da tecnologia – e sua vertente comunicacional – e cria os alicerces para que o glocal se realize tanto em contextos de recepção presenciais, como sob a forma de prótese tecnológica oculta em imaginários e cérebros.

A informática, a internet e os meios de comunicação de massa globalizados fornecem a base técnica para o novo salto na mundialização do capital, novos métodos de gestão e organização do trabalho, novas práticas culturais e novas formas de apreensão do mundo. Esta é a raiz social da cultura *mediática*, fragmentada, multicultural, individualista, consumista e desengajada que freqüentemente recebe o nome de pós-modernismo. (LEITE, 2003, p. 34, grifo nosso).

Segundo Garcia dos Santos (2003, p. 11) “poderíamos detectar a centralidade da tecnologia no movimento do mundo, mas veríamos, ao mesmo tempo, quão pouco esta centralidade é problematizada”. Para o autor,

há uma profusão de discursos de glorificação e de marketing dos produtos e das benesses do progresso tecnológico; é claro também que a ela tenta se contrapor uma crítica dos riscos que a adoção da estratégia de aceleração tecnológica total comporta. Entretanto, é preciso reconhecer que a crítica ainda não foi capaz de convencer as sociedades nacionais e a assim chamada comunidade internacional da necessidade imperiosa de se discutir a questão tecnológica em toda sua complexidade [...] da necessidade de politizar completamente o debate sobre a tecnologia e suas relações com a ciência e o capital, em vez de deixar que ela continue sendo tratada no âmbito das empresas transnacionais, como quer o *establishment*. (SANTOS, 2003, p. 11).

Trivinho (2003) pontua que este mal-estar é, em síntese, “derivado do expurgo da crítica como instrumento de trabalho e de vida, consequência direta da denegação da categoria do político”. Diz o autor:

em estrito alinhamento às tendências tecnológicas correntes – vale dizer, clamando por elas, na verdade, por apostar piamente em seu suposto potencial de democracia, liberdade e emancipação –, a teoria social, doravante tecida pelo neo-

humanismo, neo-iluminismo e neoliberalismo cibertecnológicos e, por eles, prazerosamente entregue às armadilhas sedutoras do neopositivismo [...], pode-se assim expressar um orgulho invertido: traição ao melhor do seu percurso histórico recente. Põe-se aqui, portanto, a questão da tensão no âmbito da reflexão teórica contemporânea, mas uma tensão de outra natureza, aquela que se observa entre essa reflexão e uma esplêndida parte da própria história social da teoria, alinhada à crítica. (TRIVINHO, 2003, p. 18).

A crítica seria, portanto, atitude-condição para a realização da tensão possível ao glocal, que reconhece a comunicação como utopia realizada pela ocupação do centro da cena cultural pela tecnologia. Funda-se uma cibercultura, que permite a emergência histórica do presente como lugar onde se esgota a realização da existência. Eis a plurificação empírica do fenômeno pós-moderno.

A cibercultura se constitui como um dos vetores da civilização mediática, e

está implicada em tudo o que de mais socialmente importante vem à luz no mundo contemporâneo, na medida em que todos os objetos, procedimentos e processos doravante predominantes dependem, em alguma medida, da matriz informática da tecnologia. A cibercultura subjaz aos avanços consumados em diversos ramos da medicina, da engenharia civil, da administração e contabilidade, do Estado e do capital. Sua maquinaria é requerida na arquitetura e no urbanismo, na produção de todos os meios de transporte, nas mais recentes tendências estéticas e nos conflitos bélicos. A cibercultura reescala tanto a segurança pública quanto a organização de práticas legais e criminosas. Não por acaso, essa tecnocultura tem implicado vivamente questões inéditas de direito e ética [...].

A cibercultura envolve um novo condicionamento psíquico e comportamental dos seres humanos [...].

A partir da constatação de que o *cyberspace* redefine, rearticula e reescala, de maneira original, todos os elementos pertencentes à teoria social, pode-se concluir pela exigência de uma nova reflexão conceitual na área, compatível com a fase atual da sociedade mediática. (TRIVINHO, 2001, p. 60).

Na cibercultura, as categorias de espaço e tempo se reprogramam, e o glocal se apresenta como violência e motor de reorganização.

o espaço construído participa de uma *topologia eletrônica* na qual o enquadramento do ponto de vista e a trama da imagem digital renovam a noção de setor urbano. À antiga ocultação *público/privado* e à diferenciação da moradia e da circulação, sucede-se uma superexposição onde termina a separação entre o “próximo” e o “distante”, da mesma forma que desaparece [...] a separação entre o micro e o macro. (VIRILIO, 1993, p. 10, grifo do autor).

Para Trivinho (2004), não há apenas abolição do território, mas rearranjo do espaço: abolição das grandes extensões e, ao mesmo, tempo, recriação de espaço no contexto glocal de recepção. Portanto, a desterritorialização mediática gera necessariamente a fractalização glocal no âmbito das cidades. Diferente do processo de fragmentação, cada um dos fragmentos está encadeado com o todo de maneira tal que olhando para eles, a partir de sua fenomenologia, seria possível reconhecer o todo. Para Virilio (1993),

esta desregulamentação tecnológica dos diversos meios é também topológica, na medida em que constrói não mais um caos sensível e bem visível, como o fazem os processos de degradação e destruição [...] mas ao contrário, e paradoxalmente, produz uma *ordem insensível*, invisível, mas tão prática quanto a da construção civil ou das vias de esgoto. Hoje, é até mais provável que aquilo que persistimos em denominar URBANISMO, seja composto/decomposto por estes sistemas de transferência, de trânsito e de transmissão. (VIRILIO, 1993, p. 16, grifo do autor).³⁹

No que toca ao tempo, todos os locais estão subordinados ao único, da simultaneidade. “Ao tempo *que passa* da cronologia e da história sucede, portanto, um tempo que se expõe instantaneamente” (VIRILIO, 1993, p. 10, grifo do autor).

³⁹ A discussão sobre a ocupação do espaço reconfigurado será retomada no Capítulo III, ao tratar das formas de fazer política além da *polis*.

A supremacia recuperada pela *distância-velocidade* (MACH, BIT-SEGUNDO, NANO-SEGUNDO, etc.) sobre o espaço (km) e o tempo (km/h) restaura um vetor privilegiado da organização pré-geométrica do espaço e contribui assim para dissolver a estruturação tradicional das aparências, a percepção comum do espaço sensível. (Ibid., p. 22, grifo do autor).

Toda paisagem cultural é então arranjo societário reverberado pelo glocal e permitido pelo tempo real, na medida em que é produto dos fenômenos de sócio-espaçialização do tempo e temporalização do espaço (TRIVINHO, 2004). Passa-se, portanto, a atuar no tempo e não no espaço. Se as categorias do espaço e do tempo tornam-se relativas, segundo Virilio (apud SANTOS, 2003, p. 177):

é porque o caráter absoluto deslocou-se da matéria para a luz, e sobretudo para sua velocidade-limite. Assim, o que serve para ver, ouvir, medir e portanto conceber a realidade, é menos a luz que sua rapidez. Doravante, a velocidade serve menos para se deslocar facilmente do que para ver, conceber mais ou menos nitidamente. A frequência tempo da luz tornou-se um fator determinante da percepção dos fenômenos, em detrimento da frequência espaço-matéria.

Para Hardt e Negri (2001, p. 321), espaço e tempo se dissolvem e passam a se indexar à comunicação, que

não apenas expressa, mas também organiza o movimento [...] multiplicando e estruturando interconexões por intermédio das redes. Expressa o movimento e controla o sentido de direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas; em outras palavras, o imaginário é guiado e canalizado de dentro da máquina de comunicação.

Os autores afirmam que as redes da nova infra-estrutura de informação são um produto híbrido de dois modelos: o democrático e o oligopolista, sendo que a rede democrática é um modelo completamente horizontal e desterritorializado, cujo principal exemplo, seria a internet e sua estrutura. Este modelo democrático é o que Hardt e Negri entendem pelo que Deleuze e Guattari chamam de rizoma, uma rede não-hierárquica e não-centralizada.

Já o modelo de rede oligopolista, para os autores, é caracterizado

pelos sistemas de difusão [...] existe um ponto único e relativamente fixo de emissão, mas os pontos de recepção são potencialmente infinitos e territorialmente indefinidos [...]. A rede de difusão é definida pela produção centralizada, pela distribuição em massa e pela comunicação de mão única [...] Este modelo oligopolista não é um rizoma, mas uma estrutura em forma de árvore, que subordina todos os galhos à raiz central⁴⁰. (Ibid., p. 321).

Pode-se encontrar uma concepção mais crítica acerca destes elementos na discussão das novas estruturas sociais e da comunicação feita por Lucien Sfez (1994). O autor introduz o conceito de tautismo, que seria “a confusão entre as dimensões expressiva e representativa (instrumental) da interação, a pressuposição socialmente difundida de que nos expressamos, quando na realidade nos deixamos conduzir instrumentalmente na comunicação”. O autor afirma que hoje parece não haver sentido em se falar de comunicação sem concebê-la como tecnológica (SFEZ, 1994, p. 12) e que esta

não é mais que a repetição imperturbável do mesmo [tautologia], no silêncio de um sujeito morto, o surdo-mudo, encerrado em sua fortaleza interior [autismo], captado por um grande Todo que o engloba e dissolve até torná-lo o menor de seus átomos paradoxais. Dou a essa totalidade sem hierarquia, a esse autismo tautológico, o nome de tautismo, neologismo que condensa totalidade, autismo e tautologia. A comunicação se faz aqui de si para si mesmo, mas um si

⁴⁰ Quando se propõem a discutir formas de resistência à globalização, os autores o fazem de um lugar de fala que ainda não considera o fenômeno da glocalização, vetor que hoje incorpora a globalização econômica e financeira, a rearticula, somando-a a outros vetores componentes da cena social, histórica e política e compondo a civilização mediática regrada pelo glocal. Pela luta contra o global, constrói-se um comportamento político progressista, no entanto, na mesma medida, conservador, que contribui para a promover o aprofundamento da civilização glocal (TRIVINHO, 2004). A sutileza desta divisão, quando não devidamente discutida, a despeito de uma prática contra o Império, colabora com seu enraizamento e proliferação. (Esta argumentação está também fundada na discussão travada no Workshop “Horizontes do Objeto”, realizado em abril de 2005 no âmbito do CENCIB - Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Não se institui aqui uma dicotomia entre globalização e glocalização, na medida em que esta última não subverte completamente a lógica da primeira, mas sim destaca aspectos que não estão presentes no binômio globalização-mundialização, oriundo da tradição sociológica e econômica. Conceber a glocalização, ao contrário, é avançar em relação ao conceito de globalização, trazendo para a cena da reflexão teórica novos elementos que são mobilizados e trazidos ao campo da reflexão no decorrer da presente pesquisa.

diluído em um todo. Essa comunicação é, portanto, a que estabelece entre um não-si e um não-si-mesmo.

Os meios de comunicação pregariam a ilusão da diversidade e da variedade, quando na realidade, produzem repetições, diluindo o sujeito individual (emissor ou receptor), já que o poder está no circuito das informações. Segundo Sfez (ibidem),

a comunicação transcorre através de uma rede circular sem fim nem objetivo, ampliando seu campo a cada volta em um processo tautológico em que a realidade remete à ficção e onde a ficção constitui a própria realidade.

A comunicação estaria se extinguindo por excesso de interação, esgotando-se num processo tautológico, marcado por uma escalada espiral, no contexto do qual o receptor, o emissor e a mensagem não se distinguem mais do ambiente formado pelo conjunto do sistema, em que se tornou difícil encontrar alguma fonte do real fora do circuito fechado das mensagens e das redes de comunicação.⁴¹

A finalidade da tecnologia – que permite e reforça a realização da comunicação como utopia reconhecida pelo glocal – é, portanto, ela mesma, seu auto-desenvolvimento expansivo e complexizado. Na civilização mediática o vetor tecnológico é instaurado como modo de vida e estabelece uma nova *liga*, heterodoxa e insuflada por artifícios técnicos, que se enraíza no cotidiano e exige a incorporação e instrumentalização de uma linguagem específica, para que se tenha acesso a instrumentos e ambientes de diálogo e disputa, (trans)políticos, neste caso (TRIVINHO, 2004).

Chama-se esta linguagem específica de capital cultural informacional, cuja apreensão – ao mesmo tempo compulsória e tácita, de que se tratará a seguir – é realizada pelas redes sociais. Estruturadas como espaços de articulação sem institucionalidade (e muitas vezes sem estrutura

⁴¹ Por inspiração em Rüdiger [s.d].

física de base), as redes sociais encontram na incorporação deste vetor e no enredamento com seus fluxos o suporte necessário para justificar sua dinâmica e exercer seu potencial de articulação e mobilização.

3. Capital cultural informacional e ciberaculturação

As redes sociais, antes de se plasmarem com a tecnologia, precisam de senhas informáticas que conformam uma linguagem própria da cibercultura, cujo precedente é a assimilação do capital cultural, social, político a ser introjetado e transformado em competência para ação.

Este capital cultural diz respeito às formas de conhecimento cultural, competências ou disposições, um código internalizado, desigualmente distribuído; é constituído de saberes, competências, códigos e outras aquisições (que aqui, dizem respeito ao repertório próprio da cibercultura), e na sua forma incorporada (neste caso, pelas redes sociais), é descrito como: um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus* (BOURDIEU, 1998), que poderia ser definido como

um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram [...] uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares [...] o sistema de esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações características de uma cultura. (BOURDIEU, 1998, p. 349).

A transmissão do capital cultural requer investimento de tempo e se realiza de modo dissimulado, invisível e inconsciente e pressupõe a construção deste *habitus*

como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas [...] de um grupo de agentes. (Ibid., p. 191).

Esta nova linguagem se apresenta para as redes sociais, portanto, mediante necessária aculturação

não só como campo semântico dotado de jargões e jogos próprios, senão ainda como universo semiótico de segundo grau de validade técnica universal. Eis por que se alinha a um paradigma totalitário, com direito a costumeiros ufanismos. (TRIVINHO, 2001, p. 184).

Pode-se considerar o capital cultural informacional como o repertório necessário para o acesso de indivíduos, organizações e instituições ao mundo atual. Acesso, na medida em que

confere direitos e abre hipóteses de participação nos estreitos espaços da sociedade informatizada: acesso à forma correta de utilização do equipamento comunicacional, acesso ao mercado de trabalho e à manutenção satisfatória da própria vida, à experiência antropológico-comunicacional mais sofisticada do pós-guerra, a do ciberpace e assim por diante. (Ibid., p. 182).

Absorver este capital seria, portanto, a capacidade de incorporar e instrumentalizar a linguagem informática, entendida como

o conjunto de códigos de base, signos, comandos e demais elementos simbólico-operacionais que, em seu modo de disposição, respondem culturalmente pela especificidade dos media informáticos e seus dispositivos, definem seus contornos estruturais e as regras de seu domínio pelos indivíduos. (Ibid., p. 176).

A noção de linguagem aqui utilizada é a de que ela é tecnologia cultural, isto é, não um aparato técnico materialmente objetivado, mas um corpo lógico de elementos simbólico-culturais (TRIVINHO, 2003). Considerando-se que esta linguagem está imersa na lógica de reconfiguração do espaço e tempo⁴² e que este passa a ser um espaço-velocidade (VIRILIO, 1993), em que aceleração e desaceleração são as suas únicas dimensões verdadeiras, os indivíduos, organizações e instâncias de articulação, precisam dominar este repertório

⁴² Conforme sinalizado na introdução, aprofunda-se esta discussão no Capítulo III.

construindo o que Trivinho classifica de *dromoaptidão própria*, que seria “a capacidade de sintonia com a velocidade estrutural das mudanças [...] uma referência-termômetro que espelha a posição ocupada por governos, empresas, grupos e indivíduos na “gramática” da mais-potência infotecnológica” (TRIVINHO, 2003, p. 221).

O desafio se põe no âmbito da incorporação crítica e não tácita de tais “senhas infotecnológicas” (ibidem) que conformam este capital cultural, na medida em que este constitui uma das estruturas de rejunte das redes sociais e redes tecnológicas. No entanto, esta incorporação se dá de forma reconhecidamente voluntária⁴³ e sem a necessária discussão a respeito da incorporação e aplicação da tecnologia.

⁴³ Não se propõe aqui fazer um debate sobre os movimentos de “inclusão digital” ou “apropriação social das tecnologias da informação e comunicação”, no entanto, poderíamos detectar nestes uma concepção não apenas de aceitação tácita, mas de transmissão despolitizada do capital cultural da cibercultura e, portanto, de uma reprodução acrítica da lógica glocal, que aprofunda a civilização mediática e, a despeito de estar a serviço de um projeto contra a exclusão, aumenta as formas de opressão que a reproduzem e desenvolvem.

CAPÍTULO II

Movimentos sociais e a noção de redes⁴⁴

“Viver nesse mundo múltiplo significa fazer a experiência da liberdade enquanto contínua oscilação entre o pertencimento e o deslocamento”.

Gianni Vattimo

1. Articulação dos movimentos sociais em redes

Nas décadas de 1960 a 1980, os movimentos sociais no Brasil e no mundo se fragmentaram, constituindo movimentos “isolados” em torno de pautas específicas: de gênero, ecológicos, regionais, étnicos e outros. Passaram a se organizar a partir da afirmação de identidades coletivas e de projetos próprios em nome dos quais se exigia reconhecimento, respeito às diferenças culturais e defendiam-se novos direitos.⁴⁵

A partir da segunda metade da década de 1980 e, sobretudo na década de 1990, emerge uma crescente interlocução destes movimentos entre si e um diálogo com outros mais abrangentes, como aquele pela efetivação e garantia dos direitos humanos, e com outros mais “tradicionais”, a exemplo do movimento sindical. As lutas específicas passam a ser consideradas relevantes no interior de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil de caráter mais amplo⁴⁶.

⁴⁴ Neste título o termo “redes” é utilizado para fazer referência à estrutura organizacional e estratégia de atuação dos movimentos, na perspectiva das análises construídas no interior deles próprios. Esta concepção de redes será aprofundada no tópico 1.

⁴⁵ Histórico inspirado na cronologia desenvolvida por Ilse Scherer-Warren (1998).

⁴⁶ Paralelamente, começa a emergir na sociedade civil brasileira o movimento pela democratização da comunicação (que, hoje, avançou para a concepção da comunicação como um direito e do ambiente comunicacional como arena de disputa política e cultural). Este movimento é aquele cujas concepções mais se aproximam, embora de maneira aparentemente inconsciente, da politização que se afirma como possibilidade de disputa, resistência e tensão com o global, conforme será visto no Capítulo III. Mauro Wilton de Sousa (1995, p. 13-38) explica que as mudanças políticas ocorridas nas décadas de 70 e 80 colocaram o indivíduo em uma “zona limite e conflitiva”, motivando o

Haddad (apud ABONG, 2004) analisa neste contexto o papel, a força e as motivações da sociedade civil. Para ele,

o colapso dos regimes socialistas do Leste Europeu e a derrota das ditaduras civis e militares de grande parte dos países do Sul criaram um ambiente de maior complexidade política. As crises dos sistemas e estruturas de governo, unidas às crises dos sistemas de representação partidária deslocaram a atenção para a capacidade e os interesses da sociedade civil organizada e sua potencialidade no campo da intervenção social [...]. Assim como os interesses do mercado e dos governos se apresentam de forma diversa e contraditória, os interesses da sociedade civil também o são. Nesse campo, coexistem diferentes identidades políticas em que se manifestam disputas por hegemonia de idéias e poder. (ABONG, 2004, p. 5-7).

Estas diferentes identidades, segundo Haddad (no campo específico das ONGs), buscaram revisar a partir de um novo contexto político, “seu sentido e sua importância diante dos demais sujeitos da sociedade civil, sua forma de atuação, mecanismos de intervenção na esfera pública, suas alianças e sua atuação em redes temáticas e de interesses comuns”.

O movimento analisado por Haddad confirma a concepção de que, neste período, as lutas identitárias e pela autonomia cedem lugar a um movimento de associativismo, que passa a zelar pela cooperação e pela complementaridade como forma de unir esforços e potencializar ações.

Roberto Bissio (apud ABONG, 2004, p. 20)⁴⁷ afirma que

o fim da guerra fria marcou a extinção de qualquer contrapeso militar ao poderio dos Estados Unidos, mas criaram-se as raízes do contrapeso da opinião pública. Este contrapeso, representado pela sociedade civil, ganhou força a partir da segunda metade do século XX, quando foram realizadas diversas conferências internacionais,

desenvolvimento de ações em que o sujeito não se limita ao determinismo emissor/receptor, “mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural”. Esta é uma das concepções-chave da luta pelo direito à comunicação: o cidadão seria aquele que não apenas tem direito de receber informações, mas também de produzi-las e de intervir efetivamente nas políticas públicas do setor no país. Sobre isso, veja-se o Anexo II.

⁴⁷ Trata-se de uma conferência sobre “Multilateralismo: governança internacional e o papel da sociedade civil”, realizada na Assembléia da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais em 2003 e sistematizada pela ABONG (2004).

contemplando toda agenda social, ambiental e de gênero, com a maioria dos governos de todo mundo se comprometendo a implementar suas proposições. Neste período, o conceito de direitos humanos que antes resumia a direitos civis e políticos, foi acrescentado de conceitos de direitos econômicos, sociais, culturais, direito de não-discriminação étnica e de gênero, entre outros.

Estes princípios de associativismo e de encontro de pautas comuns remetem também para o ideário de construção de uma esfera pública democrática ampla, conectando iniciativas locais com outras mundiais. Para Haddad (ABONG, 2004, p. 5),

as novas tecnologias da comunicação, os movimentos sociais e os grandes ciclos de conferências sociais da Organização das Nações Unidas – ONU evidenciaram, de maneira crescente, o consenso global sobre a necessidade de valores universais, de respeito aos direitos humanos e ao pluralismo cultural, bem como de preservação dos bens naturais e da sociodiversidade do planeta [...]. Pessoas que se unem não são novidade na história da humanidade. O novo é a extensão dessa presença na esfera pública e sua escala global. As ações resultantes deste movimento variam de amplitude e diversidade; suas fontes de inspiração podem ser desde motivos religiosos, de solidariedade e filantropia, até motivos de natureza política. No mundo inteiro, a sociedade civil interage e busca contrabalançar o poder do mercado e dos governos.

É neste contexto que a idéia de articulação em redes se legitima no âmbito dos movimentos sociais⁴⁸, nos planos local, estadual, nacional e internacional.

⁴⁸ Reforçando que se entende (metodologicamente) por movimentos sociais – conforme explicitado na Introdução – todos aqueles movimentos de caráter político que partem da sociedade civil (entendida conforme visto anteriormente, como o conjunto de espaços e organizações que se diferenciam do Estado e do mercado). Tais movimentos, segundo Ballón (apud ABONG, 2004), “se diferenciam daqueles que fazem parte do terceiro setor, não lucrativo e filantrópico, mas de claro conteúdo neoliberal; daqueles que adotam uma postura privatista, favorável ao processo de redução do Estado; daqueles para os quais a luta contra a pobreza é vista como assistencialismo e filantropia. Trata-se, portanto, de movimentos que se definem como parte da sociedade civil, em que afirmam uma identidade específica, baseada na defesa de interesses públicos e no compromisso com a constituição de uma esfera pública ampliada; que defendem o fortalecimento das organizações da sociedade civil e da esfera pública não estatal; que acreditam que a luta contra a pobreza deve ser feita por meio do fortalecimento da política social como expressão de direitos”. Esta concepção de movimentos sociais abarca ONGs e movimentos, dissolvendo a falsa dicotomia que por

As redes sociais se consolidam como estratégia de atuação que condiz com a renovação da dinâmica política referendada pelo fenômeno da globalização, e são vistas pelos movimentos como espécie de resposta aos limites organizacionais de uma realidade configurada por tal globalização e seus efeitos. Tornam-se, portanto, realidade sustentando-se em valores de comunidade, alteridade, diversidade, humanismo, colaboração e solidariedade.

Estes ambientes de interlocução e reforço mútuo são reconhecidos pelas organizações como espaços ou fluxos de dinamismo invisível e articuladores do societário, que permitem uma troca coletiva e, portanto, têm um papel fundamental na qualificação da informação e das experiências vividas e replicáveis.

Estas estruturas são entendidas como redes de articulação política e mobilização social que se constituem para otimizar esforços, potencializar ações, fortalecer sujeitos que se unem em torno de um interesse comum. Para o movimento social⁴⁹, as redes sociais são campos de construção de identidade, produção simbólica e ação política, concepção que se faz aqui de objeto de crítica.

No contexto do glocal e para a pesquisa em questão, o interesse está centrado na análise crítica do subconjunto de redes e fóruns, composto por organizações da sociedade civil e caracterizado pela emergência de uma nova qualidade de movimentos sociais, marcada por lutas simultaneamente econômicas, políticas e culturais.

Na concepção de Negri e Hardt (2001), estas são lutas biopolíticas, que valem “para decidir a forma da vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade”. O contexto biopolítico é indispensável para esta análise, na medida em que

vezes aparece em discussões “internas” a eles, de que os movimentos seriam aqueles que mobilizam e pressionam, e as ONGs mediam e propõem. Em sua dinâmica operacional, as redes sociais são movimentos de articulação e mobilização, portanto, de mediação, ação e proposição.

⁴⁹ A afirmação de uma generalidade quando se fala em “para as organizações” ou “para o movimento social” está fincada no lastro de experiência desta pesquisadora como condutora de oficinas de articulação de redes e fóruns que operam nesta lógica.

apresenta o poder como alternativa, não apenas entre obediência e desobediência, ou entre participação política formal e recusa, mas também em toda a esfera da vida e da morte, da fartura e da pobreza, da produção e da reprodução social e assim por diante. (NEGRI; HARDT, 2001, p. 45).

Nesse sentido, para os autores, a apreensão do contexto biopolítico é fundamental para aqueles que pretendem influir nos processos sociais, de maneira a reorientar programas e decisões políticas e a implementar soluções de caráter democrático e emancipatório.⁵⁰

Trata-se aqui o conceito de emancipação tendo como referência a “Sociologia das Ausências” proposta pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (apud ABONG 2004) e que se refere a elementos necessários para a renovação da teoria social, a exemplo de diálogo, linguagem, grupo e experiências.

Sousa Santos afirma que a contemporaneidade está assentada sobre dois pilares de construção do conhecimento. O primeiro é o conhecimento-regulação e o segundo, o conhecimento-emancipação. O conhecimento que se tornou hegemônico foi o conhecimento-regulação que, na maioria das vezes, anula as possibilidades de implementação e institucionalização do conhecimento-emancipação. Essa situação se deveu, fundamentalmente, segundo Sousa Santos, à forma pelas qual a ciência moderna se tornou predominante em relação às demais formas de pensar e produzir conhecimento na sociedade. Como alternativa a tal situação, o autor advoga e propõe os fundamentos para o que ele denomina de uma teoria crítica pós-moderna. Propõe que se usem os grupos, entidades, organizações como fonte, valorizando e reforçando os laços e as referências importantes para o exercício da cidadania.

⁵⁰ Ao descrever a emergência de movimentos sociais biopolíticos, Negri e Hardt estão presos à resistência ao edifício político constituído e à conceituação que se articula em função de uma lógica política ainda herdada do iluminismo e Renascimento. A partir da segunda metade do século XX, uma leitura sobre a dinâmica de atuação dos movimentos sociais nos permite constatar que ações de resistência se dão em outra lógica, a do recuo e avanço da cena política na visibilidade mediática, em que se disputam espaços de poder sem almejá-lo. A temática da operação social em momentos de visibilidade e invisibilidade será retomada quando se tratar das práticas locais no Capítulo III.

O autor fala da emancipação e do saber como promoção e incorporação de ecologias, em substituição às monoculturas que regem o sistema atual de gestão da produção. A teoria crítica pós-moderna, proposta por Sousa Santos, estaria assentada sobre os fundamentos de uma cidadania que leva em consideração a necessidade de apreensão, em suas preocupações, das questões ecológicas contemporâneas.

A “Sociologia das Ausências” sugere: (1) a emancipação conduzida pela ecologia dos saberes e do diálogo em substituição à monocultura do saber e do rigor do saber; (2) a ecologia das temporalidades, em lugar da monocultura do tempo linear; (3) a ecologia dos reconhecimentos em lugar da monocultura das classificações sociais; (4) a ecologia das trans-escalas (desglobalizar para reglobalizar) em substituição à monocultura da escala dominante; e (5) a ecologia das produtividades em lugar da monocultura da produtividade capitalista. Segundo Sousa Santos (apud ABONG, 2004, p. 55-67), “a grande sensação, nesse período pós-muro de Berlim, é a do desperdício da experiência”. Para o autor, é possível reconstruir a idéia de emancipação social a partir de experiências bem-sucedidas em áreas como a produção alternativa e democracia participativa. Para ele, essas experiências estão localizadas e precisam ter os seus elementos emancipatórios explicitados e conectados. Portanto, seria a partir da retomada da idéia de conhecimento-emancipação, que segundo o autor foi desprezada pela modernidade, que a teoria crítica pós-moderna iria se constituir. Nesse tipo de conhecimento, todo ato de conhecer é também um ato de reconhecer, no sentido de que o outro não é mais visto e tomado apenas como um objeto, mas como sujeito do conhecimento. Nesse âmbito residiria a diferença fundamental entre o conhecimento-emancipação, base para uma crítica pós-moderna, e o conhecimento-regulação hegemônico na modernidade.

Este esforço, para Sousa Santos, reduziria o distanciamento entre a teoria e a prática, entre a ciência e a sociedade, entre produtores, distribuidores e usuários. Com base nos argumentos do

autor, constrói-se a crítica à relação entre emancipação e cultura pós-moderna. Pontua-se a necessidade desta tensão, visto que a argumentação do autor é egressa da cultura política moderna herdada, cuja superação foi promovida pela cultura pós-moderna a partir de seu questionamento. Reafirmá-la e utilizá-la como prisma poderia ser, portanto, um equívoco político, na medida em que é uma idéia proveniente do iluminismo. No entanto, deixá-la de lado poderia soar precipitado, posto que oferece uma contribuição relacionada à dinâmica operacional das redes sociais e ao pensamento vigente entre seus membros.

Tal linha de pensamento está presente na obra da pesquisadora Ilse Scherer-Warren (1999, 2002), cujo trabalho de produção de informação subsidia a ação política no interior de determinados movimentos sociais brasileiros. Scherer-Warren (2002) afirma que, no pensamento científico, os estudos das ações coletivas na perspectiva de redes⁵¹ ora as tratam como um elemento da sociedade da informação que, em si, se estrutura cada vez mais sob a forma de redes, ora como uma metodologia adequada para investigar estas ações na sociedade complexa, ou ainda como novas maneiras de relações e articulações dos movimentos no mundo globalizado, cujas características demandam novas formas de entendimento.

A rede como estratégia poderia ser usada tanto como meio libertário quanto totalitário porque

a rede em si não é virtuosa. Uma rede de movimento libertário se distingue de uma rede terrorista por sua morfologia, seu simbolismo e pelo tipo de empoderamento que pratica e almeja. (SCHERER-WARREN, 2002, p. 68).

A pesquisadora sugere que seja acrescentada a perspectiva da crítica aos estudos das redes de organizações da sociedade civil. Para ela, a dinâmica dos movimentos sociais sob a forma de redes coloca novos desafios à teoria social crítica, a saber: desfundamentalização,

⁵¹ A autora se refere às redes do ponto de vista estrutural e estratégico.

descentramento, superação dos essencialismos rumo ao interculturalismo, engajamento dialógico na rede em contraposição à separação entre teoria e prática. No entanto, apesar de apontar para a necessidade de incorporação destes movimentos de crítica, Scherer-Warren considera que as oportunidades para o empoderamento⁵² destas redes, para além da participação nos novos canais institucionais, vieram também das “facilidades de interação por meio do ciberespaço” (SCHERER-WARREN, 2002, p. 69). O grande desafio para as redes sociais, portanto, estaria no fato de terem de servir de filtro para o volume de informações existentes. É o que a autora chama de produção de informação qualificada para a retomada da crítica.

Quando aborda a questão da incorporação da crítica como possibilidade de qualificação de informação, a pesquisadora interpreta a crítica como um instrumento empregado para incorporar saberes e não para tensionar o presente e repensar a existência⁵³. E o faz concebendo a tecnologia e o ciberespaço como ferramentas desprovidas de lastro político autoritário, elemento fundador da categoria do glocal, que pressiona por adesão sem questionamento do valor de uso destes considerados instrumentos. Em uma ação constatatória, deixa, portanto, de mobilizar a categoria da crítica (da maneira com a qual se entende tal categoria na presente pesquisa) para (não) questionar a validade e a propriedade reais do uso da tecnologia, afirmando apenas que elas vieram agregar potencial ao trabalho das redes sociais.

Esta concepção de redes sociais é aquela empregada no discurso dos seus integrantes e marcada por uma taxa de ingenuidade passível de crítica, na medida em que as trata como espaços de resistência política sem avaliar seu hibridismo com as tecnologias e sem analisar este

⁵² Aqui não se pretende criticar a forma como esta emancipação é desejada ou se dá, posto que esta tensão seria apenas lateral. Pretende-se criticar a idéia de emancipação em si, construída sobre alicerces herdados. Uma tensão a esta concepção significa uma tensão também à concepção de redes como espaços qualificadores de experiência e filtros de saberes e conhecimentos.

⁵³ É preciso registrar que esta formulação faz uma clara e intencional alusão ao evento “Horizontes do Ciber mundo – Tensionar o presente, repensar a existência”, realizado em agosto de 2004 pelo CENCIB – Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Ciber cultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PEPG COS / PUC-SP.

plasma como estrutura reprodutora da civilização mediática. Uma fala competente do ponto de vista estratégico, pois busca fazer com que os benefícios se estendam para todo o gênero humano. No entanto, conservadora, porque faz aquilo que a história presente quer que ela faça. É essa contradição interna que caracteriza e reforça o hibridismo das redes sociais com as redes tecnológicas (TRIVINHO, 2004).

2. A hibridização irreversível com as redes tecnológicas

O hibridismo das redes sociais com as redes tecnológicas é determinado, fundamentalmente, pela relação de dominação e dependência entre estes dois vetores componentes da cena social, política e cultural da civilização mediática. A mobilização social das primeiras pressupõe necessariamente produção de articulação política⁵⁴ mediada pelas segundas, posto que tal relação se dá na emergência do glocal como princípio descentrado de estruturação da existência.

Os dois vetores estão plasmados de tal maneira, que a indissociação entre eles é impossível. Conjugados, conformam uma terceira tendência, na verdade única, que aglutina de maneira homogênea os outros que a constituem. São redes socio-técnicas, comunicacionalmente estruturadas, regradas pela informação e historicamente determinadas, que serão chamadas de redes glocais. Em que pese o pleonasma contido na expressão, visto que se consideram redes como sendo pressupostamente tecnológicas e comunicacionais, será feito uso deste conceito nesta pesquisa para tratar dos espaços híbridos em questão.

⁵⁴ Considera-se que, no contexto de atuação dessas redes, a mobilização social pressupõe produção de articulação política mediada pelas redes tecnológicas. A noção de articulação está vinculada à do recuo ou ação na invisibilidade; e a de mobilização, à de aparição na praça pública, na cena mediática ou de visibilidade.

As redes glocais – ainda que não se autodenominem desta forma – têm sua articulação e mobilização constituídas em base ou suporte tecnológico, cuja dinâmica pode ser verificada em momentos alternados de visibilidade e invisibilidade, porém de permanente fluxo. Pode-se afirmar que as práticas glocais na esfera da invisibilidade germinam na visibilidade, apesar de não terem como objetivo único ou final a aparição em praça pública.

Movimentos que exercem práticas glocais⁵⁵ atuam estrategicamente em contrações e expansões, momentos de visibilidade e recuo, subvertendo a lógica da modernidade e envolvendo o *establishment* pela micropolítica, abalando as lógicas da resistência e da disputa pelo poder. Tentam, desta maneira, realizar uma forma de tensão possível⁵⁶, retirando-se da área de simulação⁵⁷, desaparecendo e aparecendo. Fora de ambientes institucionais, as redes glocais procuram realizar uma nova política, na medida em que questionam a importância do enfrentamento de um modelo de poder que parece ter perdido o sentido e se tornado simulação.

Reconhecendo o papel das redes glocais na tentativa de construir uma nova forma de resistência política, deve-se, com efeito, notar que elas também cumprem seus objetivos através de um expediente ou vetor paradoxalmente comprometido com a reprodução da civilização mediática. O glocal como meio se torna instrumento politizado de um projeto coletivo⁵⁸, com o qual se supera a fragmentação, mas não se superam os processos comunicativos totalizantes.

⁵⁵ O conceito e a empiria das práticas glocais são tratados no Capítulo III.

⁵⁶ Que não pressupõe um “bom uso” do glocal, mas uma postura que o assuma como inescapável e empregue a crítica em relação ao mesmo.

⁵⁷ Quando se diz “área de simulação”, não se pretende dizer que existe necessariamente, em oposição (ou complemento) a esta uma pretensa “área do real”. Trata-se como área de simulação o espaço público mediático em sua vertente visível, no qual se dão as ações das redes sociais em seus momentos de aparição ou mobilização. Diz-se simulação, porque se entende que é neste ambiente que se trava parte da “luta pelo poder”, hoje dissolvido no próprio ambiente mediático sob a forma de um poder comunicacional vigente, conforme consta na Introdução.

⁵⁸ Trata-se da noção de projetos coletivos, tendo como base empírica a atuação das redes sociais, conforme visto: fluxos simbólicos de dinamismo invisível, articuladores do societário e formados por organizações da sociedade civil que possuem em suas lutas agendas e pautas comuns e que objetivam otimizar esforços e potencializar ações. Apesar de se considerar, nestas bases, a noção de redes sociais como espaços de troca e qualificação de informações, é oportuno também discordar da noção de inteligência coletiva, normalmente vinculada a teorias e práticas que apostam por demais nas tendências da cibercultura. Internet, *web* e *cyberspace* são categorias do glocal, mas a

Dessa maneira e sob essas bases, os fins almejados pelos movimentos podem ser atingidos, a pressão pode ser exercida, os resultados podem ser alcançados, mas sob o lastro da civilização mediática e sob o prejuízo de ter contribuído para a sua proliferação e seu desenvolvimento. É, portanto, no ato de tentativa de politização do glocal e de sua utilização como meio de disputa do projeto político coletivo que incide a contradição interna das redes glociais.

Aparentemente, não há possibilidade de resistência, porque a colonização glocal é sutil, a atividade de barganha se dá pelas consciências e, portanto (como visto no Capítulo I), a servidão é voluntária. No entanto, é legítima e necessária esta politização do glocal, pois a contradição interna das redes glociais não anula a proposta de resistência destes espaços como novas formas de contrapoder, criticando a partir de dentro, mesmo atoladas na contaminação glocal, posto que este vetor se estabeleceu como articulador majoritário do social na civilização mediática contemporânea (TRIVINHO, 2004).

Em *Império*, Hardt e Negri também propõem alternativa semelhante, a saber: que se abandone, de uma vez por todas,

a busca de um lado de fora, de uma perspectiva que imagine pureza para nossas políticas. É melhor, tanto teórica, quanto praticamente, entrar no terreno do Império e confrontar seus fluxos homogeneizantes e heterogeneizantes, em toda sua complexidade, fundamentando nossa análise no poder da multidão global. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 64).

A proposta dos autores deve ser levada em consideração, fazendo-se as ressalvas sinalizadas anteriormente, por estarem imersas num contexto que não incorpora as tendências do vetor glocal. Dissolvidas as categorias opostas como o público e o privado, o dentro e o fora,

concepção de inteligência coletiva implica: (1) a legitimação de uma categoria técnico-cultural, quando na verdade deveria fazê-la de objeto de crítica; e (2) a leitura do passado segundo o paradigma do presente e, portanto, positivismo (TRIVINHO, 2004). Para uma análise politizada da cibercultura e de seus elementos sociais, culturais e simbólicos, é preciso considerar a condição da crítica na civilização mediática e mobilizar esta categoria como forma de politizar o debate.

pode-se afirmar que hoje, é na alternância e sucessão entre visibilidade e desaparecimento que se estabelece a tensão maior possível.

Poderia ser ingênua a tentativa de se contrapor ao glocal, pois não é possível falar na sua inexistência. O horizonte, portanto, seria o de tensionar a partir de dentro: habitar o glocal, o reconhecer, o assumir como inescapável e o negar, o questionar, considerando que a subjetividade tem uma parcela de autonomia relativa em relação ao real.

Ao se considerar que o glocal é invisível e só pode ser apreendido pelos seus efeitos, a crítica, a reflexão e a resistência se tornam possíveis. E, para exercê-las, seria preciso agir de maneira abstrato-dedutiva, olhando para os processos, decantando-os em conceitos e os aproximando do real (TRIVINHO, 2004).⁵⁹

⁵⁹ No Capítulo III, serão aprofundadas as maneiras pelas quais se considera viável a politização do glocal.

CAPÍTULO III

Redes Glocais

“Em política, diferentemente da física, percepções são fatos”.

Lionel Johns

1. Práticas glocais e o deslocamento do conflito armado ao mediático

No dia 30 de novembro de 1999, movimentos sociais articulados realizaram em dezenas de cidades de todo o mundo manifestações simultâneas em protesto contra a reunião da Organização Mundial do Comércio – OMC, em Seattle, nos Estados Unidos. Cerca de 50 mil pessoas saíram às ruas da cidade norte-americana para se contrapor às políticas de desregulamentação e liberalização da economia. A “rodada do milênio” foi cancelada, depois do bloqueio dos acessos ao local do encontro por grupos de ação direta e manifestações de rua.

Leite (2003, p. 32-33) lembra que “a constituição da OMC era acompanhada de outras iniciativas liberalizantes”, citando o Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA (entre os Estados Unidos, Canadá e México, firmado em 1993) e o Tratado de Maastricht (que impulsionaria a União Européia, assinado em outubro de 1993). Para o autor,

esse processo de governança era acompanhado [...] por ofensivas contra os direitos sociais, de um lado, e pelo aumento da miséria, das desigualdades e das exclusões, de outro. Em contrapartida, emergiam em todo o mundo [...] novas resistências, frequentemente com um caráter político muito inovador. (LEITE, 2003, p. 32-33).

A luta travada nas ruas de Seattle, para os movimentos sociais, é tida como um marco: resultante e estimulante de um processo que teve ali um momento de visibilidade e cuja lógica passou a influenciar determinadamente outros movimentos de articulação e mobilização. Por um

lado, “o que aconteceria em Seattle não seria um episódio isolado, mas antes um fenômeno catalisador de processos profundos e duradouros” (LEITE, 2003, p. 41). Por outro, Seattle seria “a vitrine mediática de um movimento que pode ter muitas origens, mas que, em sua vertente radical, remonta à inspiração da revolta zapatista em 1994 e à articulação dos dias de ação global em 1998” (ORTELLADO; RYOKI, 2004, p. 11).⁶⁰

Na esteira de fenômenos como o de Seattle, do legado político dos movimentos dos anos 60 e 70 e da abertura democrática, outros movimentos sociais organizados em redes deixaram de se manifestar estritamente nas ruas e em ações de guerrilha (utilizando equipamentos bélicos e atuando em território geográfico) e passaram a operar sob a lógica de avanços e recuos na cena mediática, de uma construção processual (na invisibilidade) com momentos de aparição na cena pública (de visibilidade⁶¹).

Em 2001, manifestantes se reuniram em protestos contra a Cúpula das Américas em Quebec, Canadá, onde se negociava a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Também em 2001, aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que reuniu mais de dez mil pessoas para debater alternativas⁶² ao neoliberalismo.

A fenomenologia destes movimentos e seus momentos de contração e expansão conformam o objeto de estudo do presente Capítulo, no qual pretende-se analisar tais processos exercendo o emprego da categoria da crítica e analisando as concepções de articulação política e mobilização

⁶⁰ As idéias de “vitrine mediática” e “catalisador”, além da referência da revolta zapatista são elementos citados por Ortellado e Ryoky e Leite, que serão retomadas adiante, trazendo a contribuição de Brige e Di Felice (2002), que tratam destas novas formas de fazer política.

⁶¹ Não se sugere que as ações de guerrilha, ações diretas e enfrentamento nas ruas foram abandonadas pelos movimentos. Afirma-se, no entanto, que hoje, esta estratégia de atuação visível se mescla com (e é efeito de) momentos de invisibilidade e recuo da cena pública.

⁶² As organizações envolvidas no processo Fórum Social Mundial operam hoje com o neologismo da “alterabilidade” e assumem em seu discurso que não têm a pretensão de oferecer alternativas ou soluções para o neoliberalismo, mas sim de construir um processo de enfrentamento desta lógica baseado em experiências reais e replicáveis no conjunto da sociedade. Esta afirmação não encontra referências em bibliografia, posto que é fruto de diálogos realizados pela pesquisadora com diferentes dirigentes em variados espaços da sociedade civil organizada brasileira.

social mediadas pelas redes tecnológicas e marcadas pelo glocal como modelo de prática existencial na civilização mediática. Para reescalonar a discussão teórica até aqui feita, a análise será centrada da empiria destes movimentos no processo que aqui se denomina Fórum Social Mundial, tendo sempre outras redes sociais como referência para efeito de comparação e reforço de argumentos.

Pretende-se, assim, apontar para um possível horizonte de tensão com o glocal, analisando-se de que forma as redes glocais – movimentos sociais articulados em bases glocais – podem de fato promover resistência, a despeito de esta *práxis* estar inevitavelmente imersa no aparato tecnológico e na lógica operacional que promovem a reprodução da civilização mediática.

2. Fórum Social Mundial: do evento ao processo

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano. O FSM se propõe a debater alternativas de construção, que respeitem os direitos humanos universais, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.⁶³

⁶³ Trecho da Carta de Princípios do FSM, reproduzida no Anexo I e disponível em www.forumsocialmundial.org.br. Vale notar que organizações que conduzem o processo Fórum Social Mundial concebem a sociedade civil como um conjunto de instituições não-governamentais, associações, movimentos e entidades sindicais, o que corresponde à parte da sociedade que se organiza para realizar determinados objetivos, superando a ação individual desligada do conjunto da sociedade [...] Esta compreensão de sociedade civil exclui os partidos políticos, governos e suas instituições internacionais, e organizações militares. Segundo Whitaker (2005, p. 59-60), “a carta de princípios do FSM exclui os partidos da participação em sua organização, mas isso não os exclui do ponto de vista teórico, da sociedade civil ou da parte da sociedade que se considera politicamente organizada. A exclusão se deveu à constatação de que os partidos, governos e instituições internacionais já dispõem de foros e instâncias em que podem

As propostas da Carta de Princípios do FSM partem de um grupo de lideranças e intelectuais brasileiros, como fruto de um processo de amadurecimento de articulação e mobilização da sociedade civil – a princípio brasileira e depois internacional – que segue em construção.

Os itens 11, 12 e 13 da Carta tratam de três funções concomitantes: “o Fórum como espaço de debates, como espaço de troca de experiências e como espaço de articulação” (WHITAKER, 2005, p. 60).

A emergência de uma prática de articulação social nos moldes da que se dá no âmbito do FSM é marcada pela transição do capitalismo materializado para o capitalismo em sua fase *sígnica*⁶⁴ que marca, também, o caráter tecnológico deste movimento articulatório do Fórum. Organizações, indivíduos, redes e fóruns envolvidos no processo realizam pesquisas, consultas, inscrições e contatos prévios para planejamento de atividades autogestionadas em suporte tecnológico glocal. O processo articulatório prévio se dá por *e-mails*, *web*, telefones (inclusive dispositivos móveis) e reuniões presenciais periódicas, que se tornam mais constantes com a proximidade do evento anual. A dinâmica de operação do Fórum o caracteriza como uma rede glocal e como expressão clara dessa nova forma de agir político.

se encontrar e se articular”. Para esta pesquisa, não estão em jogo, partidos, governos e instituições internacionais quando se fala de movimentos sociais (retome-se as concepções de movimentos e sociedade civil explicitadas na Introdução).

⁶⁴ O argumento foi detalhado no Capítulo I. Aqui, avança-se, contextualizando – no âmbito da sociedade civil brasileira – a questão da transferência dos valores do capitalismo, que passa a privilegiar o imaterial e o simbólico. O professor Francisco de Oliveira, em conferência sobre “A sociedade civil nas pautas políticas nacionais”, realizada na Assembléia da Associação Brasileira de ONGs em 2003 e sistematizada pela ABONG (2004, p. 72), analisa o momento político do país, afirmando que, num quadro de imprevisibilidade e indefinições, emerge o movimento de financeirização como força nova no país, entendendo-se este movimento como a autonomização do mercado e o predomínio do setor financeiro sobre o conjunto da economia. Para o professor, “isso não significa ausência do Estado, mas representa uma escala de valores inteiramente subordinada aos valores do mercado. E isso afeta a sociedade civil, porque transforma a política e as políticas públicas em políticas de funcionalização da pobreza [...] na pauta política das organizações da sociedade civil no Brasil, está em primeiro lugar a tarefa de recuperar a política [...] e reintroduzir o dissenso como conteúdo básico de qualquer política [...]: constranger e obrigar o governo”. Portanto, cabe aos movimentos políticos compreender e absorver esta isomorfia relativa à operação do mercado, como forma de se conscientizar o paralelismo entre sua forma de atuação e a dinâmica mercadológica, com o intuito de politizar e tensionar a inserção nesta lógica.

Para Ortellado e Ryoky (2004, p. 15),

se as experiências do passado ofereciam esquemas muito claros e bem definidos de transformação social, como o modelo leninista de tomada do poder ou o modelo anarco-sindicalista da greve geral revolucionária, a realidade contemporânea mostrava que era preciso inventar novos caminhos. Havia alguns esboços teóricos [...], como o municipalismo libertário de Murray Bookchin ou a Economia Participativa de Michael Albert, mas neles faltava a união de um projeto consistente de sociedade com um processo claro de como implementar a transformação social. Enquanto essas teorias iam se desenvolvendo, apoiadas em pequenas experiências concretas, uma grande revolta se consolidava no México e abria todo um leque de possibilidades de renovação do pensamento e práticas do movimento social.

O FSM foi concebido nesta conjuntura, que exigia dos movimentos sociais, organizações, grupos e indivíduos envolvidos no processo novos instrumentos políticos para fazer frente a ela.⁶⁵

⁶⁵ Oito organizações compõem a Secretaria Executiva do FSM, que possui um escritório em São Paulo e é responsável pela coordenação do processo Fórum. Essa secretaria é formada pelas oito entidades que iniciaram a organização do primeiro FSM: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – ATTAC, Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – Cives, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra – MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Quando o FSM transferiu-se para Mumbai, foi criado um Comitê Organizador Indiano (responsável pela organização do FSM 2004) – que foi integrado em seguida à Secretaria do FSM. As questões políticas gerais e a discussão sobre os rumos do FSM e as metodologias dos eventos anuais são debatidas e encaminhadas no âmbito do Conselho Internacional, formado atualmente por 129 organizações. Para a quinta edição do FSM, foi constituído um Comitê Organizador Brasileiro (COB) formado por 23 organizações, subdivididas em oito Grupos de Trabalho – GTs: Espaços, Economia Popular Solidária, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Cultura, Tradução, Comunicação, Mobilização, Software Livre (articulado com o GT de Comunicação). Os GTs são formados por membros do Comitê Organizador Brasileiro, Conselho Internacional e organizações que tenham uma contribuição relevante aos temas de cada grupo. Os Grupos de Trabalho têm o papel de reflexão, diálogo sobre critérios e aprofundamento da discussão política de temas relacionados à preparação do FSM. Também podem propor ao CO diretrizes para a organização do evento. Tarefas executivas são cumpridas pelos escritórios de São Paulo e de Porto Alegre. Os GTs propõem questões, temas e iniciativas significativos para o CO e aprofundam e trabalham definições políticas que se dão no âmbito do mesmo CO. Os Comitês de Mobilização foram criados no ano 2000, com o objetivo de divulgar o Fórum Social Mundial. Nos últimos três anos, 26 Comitês brasileiros e 34 internacionais (de 28 países) incentivaram a mobilização de organizações, movimentos sociais e militâncias a participar dos Fóruns de 2001, 2002 e de 2003, a realizar iniciativas prévias ou simultâneas em suas localidades. Em 2001 e 2002, Comitês organizaram Fóruns Preparatórios. Alguns eventos discutiram os eixos temáticos do FSM 2003 e outros aprofundaram discussões de questões locais, como os Fóruns Venezuela, Colômbia, Paraguai, Gênova e dos estados brasileiros do Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As organizações desses eventos aconteceram de forma autônoma, sem acompanhamento direto das instâncias organizativas do FSM (Secretaria e Conselho Internacional), mantendo-se como referência política a Carta de Princípios do FSM para a sua realização. Os Comitês seguem hoje com os mesmos objetivos: divulgar as propostas e discussões dos Fóruns passados e ajudar na mobilização de organizações e movimentos sociais em torno do processo FSM. Os Comitês também podem assumir ou apoiar a organização de Fóruns Sociais em suas cidades, estados ou países. Cabe aqui uma ponderação

Segundo esta concepção, o Fórum ganha, a cada ano, força e dimensão e pode ser considerado “uma oportunidade de construção de uma cultura política e de uma subjetividade militante à altura da estrutura social do novo século”.⁶⁶

Emergia uma agenda político-programática radicalmente nova, com contornos ainda imprecisos, mas alguns eixos e reivindicações claros, expressando sentimentos anticapitalistas difusos e estabelecendo as bases para o debate de alternativas concretas. Esta agenda resultava de temas próprios da globalização neoliberal, como a anulação das dívidas dos países pobres, questionamentos do direito de propriedade intelectual, defesa da diversidade cultural, controle do fluxo de capitais internacionais, desmercantilização de esferas da vida social e estabelecimento de espaços de direitos e gratuidade. Mas eram também produto de novas forças que participavam do movimento, ligadas seja aos movimentos sociais nascidos nos anos 60 (ambientalistas, anti-racistas, feministas), seja à nova geração de política que emergiu nos anos 90, na oposição ao capitalismo neo-liberal globalizado. (LEITE, 2003, p. 58).

Entende-se o Fórum como agente e resultante de mutação histórica dos movimentos sociais. No entanto, é preciso fazer a ressalva de que a transformação social pretendida pelo processo Fórum se dá numa lógica de aprendizado da luta contemporânea ainda baseada em métodos políticos herdados. Por isso, este processo de aprendizado se põe num momento de impasse, a que se faz a seguir referência com mais profundidade.

sobre a representatividade do Fórum Social Mundial e das organizações, movimentos e indivíduos envolvidos no processo em relação à população mundial. Existe, para a organização do FSM, “uma clara diferenciação entre a representação entendida como mandato ou delegação (de eleitores ou de bases sociais claramente definidas) e outra lógica, resultante do compromisso voluntário (das organizações) com a defesa a promoção de algum bem público, de que não é representativa apenas de si mesma e adquire legitimidade com base na sua capacidade, aceita por outros, de influir na agenda pública” (ABONG, 2004, p. 30).

⁶⁶ Para mais, veja-se Leite (2003).

3. FSM: princípio de mutação histórica

A construção do processo FSM passou por fases distintas desde a sua primeira edição, realizada em Porto Alegre em 2001, quando teve um caráter predominante de denúncia do neoliberalismo e do domínio do capital e formas de imperialismo e de opressão. A segunda edição teve um perfil de diagnóstico, identificador de possíveis saídas para o modelo neoliberal. A terceira e a quarta mostraram que as organizações e movimentos sociais poderiam ir além disso e buscar propostas para realizar o lema ‘um outro mundo é possível’. A quinta edição, de 2005, foi uma tentativa de consolidar esse caráter propositivo, avançando na linha da ação concreta⁶⁷.

Essa tendência propositiva do quinto evento reflete um esforço e uma reflexão da organização e dos movimentos de responder às críticas ao processo Fórum, já chamado de “feira ideológica” ou Woodstock das esquerdas (alusão ao famoso festival de música dos anos 60), considerando que, por vezes, é difícil compreender uma dinâmica que prioriza debates e articulações em detrimento de produções de documentos com diretrizes e metas de intervenção direcionada em um campo específico.

Whitaker (2005, p. 68) afirma que nenhuma das opções organizativas “que dão ao Fórum a sua cara – seu caráter de espaço aberto, a não diretividade, a horizontalidade, o respeito à diversidade nas escolhas e nos ritmos, a co-responsabilidade dos participantes – seria possível se

⁶⁷ Na quinta edição do evento FSM, em 2005, secretaria internacional e comitês organizadores previram em cada espaço temático um Mural de Propostas, espaço em que cada organização ou rede poderia publicar os resultados dos debates promovidos nas atividades por eles realizadas. O objetivo da organização foi de um esforço de recolher, catalizar e multiplicar as propostas. Ao final do encontro, cerca de 350 propostas haviam sido apresentadas. As iniciativas podem ser consultadas na página oficial do Fórum Social Mundial e no endereço www.memoriaviva.org.br. Organizações podem acrescentar idéias e se integrar a articulações já feitas, apoiando novas iniciativas. Para mais, veja-se Whitaker (2005).

o Fórum terminasse com um documento final que se pretenda assumido por todos os seus participantes”. Para o autor, esse seria

o caminho mais curto e mais rápido para se começar a imposição de um novo pensamento único substitutivo daquele que contestamos e daqueles que já nos foram impostos em tempos que terminaram. É o modo mais fácil de transformar o FSM em espaço de luta entre posições desejosas de impor sua hegemonia ou de criar insatisfações que dividem [...] A única utilidade que um documento final poderia ter seria atender à necessidade de muitas lideranças de se sentir efetivamente líderes, conclamando as massas a um futuro radioso. Mas isso não passaria de uma instrumentalização que só serviria para afastar todos os que atualmente se sentem atraídos a participar do processo FSM. Por mais que a mídia tenha dificuldade de compreendê-lo, o documento final do Fórum é a soma de todos os documentos finais de cada uma das atividades e articulações que dele nasceram, com cujas propostas de ação seus autores se sentem efetivamente comprometidos e as quais estão dispostos a realizar. (WHITAKER, 2005, p. 68).

O caráter não propositivo do Fórum (que o quinto evento veio tentar reverter, com a iniciativa de reunir experiências concretas) é visto historicamente como uma de suas debilidades, olhar que pode ser detectado na cobertura dos eventos realizada pela mídia comercial. No entanto, para os membros da organização, é justamente nesse ponto que está concentrada a idéia de processo e de construção para além do espaço físico do evento anual.⁶⁸ Eduardo Ballón (apud ABONG, 2004, p. 29)⁶⁹ analisa essas e outras possíveis lacunas e desafios do Fórum Social Mundial e afirma que a consolidação do Fórum como processo implica “abarcando a diversidade e assumir a pluralidade sem, contudo, afetar identidades próprias de seus diferentes atores, logrando desenvolver-se nos níveis nacional, regional e global e articular-se em alianças e redes”.

⁶⁸ Esta temática é abordada neste Capítulo sob a perspectiva do Mural de Propostas: metodologia de reunião de experiências aplicada pela primeira vez na edição de 2005 do Fórum.

⁶⁹ Trata-se de uma palestra sobre “A sociedade civil nos espaços públicos internacionais”, realizada na Assembléia da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais em 2003 e sistematizada pela ABONG (2004).

Ballón (ibidem) afirma que, apesar das tensões internas e das debilidades do processo, o Fórum obteve efeitos inegáveis gerados por sua ação, como:

o apoio e o reconhecimento da legitimidade do movimento social global por amplos segmentos da opinião pública, a pressão crescente sobre governos e corporações transnacionais, obrigados, freqüentemente, a negociar, e o surgimento de um espaço público supraterritorial de debate, reflexão e ação sobre questões e condições cruciais da vida, que envolvem um número crescente de pessoas a cada evento.

Para a organização do FSM⁷⁰, o que se produz concretamente nesse espaço pode não ter impacto imediato de derrubada de forças políticas e econômicas, pode não evitar imediatamente a brutalidade das guerras, das ocupações militares, genocídios planejados, mas logrou mudar, sobre vários aspectos, as idéias que o mundo faz de setores e forças que pretendem comandá-lo. Para o Fórum, a luta é contra forças que detêm o poder hegemônico⁷¹ e as alternativas surgem de movimentos reais. Este espaço, portanto, não tem como objetivo apresentar teses, mas trata-se de um acúmulo de gestação política e discussões como o questionamento das tecnologias transgênicas na agricultura, o direito humano à água, os inúmeros tratados de livre comércio, a legitimidade da dívida externa dos países em desenvolvimento, as leis de propriedade intelectual

⁷⁰ Argumentos e opiniões reunidos sob o ponto de vista da organização do Fórum Social Mundial refletem conversas informais da pesquisadora com membros do Comitê Organizador Brasileiro e dos Grupos de Trabalho do Fórum. São também argumentos recolhidos de mensagens circuladas pela rede em listas operativas destas instâncias e em relatos elaborados por militantes e indivíduos envolvidos nas iniciativas de registro do evento.

⁷¹ O poder hegemônico é entendido, pelos movimentos sociais, como poder antidemocrático e capitalista. O eixo da luta está, portanto, centrado naqueles que defendem os privilégios desse poder e nas maneiras de democratizar essas formas de poder não controladas nos níveis local, nacional, mundial e transnacional. A articulação, nesse caso, visa mais à luta pró-democracia radical e anticapitalista do que qualquer outra finalidade. Pode-se afirmar que esta é uma visão gramscianiana, na medida em que o “filósofo italiano [Antonio Gramsci] – que teve grande influência sobre a esquerda brasileira nas décadas de 70 e 80 – usa o conceito de hegemonia para caracterizar o domínio cultural-ideológico de uma classe sobre as outras. Para ele, esse poder hegemônico incorpora uma lógica de adesão quase incondicional, sem necessariamente ter de recorrer a medidas de dominação tradicionais. Para (Antonio) Gramsci, toda relação de hegemonia é também relação pedagógica: primeiro se conquistam as mentes e depois o poder. Importante salientar que, na civilização mediática, o poder é comunicacional, relação resultante, na forma de concatenação de interesses, de todas as instituições ligadas à produção de tendências mediáticas na sociedade. Em seguida, retoma-se a questão da disputa pelo poder nestas bases” (ABONG, 2004, p. 24).

referentes a recursos naturais, entre outras, que ganham maior projeção junto à sociedade civil em todo o mundo com movimentos como o Fórum.

Whitaker (2005, p. 83) define resumidamente a eficácia política do Fórum Social Mundial, ao afirmar que ele “é, em si, um resultado político”. Para o autor, este movimento dialógico – de experiências expostas no espaço Fórum e daquelas que, vindas do movimento, germinam na sociedade – é a base do “novo mundo”, que, segundo ele,

está sendo construído de dentro para fora e de baixo para cima por uma série de ações que vão ampliando o espaço conquistado ao mundo velho. Elas vão criando condições – inclusive culturais – para que num certo momento as mudanças em curso possam ser consolidadas [...]. O real sucesso do FSM se mede pela sua capacidade de elevar o nível de cooperação e articulação nos diferentes tipos de ação transformadora, dos diferentes tipos de ator político de cuja ação depende a mudança efetiva. (WHITAKER, 2005, p. 63).

O Fórum, ao unir, articular e dar visibilidade a reflexões e ações como estas, conforma um princípio de mutação histórica e – no interior dos movimentos – é considerado uma das iniciativas políticas mais inovadoras e renovadoras do começo do século, na medida em que organizações, movimentos, redes, fóruns e indivíduos envolvidos no processo afirmam não querer tomar o poder, mas sim contribuir para a mudança de comportamentos e para a construção de novas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais, reunidas na idéia de “um outro mundo possível”.

Na proposta de horizontalidade do Fórum, segundo Whitaker (2005, p. 63) está subjacente que a mudança não virá automaticamente com a conquista do poder e muito menos somente com a conquista do poder político, como se esta mudança fosse uma consequência natural da tomada de “Palácios de inverno”.

Esta tomada pode vir a ser necessária. Mas a mudança efetiva e duradoura depende de fato – mais além das também necessárias ações de resistência e criação de novos

mecanismos de controle e contrapoder social – de uma ação transformadora [...], com novas práticas solidárias e mais respeitadas da natureza e do próprio ser humano, em todos os níveis e tipos de ação que façam surgir do tecido mesmo do mundo atual, cada vez mais pedaços de um mundo que queremos. (WHITAKER, 2005, p. 63).

Ainda segundo o autor,

a resistência e a pressão contra o poder opressor podem ser feitas de muitas maneiras. E até individualmente se pode agir – por exemplo pela desobediência civil –, embora ações isoladas de resistência só tenham resultados efetivos se bem articuladas coletivamente. Nos dias de hoje, além da difusão de propostas de ação pelos meios de comunicação, pode-se contar com a comunicação horizontal sem limites por meio da internet, dos fax, dos telefones celulares, que mobiliza as pessoas a tomarem atitudes (por exemplo, simplesmente como consumidores, boicotando determinados produtos). Campanhas cívicas podem ser muito bem sucedidas com a utilização apenas destes meios, combinados com manifestações de rua [...]. Assim, não se pode medir os resultados de um fórum pelo número e pela dimensão das manifestações de rua que nele sejam decididas e depois realizadas [...]. a ação política não se reduz à multiplicação das de mobilizações [...]. O real êxito do Fórum só poderá ser medido com o tempo. (Ibidem).

Na argumentação de Whitaker, está pressuposto o movimento em dois estados: de visibilidade e de invisibilidade. Para construí-la, o autor considera que nem todo exercício de poder se traduz em concentração de poder e que, no FSM, se gesta uma disputa mais sutil do que uma guerra de guerrilhas e do que um confronto de propagandas. A multiplicidade de ações humanistas, de políticas públicas, de engajamentos éticos e estéticos que se encontram ganham visibilidade e tecem uma rede de pequenos poderes descentralizados, mas entrelaçados. As identidades que se apresentam estão buscando, entre outras coisas, visibilidade política. É como

se os grupos que se reúnem ali passassem a existir para o mundo e, dessa forma, se legitimassem como sujeitos da ação política, para si mesmos e para os demais.⁷²

Leite (2003, p. 12), define o Fórum como:

uma das grandes inovações políticas do começo do século XXI, o lugar em que desde janeiro de 2001 boa parte do movimento global se encontra e articula suas lutas seguindo um método inovador. Ele estabelece uma nova forma de fazer política, que tem como referência a idéia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração [...] é um espaço aberto e não uma organização ou uma instituição, em que a quase totalidade das atividades são auto-organizadas pelos participantes, os partidos políticos são deslocados do centro da cena para a condição de coadjuvantes e nenhuma assembleia ou resolução final pretende falar pelo conjunto dos presentes. A diversidade é respeitada como uma força e não uma debilidade do movimento [...] O Fórum instaura uma sucessão de eventos que conformam um processo mundial. Nestes eventos, centenas de milhares de ativistas de todas as partes têm se encontrado em um ambiente de troca e emulação, que deixa uma marca indelével em seus participantes. Eles estão conectando as resistências, construindo as alternativas ao neoliberalismo e tendo um papel protagonista na organização da esquerda do século XXI.

Brige e Di Felice (2002) discutem estas novas formas de conflitualidade social protagonizadas pela população civil internacional, com argumento centrado na luta indígena na América Latina. Estas são, segundo o autor, “novas formas eletrônicas e híbridas de conflito. Oral e eletrônico, metropolitano e aldeão [...] conflitos sem lugares, ou pós-políticos, caracterizados pela autonomia em relação a circuitos políticos institucionais e pelo abandono da lógica política partidária baseada na disputa pelo poder” (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 29-40).

Seriam

formas de conflitualidade ‘extra-pólis’ e ‘pós-políticas’ expressas em atuações múltiplas e momentâneas pós-ordem,

⁷² Retoma-se em seguida a questão da disputa pelo poder e sua centralidade no momento atual, de reconhecido impasse, do FSM.

sem direção político-racional, como as novas formas de pirataria e de guerrilha poética criadas pelo movimento indígena-zapatista, provavelmente o ponto de referência mundial nestas novas formas de conflitualidade. (Ibidem, grifo do autor).

Estes conflitos se referenciam e se inspiram menos nos esquemas herdados e mais nas lógicas da TAZ (Zona Autônoma Temporária), de Hakim Bey (2001)⁷³ ou na lógica eletrônica, dos fluxos de vírus, que desestabilizam e criam caos com auto-afirmação de uma outra realidade incompreensível no interior das categorias políticas da *polis*, considerando-se que, na heterogeneidade do regime de temporalidade das tecnologias avançadas, a cidade desaparece (VIRILIO, 1993).

Quem negaria hoje que a PÓLIS, que emprestou sua etimologia à palavra POLÍTICA, pertença aos domínios dos fatos da percepção? Se de agora em diante pode-se vislumbrar tão facilmente o desaparecimento das cidades [...] é porque há quatro décadas a imagem da cidade esfumou-se e dissipou-se a ponto de, hoje, não ser nada mais do que uma lembrança, uma lembrança da unidade de vizinhança, unidade esta que vem sofrendo continuamente os efeitos da mutação dos meios de comunicação. (Ibid., p. 22, grifo do autor).

Novas formas de conflitualidade passam a se dar neste ambiente extra-pólis, além-pólis ou pós-pólis, como a revolta zapatista, que “trouxe uma importante contribuição às distinções tradicionais ao ‘embaralhar’ conceitos como os de reforma e revolução” (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 30).

O Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, da região de Chiapas, a mais pobre do México, promoveu uma sublevação popular inesperada [...] no dia em que entrava em vigor o NAFTA, 1º de janeiro de 1994 [...] Defendendo que é

⁷³ Em resumo, a Zona Autônoma Temporária é fim em si mesma e substitui outras formas de organização, táticas e objetivos. “A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a simulação e não com a substância, a TAZ pode [...] ocupar clandestinamente estas áreas e realizar seus propósitos [...] Uma postura realista exige que desistamos de *esperar* (grifos do autor) pela revolução, mas também que desistamos de *desejá-la* [...] Os espasmos do Estado Simulado serão espetaculares, mas na maioria dos casos a tática mais radical será a recusa de participar da violência espetacular, retirar-se da área de simulação, desaparecer”.

possível mudar o mundo sem tomar o poder, os zapatistas encontram eco em vários movimentos. (LEITE, 2003, p. 33).

Os zapatistas se insurgiram contra o governo federal e criaram municipalidades autônomas em que se buscava a democracia direta, a igualdade de gênero e o respeito às diferenças. No entanto, esta revolta não se preocupa em tomar, nem mesmo em destituir o governo. Criam espaços autônomos⁷⁴ dentro da sociedade mexicana e, em certo sentido, à parte dela.

Ao analisar “sete deslocções que diferenciam o Exército Zapatista de Libertação Nacional dos demais movimentos sociais”, Brige e Di Felice (2002, p. 29) trazem uma série de elementos que demonstram a glocalidade deste movimento e contribuem para a análise da articulação e mobilização do processo FSM como uma prática glocal. São elas: do êxtase para o movimento; do um para os sete, do singular para o plural; além da polis; do poder ao desaparecimento; do conflito armado para o comunicativo; da linguagem ideológica para a linguagem sincrética; da revolução para a ação temporária (da política da identidade dialética para a atuação sem rosto ou sem nome).⁷⁵

Brige e Di Felice afirmam que as categorias políticas européias e as ideologias que marcaram a conflitualidade social na época moderna também na América Latina são insuficientes para compreender o movimento, seu impacto e seu significado, na medida em que a lógica da política moderna é a lógica da identidade binária e da dialética, e a lógica zapatista é múltipla e não singular, não está baseada em uma identidade, mas em devires pós-identitários. “É indígena, mestiça, eletrônica, mexicana, glocal, mundial, plural, híbrida e dinâmica” (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 31). Neste sentido, “a lógica zapatista, recusa as contraposições puristas e ordenadoras

⁷⁴ Veja-se Ortellado; Ryoky (2004).

⁷⁵ Assim como pontos de convergência, há divergências entre as deslocções sugeridas pelo autor e o processo do Fórum Social Mundial. Pretende-se, entre as deslocções listadas, encontrar os pontos de semelhança com o processo FSM e extrapolá-los, acrescentando elementos detectados na articulação e mobilização do Fórum. Não se propõe, portanto, discutir os pontos de divergência ou dissenso entre estes dois movimentos.

reprodutoras de uma lógica e de uma linguagem racista e busca a marronização, não apenas no seu sentido cromático, mas sobretudo no seu sentido deslocador e desorientador, capaz de fugir à ordem e de buscar a heterogênesse e a multiplicidade” (ibidem). O processo Fórum Social Mundial não só admite a idéia de pluralidade contraditória e dinâmica, como suas bases estão constituídas sobre ela.

Para Nelson Villareal (apud ABONG, 2004, p. 34)⁷⁶, o Fórum Social Mundial é um processo representativo da heterogeneidade e diversidade dos atores que compõem a sociedade civil, num âmbito internacional. Ele afirma que

de alguma maneira, a idéia de que reconhecemos a diversidade, que somos distintos, tem sido uma boa estratégia para dizer que discrepamos, mas não descartamos as vantagens de atuação conjunta. Ao contrário, o FSM aponta o diálogo entre atores sociais como um desafio necessário à construção de alternativas e de processos que provoquem impacto sobre organismos e formas institucionais.

Rejeita-se, na construção do processo FSM, a noção de que consensos são sinônimo de fortaleza. Assim como no interior do movimento zapatista, valoriza-se o processo de contradição, controvérsia e dissenso para operar mudanças.

Ainda sob o aspecto do hibridismo, pode-se afirmar que ambos os movimentos operam sob a lógica do ‘além-pólis’, “mas não no sentido histórico positivista, que a enxergaria como pré-moderna [...] uma forma arcaica pré-urbana ou pré-industrial” (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 32), mas no sentido de que a lógica das ideologias políticas ocidentais, européias não a contém. São ‘além-pólis’, porque se deslocam além dos espaços geográficos e representativos delimitados por conceitos e fronteiras e modificam-se, assumindo formas plurais e imprevisíveis e acontecem fora dos espaços e das representações dialéticas. Apesar de o evento FSM ser realizado atualmente a

⁷⁶ Trata-se de uma conferência sobre “A sociedade civil nos espaços públicos internacionais”, realizada na Assembléia da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais em 2003 e sistematizada pela ABONG (2004).

partir de um Território Social Mundial⁷⁷, a organização reforça sua aposta política na construção que extrapola este espaço ao assumir o discurso do “processo Fórum” e ao se esforçar para, na realização do evento, materializar alguns dos princípios que o regem, reforçando a necessidade de que estes princípios sejam levados para outros espaços públicos. Para se consolidar como processo – o que caracteriza sua atuação ‘além-pólis’ – o Fórum precisa ser capaz de se enraizar, conquistar lutas cotidianas e estabelecer pontes entre uma agenda global e as questões que afetam diariamente os indivíduos.

Faz-se necessária, portanto, uma tensão com os conceitos herdados relacionados a instâncias de atuação política. A linguagem e a atuação políticas – desde as lutas independentistas até as formas de lutas modernas revolucionárias ou dos movimentos reivindicatórios contemporâneos –, para Brige e Di Felice, foram marcadas por uma “introjeção acrítica de ideais” e categorias iluministas que definiam conceitos políticos e a rerepresentação da conflitualidade social. “Conceitos de Estado, sociedade civil, partido político, vanguardas, etc passaram a delimitar o universo de confrontação e nortear a atuação política dos distintos setores, grupos e classes sociais, circunscrevendo um espaço comum de confrontação – a luta pela conquista do poder – no interior e em função da qual se dava a ação social” (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 34).

Novas formas de fazer política – que se afirma aqui se tratar de transpolítica – não habitariam tal espaço, posto que lutam por democracia, liberdade e justiça, disputando

⁷⁷ No Anexo I e ainda neste Capítulo, apresentam-se documentos relacionados à construção da metodologia do FSM e à estrutura organizativa de seu secretariado, informações umbilicalmente relacionadas à discussão sobre o que se pretende com o processo FSM e as estratégias para sua consolidação, elementos importantes para a afirmação do processo como rede glocal.

essencialmente não o poder em sua forma herdada, mas a idéia de tomada de poder ou da construção de uma nova forma de poder aos que não desejam toma-lo⁷⁸.

A análise de tais práticas demanda uma revisão – que passa pelas concepções de poder, Estado, sociedade civil e representação, entre outras categorias políticas, ainda empregadas no interior dos movimentos sociais – que aqui não se pretende fazer. Cabe, porém, sinalizar para esta lacuna de diagnóstico, que caracteriza o momento de reconhecido impasse⁷⁹ em que se encontram tais movimentos.

Este é um bom momento para reescalonar o que foi dito sobre movimentos sociais a partir da idéia do glocal, na medida em que tal impasse – característico da reestruturação de toda existência a partir da incidência daquele vetor modulador – se reflete, no interior dos movimentos, nesta demanda por revisão de repertório e na necessidade prática de rediscutir termos, idéias e categorias herdadas, que ainda são por eles utilizados, apesar de se encontrarem dissolutos na lógica glocal.

Tal revisão se mostra necessária, na medida em que a análise centrada em conceitos herdados está imersa num contexto que não incorpora as tendências do vetor glocal, que tornaram fluidas oposições como as construídas entre categorias do público e do privado, do dentro e do fora. Pode-se afirmar – retomando o que foi pontuado no Capítulo II – que hoje é na relação dialógica entre visibilidade e desaparecimento que se estabelece a tensão maior possível.

⁷⁸ Quando se afirma que o FSM não deseja o poder, faz-se referência à forma de poder que o processo se propõe a combater: a hegemonia do pensamento e do poder neoliberal. Algumas das grandes questões de fundo do Fórum são a disputa pelo poder, o questionamento de que poder está em disputa e a possibilidade de mudar o mundo sem a tomada do poder (baseado em categorias herdadas e instituições). Este debate se dá ainda sob a ótica do poder hegemônico, do poder estatal e das concepções de poder centradas no debate sobre a globalização. Ao se propor, nessa Dissertação, o debate sobre o FSM como uma prática glocal, avança-se nesta discussão, apontando que o FSM é um grande conjunto de práticas que se pretendem alternativas de resistência a esta lógica, na medida em que realizam a disputa política no âmbito do conflito comunicativo.

⁷⁹ Para mais, veja-se Leite (2003).

4. Visibilidade, invisibilidade e subversão da lógica de poder

O Fórum Social Mundial como processo é uma destas novas formas de fazer transpólitica a que se faz referência anteriormente, na medida em que subverte a lógica deste poder pré-glocal, centrada no esquema da globalização. O agir transpólitico se caracteriza, neste contexto, por apreender a glocalidade do poder na civilização mediática contemporânea, por assumir que a disputa por este poder – não por sua tomada, que seria impossível, mas por seu exercício – se dá no âmbito mediático e por entender que

a conflitualidade previsível, empreendida por atores políticos institucionais é substituída por uma conflitualidade dinâmica e comunicativa na qual atores e sujeitos novos multiplicam-se intervindo diretamente no conflito. (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 36).⁸⁰

Virilio (1993, p. 27) oferece elementos para se analisar a lógica de atuação em instantes alternados de visibilidade e invisibilidade no espaço mediático ao dizer que “a estética do desaparecimento acelerado sucedeu à estética da emergência progressiva das formas, das figuras em seu suporte material, sua superfície de inscrição”, como a arquitetura construída.

À estética da aparição de uma *imagem estável* [...] presente por sua estática, pela persistência de seu suporte físico [...] sucede-se a estética do desaparecimento de uma imagem instável presente por sua fuga e cuja persistência é [...] a do tempo de sensibilização, que escapa à nossa consciência imediata. (VIRILIO, 1993, p. 27, grifo do autor).

Para Virilio, não se põe uma alternância, mas uma superação da lógica da visibilidade pela da invisibilidade. No entanto, na presente Dissertação, entende-se que há dois movimentos que se

⁸⁰ Ainda que não se identifique com esta prática (não a assumindo em seu discurso), o processo FSM a realiza, configurando-se como uma força transnacional, imprevisível e contagiosa, sem (limites de) representantes, portavozes, líderes, partidos, bandeiras ou hierarquias.

mesclam e caracterizam a operação das redes glocais, revezando-se. Ora tais redes se mobilizam para ocupação dos espaços da cena pública, ora recuam destes para se articular.

Tal movimento de alternância é resultado e reforço do enredamento com a tecnologia, posto que, para mobilizar redes sociais, organizações e indivíduos para o evento, a rede do Fórum Social Mundial opera neste esquema, servindo-se de práticas e aparatos tecnológicos glocais. O contraponto político, portanto, se dá numa lógica operacional (cultural) que o faz mediaticamente conservador, na medida em que a práxis mediática exige que o processo esteja imerso no contexto glocal. Assim ocorre com outras práticas glocais, que são, ao mesmo tempo, paradoxalmente, formas de revolucionarismo político e de conservadorismo cultural, na medida em que se servem do aparato das redes tecnológicas marcadas pelo glocal e por seus efeitos.

Para se apropriar deste aparato tecnológico e dele fazer uso, indivíduos, grupos e organizações envolvidos no processo FSM precisam de um capital cultural próprio, informacional, que está em construção.⁸¹

É este híbrido entre a rede social (imersa no contexto glocal e aculturada pela incorporação do capital cultural necessário) e a rede tecnológica (da qual o FSM se utiliza) que define um terceiro – e ao mesmo tempo único – vetor: a rede glocal. Esta rede – ainda que não se reconheça desta forma – se encaixa no perfil daquelas que se denominam redes glocais, visto que tem sua articulação e sua mobilização constituídas em base ou suporte tecnológico e cuja atuação pode ser verificada em momentos alternados de visibilidade e invisibilidade, porém de permanente fluxo.

Deste modo, as práticas glocais do Fórum na esfera da invisibilidade (processo) germinam na visibilidade (evento), no entanto não são condição para (nem têm como objetivo único ou

⁸¹ Vejam-se no Anexo I detalhes sobre a metodologia FSM e o Território Social Mundial. Aprofunda-se o debate sobre as práticas do Fórum como opções políticas na Conclusão.

final) a aparição em praça pública. As práticas do Fórum Social Mundial extrapolam o evento e seguem sendo sistematizadas e replicadas em outros momentos de visibilidade. Seguem também sendo articuladas, revistas, ampliadas e repensadas em espaços não visíveis à cena mediática. Existe uma preocupação permanente da organização e dos demais envolvidos no processo de que os debates que ganharam visibilidade não se esvaziem, e a aposta dos comitês organizadores a partir do evento de 2005, é de que os Grupos de Trabalho, estruturas de apoio operacional e político ao Fórum, sigam operando ininterruptamente até próximo evento, que deve ser descentralizado, o que aparentemente, poderia reforçar seu potencial de povoamento mediático.

5. Metodologia do FSM: uma estratégia glocal

A descentralização do Fórum é uma opção metodológica da organização que, segundo os grupos nela envolvidos, daria cadência ao processo de construção do evento para além do encontro anual, como processo, estratégia que ganhou força na concepção do encontro de 2005.

A nova metodologia⁸² de articulação e mobilização do Fórum e os novos formatos de inscrição e

⁸² Reunidas em São Paulo nos dias 23 e 24 de agosto de 2004, as Comissões de Metodologia e Conteúdos do Conselho Internacional do FSM construíram o processo de aglutinação de atividades que seria adotado no quinto Fórum Social Mundial e divulgaram o documento “Porto Alegre 2005: um novo passo adiante” (reproduzido no Anexo I), um avanço em relação ao que fora decidido em reunião plenária do Comitê Internacional em Passignano (Itália), em abril do mesmo ano. O documento diz que “as definições adotadas em São Paulo procuram responder, ao mesmo tempo, a dois requisitos essenciais. Por um lado, ampliar ao máximo a possibilidade de aglutinar atividades, de modo a multiplicar os diálogos no FSM, evitar a repetição desarticulada de iniciativas sobre o mesmo tema, ampliar a profundidade e pluralidade dos debates, favorecer a construção de ações e campanhas comuns; e manter intacto o princípio de autonomia e de rejeição ao dirigismo: todas as aglutinações devem ser feitas de modo voluntário, e qualquer organização inscrita poderá manter sua atividade, caso não se sinta atraída pelas propostas de articulação que lhe forem feitas”. No ato da concepção do documento, foi assumido o compromisso de promover uma “revolução no sistema de inscrições” do Fórum Social Mundial. Ao registrar sua atividade, via internet, cada organização seria instantaneamente informada sobre as iniciativas semelhantes já propostas, e teria acesso a nome, endereço eletrônico e telefone de seus promotores. A tendência natural seria estabelecer contato, procurar um entendimento, abrir-se à troca de idéias. A Consulta Temática para o FSM 2005, realizada entre maio e julho de 2004, já havia dado sinais desta disposição, quando mais de 1.800 organizações atenderam ao apelo do Conselho Internacional, e participaram da iniciativa. Este primeiro princípio é o que as comissões chamaram de auto-aglutinação, que seria exercido “sempre segundo a aposta no princípio geral do FSM: não deve haver hierarquias nem direção; todas as coordenações devem ser estabelecidas a partir de livre acordo entre os participantes”. A partir

realização de atividades⁸³ permitiram constatar com mais clareza as fases de visibilidade e invisibilidade do movimento, um marco para a concepção do FSM como uma rede de práticas glociais.

Os princípios estabelecidos para nortear a quinta edição do Fórum demonstram uma tentativa da organização de reforçar a concepção deste como processo de articulação permanente e, ao mesmo tempo, o caráter de visibilidade do evento – como instância propositiva e força resultante do acúmulo dos momentos de ‘recoo’ ou invisibilidade.

Esta concepção caracteriza o FSM como uma rede glocal e mostra que, por mais que indivíduos, grupos e organizações envolvidos no processo lutem por causas necessárias (e que provoquem efeitos reais de alteração na correlação de forças e intervenção em políticas públicas), o movimento é caracterizado por uma contradição de base, na medida em que não realiza uma tensão com o glocal.

Afirma-se, portanto, a necessidade de se colocar o glocal como questão central das lutas, para que se exerça a tensão fundamental, que constitui matéria para um aprofundamento posterior.

deste princípio geral, as comissões desenvolveram uma proposta e um conjunto de instrumentos que tinham como objetivo estimular a formação de grupos facilitadores das aglutinações e a comunicação entre eles. Tais opções metodológicas são aqui descritas, pois se entende que elas oferecem uma melhor compreensão do processo de construção do Fórum e ilustram algumas das tendências do movimento que o caracterizam como rede glocal.

⁸³ Podem participar e propor atividades no FSM todas as organizações, movimentos sociais e entidades da sociedade civil que se declarem de acordo com a Carta de Princípios. Os cidadãos que não pertencem a nenhuma organização também podem participar dos debates. Entidades governamentais e partidos políticos podem participar como observadores. Os governos das cidades que hospedam o FSM podem ser parceiros na sua organização. E podem ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos da Carta de Princípios.

CONCLUSÃO

Novas formas políticas e possibilidades de tensão com o glocal

Nos Capítulos precedentes, reuniram-se argumentos sobre a indissociabilidade – marcada pela modulação do vetor glocal – das redes sociais e tecnológicas, lógica da qual Fórum Social Mundial é considerado expoente. Este, tomado como processo, explicita a convivência, num mesmo ambiente, de utopias (sob a forma de metas como “um outro mundo possível”) e novas formas de fazer política, transpolíticas. Pode ser caracterizado como rede glocal, pois é constituído por práticas glocais (que não tensionam, no entanto, sua própria glocalidade ao enxergar o glocal como meio). Em sua base, detecta-se, portanto, uma contradição: trata-se de um movimento progressista, mas que (paradoxalmente, por não realizar o questionamento necessário do glocal) contribui para a reprodução da civilização mediática a que tenta se contrapor, o que o caracteriza como politicamente conservador.

Como rede glocal, o Fórum Social Mundial (FSM) atua estrategicamente em contrações e expansões – momentos de visibilidade e recuo – abalando as lógicas da disputa pelo poder e buscando realizar tensões e resistências possíveis. Fora de ambientes institucionais, procura construir uma nova forma de fazer política (transpolítica), na medida em que questiona a importância de enfrentar um poder resignificado, dissolvido no espaço mediático.

Conforme visto no Capítulo III, uma das questões centrais do Fórum hoje, como processo, é a disputa pelo poder e a possibilidade de mudar o mundo sem a tomada deste em sua forma institucionalizada. Este debate se dá ainda sob as concepções de poder hegemônico e estatal, em grande parte, herdadas, posto que centradas no debate sobre a globalização. Ao propor o debate

sobre o FSM como uma prática glocal, quer-se crer que se avança na discussão ao se apontar o Fórum como um grande conjunto de “práticas de alterabilidade”⁸⁴ que podem, de alguma maneira, semear a resistência a esta lógica, na medida em que realizam a disputa política e o conflito no âmbito comunicativo.

Na civilização atual, a comunicação mediada tecnologicamente ocupa uma posição de centralidade nas lutas pela transformação social, e ao mesmo tempo, ganha sentido e significado na dinâmica de operação destas lutas. O poder está dissolvido, na medida em que “a conflitualidade foi transferida para os bits eletrônicos, lugar privilegiado da reprodução do capital internacional” (BRIGE; DI FELICE, 2002, p. 36).

Esta transferência aponta para uma isomorfia entre a dinâmica de atuação dos movimentos sociais e a reprodução da lógica operacional do mercado, na medida em que, “excluindo-se os militares, nenhum setor da sociedade instalou-se tão intensamente no ciberespaço quanto o setor financeiro” (SANTOS, 2003, p. 115). É como se “a riqueza estivesse abandonando a matéria e a energia, passando a valorizar eminentemente a informação” (ibid, p. 118), e assim

tudo se pensa como se, graças ao fantástico desenvolvimento da tecnologia, nosso velho mundo atual estivesse sendo progressivamente abandonado em troca do mundo da realidade virtual. A crônica das aplicações da eletrônica, da informática e das telecomunicações é um registro dessa espécie de transferência que setores inteiros da produção e da vida social estão empreendendo rumo ao ciberespaço. Cada vez mais empresas e indivíduos lidam com dados, informações e imagens que circulam pelas redes e fazem disso a sua atividade principal. (Ibid., p. 115).

Considerando este avanço – em bases mediáticas – comparável entre o capitalismo e o movimento social e assumindo que uma crescente força deste movimento que se propõe contra-

⁸⁴ Hoje, as organizações operam com o conceito de alterabilidade da sociedade e não mais de alternativas ao projeto neoliberal. O neologismo serve para reafirmar que as práticas do Fórum não se pretendem modelos a serem replicados, mas que este é um espaço plural, de construção de possibilidades.

hegemônico pode esvaziar ou inflar a legitimidade do modelo neoliberal, quais seriam as atitudes de resistência possíveis? Para Leite, o movimento tem

que lidar com *contradições importantes* [...] estruturantes, que não podem ser suprimidas nem superadas, ao menos na atual conjuntura [...] devendo ser assumidas como tais e administradas passo a passo ao longo do processo, elaborando o que elas têm de produtivo e refreando seus elementos potencialmente destrutivos. Vivemos uma encruzilhada histórica, um período de profundas transformações da sociedade e da política. (LEITE, 2003, p. 123, grifo do autor).

Ao abordar as contradições internas do movimento, Leite se atém, todavia, àquelas que dizem respeito a questões laterais, como a relação com partidos políticos, a crise de representação política da esquerda, a demanda por cumprir um papel de direção e conclui que

o que emerge deste quadro é um vasto, diversificado, paciente e por vezes contraditório trabalho coletivo de reconstrução da capacidade protagonista [...] O futuro [...] será determinado [...] pelos choques que estão reconfigurando a paisagem política do mundo. (LEITE, 2003, p. 126).

O autor centra sua crítica e as perspectivas do movimento em questões pontuais (e, portanto, indexadas a elementos e a conceitos políticos herdados, apesar de detectado o momento de reconfiguração), deixando de conceber que a crítica, a reflexão e a resistência somente seriam possíveis ao se assumir a invisibilidade do glocal e a possibilidade de apreendê-lo apenas pelos seus efeitos. Neste sentido, para o autor, as experimentações que vêm sendo implementadas em processos como o Fórum Social Mundial trazem – ainda que não assumidamente – um imaginário político criativo para a construção destas alternativas de resistência. São formas de atuação (trans)política não-hierarquizadas baseadas em movimentos não-piramidais, mas que, ao mesmo tempo, respondem por um projeto político anti-sistêmico e que pretende apresentar propostas de alterabilidade.

Tais experiências, no entanto, se constituem em bases glocais e, ao enxergá-lo como meio ou instrumento, permitem que ele escape à tensão, que seria necessária para caracterizar alguma resistência, como suposto.

Na quinta edição do evento, foram realizadas algumas experiências-piloto como tentativas de politização do glocal, a exemplo do Fórum de TVs, Fórum de Rádios e Laboratório de Conhecimentos Livres⁸⁵, que funcionaram em conjunto no Território Social Mundial, por onde circularam mais de 150 mil pessoas. Tais iniciativas foram criadas e subsidiadas pela organização do Fórum, que afirmava que, além de debates e articulações políticas, o FSM 2005 tinha como meta a busca de saídas reais, experiências concretas para lidar com o impasse hoje vivido no interior dos movimentos, de querer modificar o sistema mesmo estando inserido nele e, ao mesmo tempo, mostrar na prática que um “outro mundo é possível”.

A eficácia das experiências testadas no âmbito do Fórum é medida em termos de possibilidade de conhecê-las e aplicá-las em âmbito mundial, para além do evento. Tal mensuração ainda está sendo apurada, posto que, para grupos, indivíduos e organizações que conduzem o processo, é preciso respeitar o tempo político de absorção de tais inovações. Para eles, as mudanças metodológicas e opções políticas do quinto evento ainda ecoam nos movimentos, que digerem as práticas como forma de revisar suas ações cotidianas.

⁸⁵ Estas experiências foram parte dos chamados “projetos de acolhida” do Grupo de Trabalho de Comunicação do Comitê Organizador Brasileiro (COB) do V FSM. São projetos que tiveram como objetivo – e por isso ganharam esse nome – acolher no Território Social Mundial experiências de comunicação desenvolvidas pela sociedade civil e que retratam, portanto, uma aposta política do comitê organizador na comunicação comunitária, independente, alternativa e educativa. Foram cinco iniciativas que, articuladas, garantiram a eficácia desta aposta: Imagens do FSM, *site* concebido para acolher a cobertura fotográfica do evento; Fórum de Rádios, que reuniu rádios comunitárias em Porto Alegre e organizações que lutam pela democratização do direito à comunicação para a produção de programas transmitidos em uma frequência própria; V Ciranda Internacional da Informação Independente, que existe desde o I Fórum, em 2001, e cujo princípio é formar uma base para a cobertura compartilhada dos eventos, usando o princípio do *copyleft*, segundo o qual textos podem ser copiados e reproduzidos em outros veículos, desde que seja identificada a fonte; Fórum de TVs, cujo objetivo foi reunir diversas produções em vídeo sobre o FSM e organizá-las em um programa de TV de uma hora de duração, que foi disponibilizado por sinal de satélite via Radiobrás e internet; e Laboratório de Conhecimentos Livres, instalado dentro do Acampamento da Juventude e que reuniu experiências de troca livre de informação - vídeo, áudio, *software*.

No entanto, a eficácia destas mesmas experiências na realização do enfrentamento da forma de poder dominante ao qual o Fórum se propõe pode ser questionada, ao se reconhecer que elas se dão em bases locais, sem tensioná-las.

Os resultados obtidos – e elencados pela organização do FSM – são de caráter prático. Todavia, sinalizam, de alguma forma, para um amadurecimento do movimento, reforçando a idéia de que, ainda que não se reconheça como rede de práticas locais, o Fórum é uma forma de agir transpolítico, que absorve (em alguma medida) as novas formas de poder (mediático) e realiza, no interior do movimento, ações que refletem um reconhecimento deste contexto, ainda que o tensione de maneira lateral, sem assumir a centralidade do local.

Internamente ao movimento, afirma-se como um dos avanços a metodologia FSM e a concepção do Território Social Mundial, em que – na última edição do encontro – princípios do Fórum foram materializados em práticas de bioconstrução (de projetos ambientalmente responsáveis), economia solidária, uso do *software* livre, rede de voluntários para tradução e formas de comunicação compartilhada.

A aposta nestas práticas, segundo a organização do evento, é política e exige – desta organização, dos voluntários e dos demais envolvidos na estrutura interna do FSM – a incorporação de um repertório cujo tempo político é também formativo e opera numa lógica distinta daquela operacional do mercado.

Esse repertório – ao contrário dos pacotes e manuais de linhas mercantis – não é dado, mas se aprimora como prática, na medida em que é realizada, exemplificando a concepção de Bourdieu (1998, p. 354) de que “o *habitus* se atualiza concretamente na lógica específica de uma prática particular”. A intenção – ao realizar experiências e testar seu potencial de replicação –, parece ser de que a luta, estabelecida e travada desde o interior dos movimentos, se projete em outro espaço, num âmbito mais amplo. Cabe retomar a discussão feita em relação à isomorfia da

dinâmica dos movimentos e da lógica operacional do mercado, pois aqui se põe aparentemente um ponto de divergência, posto que, em oposição ao movimento de financeirização da experiência e da transferência dos valores para o que é imaterial e simbólico – como imposto pelos fluxos e forças de mercado –, os movimentos sociais buscam construir a luta pela reafirmação dos direitos humanos confrontando a lógica destes direitos comercializados como mercadorias, negando que os indivíduos estão condenados à condição de consumidores. Já não se trata, portanto

de esperar pelo reconhecimento e efetivação de direitos, visto que a própria evolução do capitalismo contemporâneo está se encarregando de destruir a cidadania em todas as frentes [...]. O jogo não acabou e não acaba nunca, continua em outro plano, em outro paradigma, em outro espaço-tempo. (SANTOS, 2003, p. 133).

Tais idéias e ações são consideradas avanços que sinalizaram para um movimento de construção gradual e de politização com uma vertente prática. No âmbito considerado micro político (espaço de luta mais próximo da base dos movimentos) – envolvendo as organizações diretamente relacionadas ao processo – houve algumas iniciativas neste sentido: o Fórum de 2005 reuniu em murais de propostas centenas de contribuições de organizações, movimentos, redes e fóruns de todo o mundo, que, em suas atividades, elaboraram sugestões concretas de ações, projetos, programas ou políticas públicas. As propostas estão disponíveis num banco⁸⁶, cujo acesso é público, e a organização do evento procura formas de publicizá-las, de modo que sejam contempladas (ou ao menos conhecidas) pelos órgãos, organismos e instâncias (do Estado ou da sociedade civil) aos quais elas se destinam.

No âmbito considerado macro político, concretamente, a partir de articulações no FSM, organizações como a Rede Brasileira de Integração dos Povos – Rebrip⁸⁷ têm ocupado espaços

⁸⁶ Veja-se www.memoriaviva.org.br.

⁸⁷ Veja-se www.rebrip.org.br.

estratégicos ao furar o bloqueio das negociações sigilosas dos vários fóruns econômicos e de integração, como a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA⁸⁸, o Mercosul ou a Organização Mundial do Comércio – OMC e conquistar o direito de participar oficialmente de rodadas de negociação.

Em 2004, os movimentos pautaram a Comissão Parlamentar do Mercosul sobre a importância da preservação da soberania dos Estados sobre o Aquífero Guarani⁸⁹, ameaçada por um projeto da Organização das Nações Unidas – ONU e um dos grandes temas do FSM; participaram oficialmente da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD em maio e sentaram à mesa com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan e com Rodrigues Rato, à época, diretor do Fundo Monetário Internacional – FMI. Enfim, ampliaram seu poder de atuação e de luta.

Em outro nível, muitas das temáticas do Fórum têm criado movimentos novos ou unificado setores em âmbito internacional em torno de questões específicas, como educação, cultura, administração pública, judiciário, que acabam se transformando em eventos complementares dos encontros mundiais e regionais do Fórum⁹⁰. O afinilamento dos debates do FSM em eventos temáticos produz efetivamente outros resultados práticos aplicados a várias instâncias. Muitos dos projetos debatidos no Fórum Mundial de Educação, por exemplo, se transformaram em

⁸⁸ A campanha contra a Alca é considerada um marco para as alianças e compromissos que as ONGs têm estabelecido com os movimentos sociais, movimento sindical e igrejas no continente. A construção desse movimento contra-hegemônico tem crescido enormemente e, de alguma maneira, contribuído muito para esvaziar a legitimidade do modelo neoliberal que os Estados Unidos tentam implementar na região.

⁸⁹ O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Está localizado na região centro-leste da América do Sul, e se estende pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

⁹⁰ Além da quinta edição do FSM, até março de 2005, foram realizados o Fórum Social Pan-Amazônico, Fórum Mundial de Teologia e Libertação, Fórum Social das Migrações, Fórum Mundial da Saúde, Fórum Mundial de Juízes, Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, Fórum Mundial da Informação e Comunicação, Fórum Parlamentar Mundial.

políticas públicas na cidade de São Paulo, a exemplo do Orçamento Participativo da Criança, implantado em todas as escolas municipais.⁹¹

Outros movimentos, como a Campanha Jubileu e a de oposição à ALCA buscam, na esteira de ações do FSM e articulando-se em torno deste espaço, questionar o déficit democrático e a exclusão e a desigualdade social. Para Ballón (apud ABONG, 2004, p. 34)

mesmo em meio a dificuldades, como a heterogeneidade das alianças e a limitação de recursos, esses processos continuam avançando, visando a contribuir para mudar as relações do poder lançando mão de estratégias tanto de participação e diálogo, quanto de mobilização e ação direta.

Para Leite (2003, p. 41), “estas são atividades de maior repercussão de uma situação que, em todos os continentes, começa a fazer pulular campanhas internacionais, marchas, jornadas de luta e protestos”.

Estas experiências caracterizam conquistas para o movimento. Tais conquistas se dão em terreno presencial, pré-glocal, no território político tradicional e se inserem num reconhecido momento de impasse, caracterizado por um dilema político próprio do tempo histórico. Aparentemente, apontam para saídas e avanços, mas efetivamente, são tentativas de politização do glocal que indicam caminhos, mas ainda não se consolidam em real tensão com este vetor, porque não assumem sua centralidade e não o questionam de fato.

Esta politização só seria possível ao se tratar o glocal como contexto de inserção do sujeito promovendo, portanto, uma politização da infra-estrutura cultural mediática disponível, iniciativa que não se realiza por completo nas ações (consideradas resultados e avanços pelo movimento) acima descritas.

⁹¹ Informações do Especial FSM 2005 da Agência Carta Maior (www.agenciartamaior.com.br). Acesso em fevereiro de 2005.

No entanto, pode-se afirmar que as ações do FSM de empregar em suas práticas seus princípios e apostar nas experiências como formas de condução da transformação – ainda que de forma incipiente – caminham no único sentido possível de politização e tensão com o glocal, o de desregular o jogo do glocal, destruir ou resignificar seus instrumentos e efeitos em nome de avanços político-sociais.

É preciso, para isso, assumir de forma consciente o glocal e seus efeitos e o contexto de imersão total neste contexto, para promover a politização – através da crítica – do aparato glocal e empregar o lastro desta reflexão em novas práticas políticas.

Ao realizar este exercício, será possível vislumbrar que a glocalidade das redes (dentre elas o Fórum Social Mundial) não seria em si um problema, no entanto, constitui uma contradição em relação aos objetivos dos próprios movimentos, pressupostamente reunidos no confronto à forma de poder dominante do capital. A imersão no glocal implica sua utilização como meio de disputa do projeto político coletivo e marca um paradoxo inegável, posto que as redes sociais não poderiam deixar de ser locais e, em sua luta (em bases locais), reproduzem a lógica desta forma de dominação.

Hoje, o glocal escapa à tensão ao ser visto como meio pelos movimentos (ainda que algumas práticas apontem para uma politização lateral). Assumir a imersão no glocal como condição e promover uma tentativa de tensão real com este vetor modulador da existência, criticando-o, seriam formas de os movimentos repolitizarem suas práticas, dialogando com os elementos que compõem a cena em que atuam e se realizam.

BIBLIOGRAFIA

1. CITADA

ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas**. São Paulo: Peirópolis, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal**: ensaios sobre fenômenos extremos. São Paulo: Papyrus, 1990.

BEY, Hakim. **TAZ**: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRIGE, Marco; DI FELICE, Massimo (Org.). **Votán-Zapata**: a marcha indígena e a sublevação temporária. São Paulo: Xamã, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. One more turn after social turn. In: Mc MULLIN, Ernan. **The social dimensions of science**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial**: A história de uma invenção política. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. **Estamos vencendo!** Resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

RÜDIGER, Francisco. **Apocalípticos, Integrados e Pós-modernos**: a problemática da tecnologia na Teoria da comunicação contemporânea. Porto Alegre, [s.d]. Disponível em www.ufrgs.br.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1994.

SOUSA, Mauro Wilton de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TRIVINHO, Eugênio. **Redes: obliterações no fim de século**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

_____. **O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

_____. Glocal: para a renovação da crítica da civilização mediática. In: FRAGOSO, Suely; FRAGA DA SILVA, Dinorá (Org.). **Comunicação na cibercultura**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Comunicação, glocal e cibercultura: "bunkerização" da existência no imaginário mediático contemporâneo**. São Paulo: 2004. 26 p.

_____. **Crítica da civilização mediática: glocal, visibilidade mediática e tempo real**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica/PUC-SP, 2004. Notas de aula.

_____. **Elaboração de Projetos: glocal, visibilidade mediática e tempo real**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica/PUC-SP, 2004. Notas de aula.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

WHITAKER, Chico. **Desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

2. CONSULTADA

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHATELET, François. **História da filosofia: século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 8, 1982.

_____. GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio. (Org.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FEYERHABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica; Filosofia e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-154; 155-161.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCONDES Filho, Ciro. **A sociedade Frankenstein**. São Paulo, 1991. Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/frank.doc>. Acesso em: jan. 2005.

MENEZES, Philadelpho. Teorias da comunicação na globalização da cultura. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio (Org.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

PRADO, José Luiz Aidar. **Brecha na comunicação**. São Paulo: Hacker, 1996.
_____; SOVIK, Liv (Org.). **Lugar global e lugar nenhum**: ensaios sobre democracia e globalização. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Três matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____. **Pesquisa e comunicação**. São Paulo: Hacker, 2001.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WINNER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

ANEXOS

ANEXO I

Reprodução integral da *Carta de Princípios do Fórum Social Mundial*, histórico do processo e metodologia do evento de 2005 (documentos representativos do avanço da discussão acerca do Fórum como rede glocal).⁹²

1. Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e

⁹² Os documentos aqui reproduzidos na íntegra foram elaborados pelo Comitê Organizador Brasileiro e estão disponíveis no site do Fórum Social Mundial em www.forumsocialmundial.org.br. São considerados representativos para um melhor entendimento do objeto do presente estudo, porém, cabe observar, contém idéias próprias da organização do encontro e, em alguns trechos, não contemplam a reflexão crítica aqui desenvolvida em relação ao processo FSM.

instituições internacionais democráticas a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os

mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

2. Histórico do processo Fórum

O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos, que tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da Organização das Nações Unidas (ONU) e é financiada por mais de mil empresas multinacionais. O FSM 2001 contou com a participação de aproximadamente 20.000 pessoas, das quais cerca de 4.700 eram delegadas de diversas

entidades abrangendo 117 diferentes países. A imprensa também esteve presente com 1.870 credenciados.

No FSM 2001, as diversas atividades – conferências, seminários, oficinas – se desenvolveram em torno de quatro eixos temáticos: A Produção de Riquezas e a Reprodução Social; O acesso às Riquezas e a Sustentabilidade; A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos; Poder Político e Ética na Nova Sociedade. A realização desse primeiro Fórum evidenciou a capacidade de mobilização que a sociedade civil tem frente a uma metodologia caracterizada pela garantia da diversidade e co-responsabilidade no processo de construção do evento. Após o sucesso do primeiro evento, avaliou-se a necessidade de continuidade do FSM. Em busca disso, o então Comitê Organizador do FSM (atualmente, parte da Secretaria do FSM) propôs o estabelecimento de uma Carta de Princípios de maneira a garantir o FSM como um espaço e processo permanente de busca de construção de alternativas em âmbito mundial. Para tornar possível a articulação do processo FSM em nível internacional, constituiu-se em 2001 o Conselho Internacional (CI) do FSM, integrado por redes temáticas, movimentos e organizações que acumulam conhecimento e experiência na busca por alternativas à globalização neoliberal. O CI passou a ser uma instância política e operacional contribuindo tanto na definição dos rumos estratégicos do FSM, quanto na mobilização e em outras atividades de caráter organizativo. A criação do CI expressa a concepção do Fórum Social Mundial de se constituir como um espaço democrático e aberto de encontro que favoreça a construção de um movimento internacional aglutinador de alternativas ao pensamento único neoliberal.

O FSM 2002 foi realizado em Porto Alegre entre os dias 31 de janeiro e 05 de fevereiro, com a presença de 12.274 delegados representando 123 países. A imprensa compareceu com 3.356 jornalistas, sendo 1.866 brasileiros e 1.490 estrangeiros de 1066 veículos. O número de participantes superou todas as previsões com a estimativa de mais de 50.000 pessoas ao todo. Com os mesmos eixos temáticos do primeiro Fórum, foram feitos 96 seminários, 27 conferências e 622 atividades auto-gestionadas (isto é, seminários e oficinas organizados pelas entidades participantes do FSM). O FSM2003, realizado em Porto Alegre entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, atraiu cerca de 100 mil pessoas do mundo inteiro. Cerca de 20 mil delegados, de um total de 123 países participaram do evento. A esse número devem ser acrescentados ainda os participantes do Acampamento da Juventude (cerca de 25 mil), jornalistas da mídia nacional e internacional (mais de 4.000) e participantes individuais que, em 2003, tiveram acesso à quase todas as atividades realizadas.

Em 2003, no núcleo de atividades organizadas foram realizadas no total 10 conferências, 22 testemunhos, 04 mesas de diálogo e controvérsia e 36 painéis. Somente esse núcleo de atividades reuniu um total de 392 conferencistas de diversos países, número mais que três vezes superior ao de 2001, que trouxe um total de 104 conferencistas de redes, organizações e movimentos sociais do mundo inteiro. No eixo de atividades auto-gestionadas, houve um salto de cerca de 400 no FSM2001 para cerca de 1.300 em 2003. Essas atividades se realizaram em torno dos seguintes eixos amplos: Desenvolvimento democrático e sustentável; Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e homogeneização; Poder político, sociedade

civil e democracia; Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e promoção da paz.

Em 2004, pela primeira vez, o Fórum Social Mundial foi realizado fora do Brasil. A decisão foi tomada pelo Conselho Internacional com o objetivo de iniciar o processo de construção da internacionalização do FSM. O local escolhido foi Mumbai, na Índia e a data: de 16 a 21 de janeiro de 2004.

Durante 2003, houve a constituição de diversas instâncias indianas responsáveis pela preparação local do FSM 2004: Conselho Geral Indiano (IGC), Comitê Indiano de Trabalho (IWC), Comitê Organizador Indiano (IOC), Comitê de Organização de Mumbai (MOC).

O FSM 2004 contou com a presença de 74.126 participantes, representados por 1653 organizações de 117 países. Do total, 60.224 eram indianos. No Acampamento Intercontinental da Juventude, foram registradas 2.723 inscrições.

Mais de 800 voluntários de 20 países participaram do FSM 2004. No total, houve 180 intérpretes e tradutores de Argentina, Brasil, Índia, EUA, França, Espanha, Reino Unido, Bélgica, Suíça, Sri Lanka, Tailândia, Indonésia, Japão, Coreia e Palestina. Interpretação e tradução foram providenciadas de graça durante o Fórum por uma rede internacional chamada Babels. Quatro ou cinco tradutores eram profissionais e o resto, estudantes.

Cerca de 3.200 jornalistas representados por 644 órgãos de imprensa, vindos de 45 países fizeram a cobertura do FSM.

O programa de atividades sob a responsabilidade do Comitê Organizador Indiano apresentou 13 eventos em diferentes formatos: painéis, mesas redondas, conferências e reuniões públicas. Uma novidade na metodologia do processo FSM foi a inclusão, no programa, de grandes atividades autogeridas pelas organizações inscritas no FSM, como painéis, conferências e mesas redondas. No total, foram organizados 35 eventos desse porte. Atividades autogeridas menores, como seminários, oficinas, reuniões, etc, tiveram presença marcante no FSM: houve 1.203 eventos.

As atividades foram organizadas em torno dos seguintes eixos amplos: Militarismo, guerra e paz; Informação, conhecimento e cultura; Meio ambiente e economia; Exclusão, direitos e igualdade.

Durante os seis dias do FSM, mais de 1.500 artistas, poetas, dramaturgos, escritores e cineastas participaram ativamente com seus trabalhos culturais. Foram apresentadas 150 peças de teatro de rua. Houve também um festival de filmes com mais de 85 títulos sobre os principais temas do FSM.

Eventos paralelos

Antecedendo o evento ou paralelamente ao Fórum Social Mundial, ocorrem diversas outras atividades como o Fórum de Autoridades Locais, o Fórum Parlamentar Mundial, o Fórum Mundial de Juizes, o Acampamento Intercontinental da Juventude (que

na terceira edição foi incorporado à programação oficial do evento) e o Forunzinho Social Mundial (2002 e 2003).

Fóruns regionais e temáticos

Dentro do processo FSM, foram realizados diversos fóruns temáticos e regionais, discutidos no âmbito do Conselho Internacional do FSM.

2002

Fórum Social Temático na Argentina: "Crise do modelo neoliberal", em Buenos Aires, de 22 a 25 de agosto de 2002

Fórum Social Europeu, em Florença, na Itália, de 6 a 10 de novembro de 2002

Fórum Social Temático Palestina: "Solução negociada de conflitos", em Ramallah, Palestina, de 27 a 30 de dezembro de 2002

2003

Fórum Social Asiático, em Hyderabad, Índia, de 2 a 7 de janeiro de 2003

Fórum Social Africano, em Addis-Abeba, Etiópia, de 2 a 7 de janeiro de 2003

Fórum Social Panamazônico, em Belém, Pará, de 16 a 19 de janeiro de 2003

Fórum Social Temático "Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Tráfico de Drogas", em Cartagena de Índias, Colômbia, de 16 a 20 de junho de 2003.

Fórum Social Europeu, em Paris, St Denis, Bobigny (Seine-Saint-Denis) e Ivry (Val de Marne), na França, de 12 a 15 de novembro de 2003.

2004

Fórum Social Pan-Amazônico, em Ciudad Guayana, Venezuela, de 4 a 8 de fevereiro de 2004.

Fórum Social Américas, em Quito, Equador, de 25 a 30 de julho de 2004

Fórum Social Europeu, em Londres, Reino Unido, 14 a 17 de outubro de 2004

2005

Fórum Social Mediterrâneo, em Barcelona, Espanha (data a definir)

Fóruns sociais pelo mundo

A realização das edições do Fórum Social Mundial inspirou a multiplicação de diversos eventos de âmbito local, regional ou temático, no mesmo espírito do FSM. Clique aqui e veja a relação desses eventos, que não são de responsabilidade da Secretaria do FSM ou do Conselho Internacional mas que, em muitos casos, engajam diversas organizações e movimentos sociais, que estão envolvidas no processo FSM ou que participaram de alguma de suas edições.

Desde que se encerrou o I FSM, um dos principais objetivos do Comitê Organizador é multiplicar Fóruns Sociais nas mais diversas regiões e com os mais variados debates. Para isso, foram criadas algumas categorias de encontros.

Fóruns Sociais Regionais

São parte do processo de mundialização do Fórum Social Mundial e tem o acompanhamento do Conselho Internacional do FSM. São chamados "regionais" porque acontecem em âmbito macro-regional. Seguem a metodologia e os critérios políticos estipulados pela Carta de Princípios do FSM e têm como objetivo aproximar o Fórum Social Mundial da realidade dos movimentos e entidades sociais nas diversas regiões do mundo e vice-versa. Exemplos: Fóruns Sociais Europeu, Pan-Amazônico e o Américas.

Fóruns Sociais Temáticos

Têm como objetivo atender à demanda de aprofundamento dos debates de questões específicas, consideradas prioritárias pelo Conselho Internacional do FSM. Exemplos: Fórum Social Temático Argentina (em 2002) e o Fórum Social Mundial Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Narcotráfico, ocorrido na Colômbia em 2003.

Outros fóruns sociais pelo mundo

Não são acompanhados pela Secretaria do FSM, nem são de sua responsabilidade. Mas, em muitos casos, engajam diversas organizações e movimentos sociais, que estão envolvidas no processo FSM. São realizados em um país (fóruns nacionais) ou apenas em uma cidade (locais). Também podem abordar temas específicos, como o Fórum Mundial de Educação.

3. “Porto Alegre 2005: um novo passo adiante”

Maiores possibilidades de aglutinação

Permitir que pessoas e organizações interessadas em lutar pelos mesmos objetivos possam efetivamente se encontrar, articular-se e planejar ações comuns durante os Fóruns Sociais Mundiais e entre eles é tão importante quanto preservar o compromisso com a pluralidade e a diversidade de idéias, lutas e projetos, uma característica fundamental do sucesso do FSM. A consulta temática irá facilitar esse processo de aproximação. Ao preencher a consulta via internet, cada organização poderá saber com antecedência quais as lutas, questões, problemas, propostas ou desafios as demais organizações acreditam que seja importante debater no FSM ou que atividades elas pretendem organizar durante o evento. Essas informações alimentarão este grande banco de dados, ao qual todos têm acesso. Por meio deste banco, será possível realizar diversas pesquisas sobre o que uma determinada organização está propondo ou listar todas as organizações interessadas em realizar atividades sobre um determinado assunto, assim como obter seus contatos.

Grupos aglutinadores

A partir de julho, serão constituídos grupos de trabalho aglutinadores para tratar dos temas em que há grande concentração de atividades previstas, onde a unificação ou articulação de oficinas e seminários é mais complexa. Eles serão compostos pelas próprias organizações interessadas em organizar Seminários e Oficinas sobre aquele assunto – ou por uma parte delas, com a concordância das demais.

Sua tarefa será a de propor, sempre de forma inclusiva e com respeito pleno à diversidade, agendas de múltiplas atividades em Porto Alegre. A partir das respostas à consulta, as comissões de Metodologia e de Conteúdos e Temáticas do CI começarão a entrar em contato com cada organização para propor que formem grupos aglutinadores.

Grandes atividades

Os grupos aglutinadores não se limitarão a propor aglutinações e articulações entre Oficinas e Seminários que os participantes pretendem realizar. Em 2005, as chamadas "grandes atividades" (conferências, painéis, testemunhos e mesas de diálogo e controvérsia), que eram definidas, até 2003, apenas pelo Conselho Internacional, serão construídas a partir das consultas.

Autonomia e diversidade asseguradas

Ao registrar uma atividade, o que poderá ser feito a partir de setembro, cada organização poderá usar como referência de trabalho as primeiras propostas de agenda já elaboradas pelos diversos Grupos Aglutinadores, que começam a trabalhar em julho. Essas propostas de agenda estarão disponíveis, com destaque, na página *web* do Fórum Social Mundial. Será possível verificar se de fato incorporaram as múltiplas visões sobre cada tema. Haverá tempo para propor eventuais acréscimos ou mudanças. Mas nenhuma aglutinação será imposta. Aqueles que o desejarem poderão manter, durante todo o processo, atividades não-aglutinadas, ou aglutinadas sem a interferência dos Grupos Aglutinadores.

ANEXO II

Reprodução integral dos textos *Obstáculos da luta pelo direito à comunicação e Direito à comunicação: ainda um horizonte longínquo*, material representativo para uma compreensão da luta pelo direito à comunicação no Brasil e no mundo.⁹³

1. Obstáculos da luta pelo direito à comunicação

Bia Barbosa⁹⁴

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos estabelecem que toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; direito que inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. Bem antes disso, a liberdade de imprensa já aparecia como um dos pilares da cidadania democrática norte-americana, citada na Primeira Emenda à Constituição. A liberdade de expressão e opinião já eram garantidas no artigo 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e no artigo 7 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Constituição Francesa de 1793. Em 1988, o Brasil, que já havia ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, inclui um capítulo sobre a Comunicação Social ao abordar os direitos sociais. Era o resultado de uma luta pela democratização da comunicação que vinha ganhando força a partir da década de 70 e que hoje se conforma na noção de direito à comunicação – a informação, na forma de liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de reunião havia gestado um direito humano restritivo, do qual beneficiava-se fundamentalmente a imprensa, enquanto instituição, e seus proprietários privados, enquanto agentes privilegiados de projeção de poder sobre as sociedades.⁹⁵

O conceito de direito à comunicação aparece pela primeira vez na década de 60 e é firmado em debates da UNESCO. Em 1980, a organização lança o relatório *Um Mundo e Muitas Vozes – comunicação e informação na nossa época*, conhecido como Relatório McBride, que afirmava que “a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes (...) mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa idéia de diálogo, contraposta à de monólogo, é a própria base de muitas das idéias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos”.

⁹³ Os documentos foram anexados à Dissertação mediante consentimento expresso dos autores, aos quais ficam os devidos agradecimentos. Foram mantidas *ipsis literis* as normalizações metodológicas originais dos textos. Vale observar que o primeiro é inspirado em trechos do segundo. Ambos foram reproduzidos na íntegra com o intuito de respeitar as autorias e por se considerar a complementaridade entre eles.

⁹⁴ Jornalista, integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Texto elaborado em julho de 2005 e ainda não publicado.

⁹⁵ RAMOS, Murilo, BAYMA, Israel e LUZ, Dioclécio. *Por Políticas Democráticas de Comunicação (texto apresentado como ideário à reconstrução do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)*, 2001.

Se pudesse ser resumido em uma frase, o direito à comunicação, que passa a ser referência a partir do ano 2000, reconhece o direito individual e coletivo de que todo indivíduo seja produtor de informação, para além de espectador e leitor. Portanto, não basta ter liberdade de expressão, nem ter acesso a uma diversa gama de fontes de informações. É preciso atuar contra as diferenças econômicas, sociais e políticas que fazem tão poucos terem condições de ser produtores de informação. Essa idéia carrega a concepção da comunicação – manifestada em qualquer tipo de mídia – como um espaço de realização do conflito e de disputa de hegemonia na sociedade, superando o entendimento desta como área a ser tratada por comunicadores – entendidos como especialistas, mediadores ou tradutores a realidade.

Também é a partir da noção de direito que o papel do Estado no debate fica mais claro. Se há a concepção de direito, é preciso que haja uma malha de instituições e regulações que possam garanti-lo. Enquanto há impeditivos (sejam sociais, políticos, econômicos ou técnicos) para a realização plena desse direito, é preciso uma postura ativa do Estado de promoção da pluralidade, da diversidade e da luta constante pela superação dessas desigualdades. Sem essa noção, resta um processo de regulação liberal, em que as leis de democratização funcionam como "anti-truste", como é o caso do limite de audiência potencial nos EUA.

O Brasil, no entanto, carece hoje de um reconhecimento da sociedade do direito à comunicação como um direito humano. E dessa postura ativa do Estado para a efetivação deste direito em seu aspecto essencial: a liberdade de expressão. Apenas seis redes privadas nacionais de televisão aberta e seus 138 grupos regionais afiliados controlam 667 veículos de comunicação. Seu vasto campo de influência se capilariza por 294 emissoras de televisão VHF que abrangem mais de 90% das emissoras nacionais. Somam-se a elas mais 15 emissoras UHF, 122 emissoras de rádio AM, 184 emissoras FM e 50 jornais diários⁹⁶.

Da mesma forma, não há mecanismos que impeçam o monopólio da audiência de televisão por uma única emissora. No Brasil, a Rede Globo mantém níveis de audiência sempre acima dos 50% dos televisores ligados⁹⁷. Não há uma legislação que responsabilize o Estado brasileiro pelo fortalecimento e viabilização de veículos de pequena circulação/alcance e de caráter público e comunitário. As verbas publicitárias do governo federal continuam a ser distribuídas tendo como critério os índices de audiência ou circulação, o que reforça a concentração e a tendência à oligopolização. A ausência destes mecanismos aliada à inexistência do direito de antena no Brasil praticamente elimina a possibilidade de os movimentos sociais (que detém um acúmulo significativo no debate pelo direito à comunicação) comunicarem-se, direta ou indiretamente, com o conjunto da sociedade⁹⁸.

A análise do cenário das políticas públicas de comunicação no Brasil mostra um quadro regulatório complexo. O Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962, modificado em 1967 durante o período da ditadura militar, e desde então sujeito a fragmentações. Nas palavras de José Paulo Cavalcanti Filho, presidente do Conselho de Comunicação Social, as normas legais que balizam a atuação dos meios de comunicação no Brasil são caóticas. “Fugindo ao modelo mundial que concentra atribuições em órgãos específicos, aqui o controle dos meios de comunicação está pulverizado entre Ministério

⁹⁶ EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação (2002).

⁹⁷ IBOPE.

⁹⁸ Relatório Direitos Humanos no Brasil 2004 – Rede de Justiça Social.

das Comunicações, Anatel, Ministério da Justiça, CADE, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Casa Civil (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Congresso Nacional, Conselho de Comunicação Social, Secretaria de Comunicação. O resultado dessa dispersão de normas é uma evidente descoordenação entre atores, com superposição de competências, conflitos localizados, ausência de responsabilidades específicas em relação ao futuro, dificultando uma política uniforme e coerente para o setor das comunicações no Brasil”⁹⁹.

Os últimos anos têm sido marcados por uma nova rodada de regulamentação do setor de comunicações no Brasil. Surgiram, por exemplo, a Lei do Cabo (1995); a Emenda Constitucional nº 8 (1996), que quebra o monopólio estatal das telecomunicações; a Lei Mínima (1996), que permitiu a entrada de capital estrangeiro nas áreas de telefonia celular e telecomunicações via satélite; e a emenda constitucional que permite a participação de 30% do controle acionário das empresas de comunicação (radiodifusão e jornalismo) ao capital estrangeiro.

No entanto, os principais artigos da Constituição Federal relativos à comunicação social permanecem sem regulamentação – entre eles, o que impediria o oligopólio dos meios de comunicação (art. 220) e o que criaria exigências mínimas de programação para as emissoras de rádio e televisão (art. 221). A ausência de regulamentação também atinge o artigo 223, que estabelece o princípio da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal na radiodifusão, resultando hoje no fato de as emissoras de rádio e televisão serem majoritariamente controladas por empresas privadas. Além disso, o Brasil não tem consolidado um sistema público de comunicação.

Não existem limites à propriedade cruzada e o processo de concessões de rádio e TV não conta com regras democráticas. Paralelamente, rádios comunitárias têm sido perseguidas como criminosas, e seu processo de legalização é sujeito a regras limitantes. Nesse quadro, a diversidade e a pluralidade tanto de meios como de conteúdos fica prejudicada. Há uma sub representação de negros e negras e das comunidades indígenas no espaço societário e mediático. Também as mulheres são retratadas refletindo grande parte dos preconceitos imbuídos na sociedade.

Como afirmou o jurista Fábio Konder Comparato, “criou-se (...) uma lamentável confusão entre a liberdade de expressão e a liberdade de empresa. A lógica da atividade empresarial, no sistema capitalista de produção, funda-se na lucratividade, não na defesa da pessoa humana. Uma organização econômica voltada à produção do lucro e sua ulterior partilha entre capitalistas e empresários não pode, pois, apresentar-se como titular de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana (...) Se, na atual sociedade de massas, a verdadeira liberdade de expressão só pode exercer-se através dos órgãos de comunicação social, é incongruente que estes continuem a ser explorados como bens de propriedade particular ou estatal (...) Os veículos de expressão coletiva devem ser instrumentos de uso comum de todos”¹⁰⁰.

O mesmo jurista propôs a edição de um estatuto da imprensa, do rádio, da televisão e da internet, argumentando que os grandes veículos são hoje o instrumento privilegiado de exercício da dominação política no sentido oligárquico e crescentemente antinacional¹⁰¹.

⁹⁹ IANONI, Marcus. *O Quarto e o Quinto Poderes* (artigo).

¹⁰⁰ COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo. Saraiva, 2003

¹⁰¹ COMPARATO, Fábio Konder. *Por um novo modelo de comunicação social*. In Brasil de Fato, ed. Número 100, de 27/01 a 02/02 de 2005.

Portanto, um dos maiores desafios na luta por um Estado democrático é o resgate do espaço público como espaço formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais. Como Habermas havia definido: o espaço social em que ocorrem os debates e a produção de idéias de interesse público¹⁰². Isso só será possível se, concomitantemente, houver uma democratização crescente desse espaço público, mediante políticas democráticas de comunicação, pensadas sob a lógica do direito à comunicação e consolidadas, portanto no estabelecimento de um Sistema Integrado de Comunicação.

2. Direito à comunicação: ainda um horizonte longínquo¹⁰³

Diogo Moysés e João Brant¹⁰⁴

O direito à comunicação é um dos pilares centrais de uma sociedade democrática. Assumir a comunicação como um direito fundamental significa reconhecer o direito de todo ser humano de ter voz, de se expressar. Significa dizer que cabe ao Estado garantir isso a todos os cidadãos, mais do que exercer por sua própria conta essa comunicação. O direito à comunicação é mais do que direito à informação e liberdade de expressão: é o direito de produzir e veicular informação, de possuir condições técnicas e materiais para dizer e ser ouvido, de ser protagonista de um sistema de comunicação plural. É, acima de tudo, compreender a comunicação como um bem público, que pertence ao conjunto da sociedade.

Dentre todos os obstáculos à efetivação do direito à comunicação, um merece destaque: o não reconhecimento pela maioria esmagadora da sociedade brasileira do direito à comunicação como um direito humano, indispensável para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Enquanto a luta pela garantia de outros direitos sociais parte do pressuposto já enraizado na sociedade de que tais questões são de fato direitos humanos, o direito à comunicação, uma evolução dos conceitos de liberdade de expressão e do direito à informação, ainda carece de maior lastro social, inclusive nos movimentos sociais e nas organizações civis.

Concentração, obstáculo à liberdade de expressão

Em 2004, mantém-se inalterada a concentração dos meios de comunicação de grande audiência e circulação nas mãos de poucos conglomerados, ou melhor, nas mãos de poucas famílias. Permanecemos sem qualquer mecanismo legal para combater o monopólio ou o oligopólio do setor de telecomunicações.

Ao contrário de diversos países, não há, no Brasil, qualquer instrumento que impeça a propriedade cruzada de meios de comunicação, ou seja, a posse e a concessão de veículos de comunicação de diferentes naturezas numa mesma área geográfica. Em muitos estados brasileiros, os concessionários das redes de televisão líderes de audiência (todas elas afiliadas da Rede Globo) também são proprietários dos jornais locais de maior circulação. A

¹⁰² HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

¹⁰³ Texto elaborado para publicação no relatório Direitos Humanos no Brasil 2004, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

¹⁰⁴ Jornalistas, integrantes do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

ausência de mecanismos que impeçam o monopólio da informação regional constitui um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da democracia.

Essa concentração, hoje o maior obstáculo para a plena realização da liberdade de expressão, pode ser traduzida em números: apenas seis redes privadas nacionais de televisão aberta e seus 138 grupos regionais afiliados controlam 667 veículos de comunicação. Seu vasto campo de influência se capilariza por 294 emissoras de televisão VHF que abrangem mais de 90% das emissoras nacionais. Somam-se a elas mais 15 emissoras UHF, 122 emissoras de rádio AM, 184 emissoras FM e 50 jornais diários¹⁰⁵.

Da mesma forma, não há qualquer mecanismo que impeça o monopólio da audiência de televisão por uma única emissora (como existe mesmo nos EUA, por exemplo). No Brasil, a Rede Globo permanece soberana, mantendo níveis de audiência sempre acima dos 50% dos televisores ligados¹⁰⁶. O fato deve ser considerado grave, visto que a televisão permanece como a principal mediadora nas relações políticas, sociais e culturais dos brasileiros (98% da população de 10 a 65 anos assiste à televisão¹⁰⁷).

Pluralidade inexistente

Passados quase dois anos das eleições presidenciais, o governo Lula ainda não demonstrou a intenção de estabelecer políticas que incentivem a pluralidade de vozes e pensamentos no sistema brasileiro de comunicação. Não há uma legislação que responsabilize o Estado brasileiro pelo fortalecimento e viabilização de veículos de pequena circulação/alcance e de caráter público e comunitário.

As verbas publicitárias do Governo Federal continuam a ser distribuídas tendo como único critério os índices de audiência ou circulação, o que reforça a concentração e a tendência à oligopolização. Os recursos investidos em anúncios pela administração federal somam mais de R\$ 563 milhões¹⁰⁸, e representam hoje boa parte da verba publicitária do país. Anunciando, o governo não está somente dando publicidade a seus atos, mas está financiando a existência de alguns veículos. Portanto, uma política de apoio à pluralidade deve necessariamente passar pela redefinição de critérios para a distribuição de verbas publicitárias.

A ausência destes mecanismos aliada à não existência do direito de antena no Brasil praticamente elimina a possibilidades dos movimentos sociais significativos comunicarem-se, direta ou indiretamente, com o conjunto da sociedade.

Ausência de regulamentação

Não houve no último período qualquer alteração significativa na legislação que sinalizasse para a garantia do direito à comunicação. Os principais pontos da Constituição Federal permanecem sem regulamentação. Entre eles estão justamente o que impediria o oligopólio dos meios de comunicação (art. 220) e o que criaria exigências mínimas de programação para as emissoras de rádio e televisão (art. 221).

¹⁰⁵ Dados do EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação. A pesquisa foi publicada em 2002. Desde então, houve transferência de afiliadas de uma para outra emissora, mas não houve alterações no quadro geral.

¹⁰⁶ IBOPE.

¹⁰⁷ Instituto Marplan Brasil.

¹⁰⁸ SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

A ausência de regulamentação também atinge o artigo 223, que estabelece o princípio da complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal na radiodifusão. Hoje, como antes, as emissoras de rádio e televisão são majoritariamente controladas por empresas privadas. Nas principais cidades brasileiras, são cinco canais de televisão comerciais, somente um público ou estatal operando pelo sistema VHF. Somos, ainda em 2004, um país em que a TV comercial prepondera sem limites.

Devemos considerar que continuamos a ter um processo de outorga e renovação de concessões sem o mínimo de transparência. No Brasil, apenas a partir de 1997 as escolhas passaram a ser feitas por meio de licitação. Antes vigorava a mais completa ausência de critérios. No entanto, tendo em vista que quase a totalidade do espectro eletromagnético foi definida a partir dos critérios anteriores, os esforços da sociedade devem procurar estabelecer formas de controle público sobre as concessões. Mas, infelizmente, ainda não há discussão sobre mecanismos transparentes e democráticos para conter abusos cometidos pelas emissoras de rádio e televisão, não há controle público do conteúdo do serviço prestado e não há participação da sociedade nos assuntos relacionados ao tema.

Dois anos de CCS

O Conselho de Comunicação Social (CCS), previsto na Constituição de 1998 como órgão auxiliar do Congresso Nacional, chega em 2004 com dois anos de vida. Instalado em 2002, o CCS revelou-se um frágil instrumento para a democratização das comunicações, principalmente por duas razões: por seu caráter meramente consultivo e pelo fato de sua composição ser definida pela mesa diretora do Congresso, o que produziu idiossincrasias como a ocupação da cadeira destinada à sociedade civil pelo representante de um dos maiores conglomerados de comunicação do país.

Porém, a instalação do CCS produziu alguns debates importantes, como o sobre o projeto de autoria da deputada Jandira Feghali, que regulamenta parte do artigo 221 da Constituição, estabelecendo percentuais mínimos de regionalização da programação cultural, artística e jornalística e da produção independente nas emissoras de rádio e TV. O projeto, que circula há 13 anos no Congresso, recebeu parecer favorável do CCS, mas encontra-se novamente estacionado no Senado em função das pressões das redes de televisão.

Comunicação Comunitária

Também no campo da comunicação comunitária não tem havido mudanças na situação dos últimos anos. Estima-se que haja hoje cerca de 15 mil emissoras de baixa potência em funcionamento no Brasil, a imensa maioria não legalizadas. Por um lado, a legalização das rádios comunitárias se dá em ritmo extremamente lento, havendo mais de sete mil processos aguardando análise no Ministério das Comunicações. Por outro, a Anatel continua a tratar com rigor excessivo os casos de rádios não-legalizadas, e conta com a Polícia Federal para promover a apreensão dos equipamentos e fechamento dessas emissoras. Em 2002, somente na Justiça Federal Criminal, havia cinco vezes mais processos sobre radiodifusão – a imensa maioria sobre fechamento e apreensão de equipamentos de rádios comunitárias – do que sobre tráfico internacional de entorpecentes.

É notável que ao invés de políticas de estímulo à apropriação do direito à comunicação pela população – o que ao fim e ao cabo levaria ao estímulo à criação de

rádios comunitárias – o que tem acontecido é uma política de combate a esses veículos, a partir da pressão exercida pelos veículos comerciais.

A dubiedade do Governo Federal

A atuação do Governo Federal é marcada por uma postura dúbia. Por um lado, o Ministério das Comunicações não se propõe a enfrentar a situação de concentração e oligopolização. A pasta não tem hoje uma agenda política clara, limitando-se a conduzir lentamente o processo de implantação do Serviço Brasileiro de Televisão Digital e a debater, junto com a ANATEL, a implantação do Serviço de Comunicações Digitais, que utilizará os recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Esse quadro é resultado, entre outros fatores, do fato de que o Ministério das Comunicações não vem sendo tratado como estratégico por parte da Presidência, tendo sido cedido aos partidos políticos aliados.

Por outro lado, do Ministério da Cultura partiram algumas iniciativas importantes, como o apoio à flexibilização da propriedade intelectual e a formulação da proposta da Lei Geral do Audiovisual, uma importante iniciativa que busca o fortalecimento da produção independente, a afirmação da diversidade cultural e a criação de barreiras para a exploração irrestrita do mercado brasileiro pela indústria estrangeira. No entanto, o projeto peca por isolar a regulação da área do audiovisual, deixando de lado a regulação sobre a infraestrutura das comunicações e sobre o restante da radiodifusão. Além disso, mantém a lógica das agências reguladoras, que tem sua diretoria indicada pela Presidência da República sem nenhuma garantia de representatividade ou de participação popular.

Inclusão digital e software livre

No campo da inclusão digital, o Brasil vive hoje um momento de transição, em que se busca unificar políticas antes dispersas. Não há indicadores que consolidem as iniciativas nos âmbitos municipal e federal, o que torna difícil uma avaliação de impacto não localizada. Um avanço importante é a política da Casa Civil e do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação) de apoio à adoção de software livre, que tem promovido a migração de vários ministérios para plataformas livres e oficializado o uso desse tipo de software nas diversas políticas de inclusão digital.

Cenário internacional

No plano internacional, os acordos de livre comércio tocam em três áreas que afetam diretamente o campo da comunicação no Brasil: propriedade intelectual, diversidade cultural e serviços de telecomunicações. A pressão dos países ricos pela manutenção das estruturas rígidas de propriedade intelectual é fundamental para a sustentação de suas indústrias culturais exportadoras. Assim, o governo norte-americano persiste rechaçando qualquer proposta que flexibilize a propriedade intelectual ou que proponha mecanismos de proteção à diversidade cultural.

A proposta dos EUA é de considerar a comunicação como “serviços audiovisuais”, tratando-a como mercadoria, e não como um direito universal. A postura do governo brasileiro nos fóruns internacionais, em especial nas negociações da Alca, tem sido a de enfrentar os modelos propostos pelos Estados Unidos. No entanto, o setor de serviços tem

sido usado muitas vezes por parte do Brasil como contrapeso nas negociações, o que enfraquece a possibilidade de combater essa concepção mercantilista. É também o que acontece nas negociações com a União Européia, em que tem aceitado a abertura dos serviços de telecomunicações como moeda de troca para algumas concessões européias na área da agricultura.

Sociedade civil

Na luta pela efetivação do direito à comunicação, se destacam algumas iniciativas da sociedade civil. O FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) tem, no último período, dado especial atenção aos debates sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Em 2004, também se fortaleceu a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, promovida pela ONG TVer e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

No segundo semestre de 2004, iniciou-se ainda a articulação da CRIS Brasil, integrada com a Campanha CRIS Internacional (Communication Rights in the Information Society). Participam diversas entidades, como a Rits, Intervezes, GT de Comunicação da ABONG, Rede DAWN, Epcom, GTA, ASA, entre outras, que apontaram como principais focos de atuação a constituição de um sistema público de comunicação, a promoção da diversidade cultural, a atuação sobre as questões de propriedade intelectual e, finalmente, a apropriação social das Tecnologias de Informação e Comunicação.